Jornal **O DIA** SP

www.jornalodiasp.com.br | São Paulo, 20, 21, 22, 23 e 24 de junho de 2019 | Nº 24.446 | Preço banca: R$ 3,00

Banco Central mantém juros básicos no menor nível da história

Pela décima vez seguida, o Banco Central (BC) não alterou os juros básicos da economia. Por unanimidade, o Comitê de Política Monetária (Copom) manteve a taxa Selic em 6,5% ao ano. A decisão era esperada pelos analistas financeiros. Com a decisão de quarta-feira (19), a Selic continua no menor nível desde o início da série histórica do Banco Central, em 1986. De outubro de 2012 a abril de 2013, a taxa foi mantida em 7,25% ao ano e passou a ser reajustada gradualmente até alcançar 14,25% ao ano em julho de 2015. Em outubro de 2016, o Copom voltou a reduzir os juros básicos da economia até que a taxa chegasse a 6,5% ao ano em março de 2018.

Em comunicado, o Copom informou que está monitorando a economia brasileira. A nota diz que o Banco Central só deve voltar a reduzir os juros após o avanço ou a aprovação de reformas que reduzam os gastos públicos, como a da Previdência. Página 3

OAB e entidades de classe repudiam assassinato de jornalista em Maricá

Página 12

Bolsa fecha pela primeira vez acima dos 100 mil pontos

Página 3

Acordo busca inclusão de pessoas com deficiência por meio do esporte

Página 2

Quase 71 milhões de pessoas foram forçadas a deixar seus lares em 2018

Em 2018, quase 71 milhões de pessoas em todo o mundo foram forçadas a deixar seus lares, abandonando as cidades e até mesmo os países em que viviam para escapar das consequências de guerras, perseguições ou conflitos violentos. A estimativa é do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (Acnur), agência da ONU. O relatório mostra que, em média, a cada dia do ano passado, 37 mil pessoas migraram, fugindo da violência e da intolerância.

Produzido anualmente pelo Acnur, a nova edição do relatório anual *Tendências Globais* aponta que, no ano passado, 70,8 milhões de pessoas tiveram que se deslocar, nacional ou internacionalmente. Página 6

Número de famílias endividadas aumenta 56% em maio na capital paulista

Página 3

Terremoto de magnitude 6,7 atinge o norte do Japão e deixa 28 feridos

Autoridades meteorológicas japonesas afirmaram que um terremoto de magnitude 6,7 atingiu a região norte do país na terça-feira à noite. Nenhuma morte foi registrada. Vinte e oito pessoas ficaram feridas nas províncias de Niigata, Yamagata, Miyagi, Ishikawa e Akita.

Segundo sismólogos, o tremor ocorreu ao largo da costa de Yamagata às 22h22 de terça-feira. Estima-se que o foco estava a 14 quilômetros sob o leito marinho. Página 3

Três russos e um ucraniano são acusados por acidente aéreo na Malásia

Procuradores holandeses acusaram três russos - Igor Girkin, Sergey Dubinsky and Oleg Pulatov - e um ucraniano - Leonid Kharchenko - de envolvimento direto na destruição em pleno voo do MH17 da Malaysia Airlines, quando fazia a rota Amesterdã-Kuala Lumpur. Morreram no acidente 298 pessoas. O MH17 foi atingido no ar em 17 de julho de 2014, quando sobrevoava território controlado pelos separatistas pró-russos na Ucrânia.

A maior parte das vítimas era holandesa. Uma investigação conjunta de uma equipe formada por representantes da Austrália, Bélgica, Malásia e Holanda descobriu que o avião foi abatido com um míssil de origem russa.

Procuradores holandeses anunciaram na quarta-feira (19) que quatro suspeitos serão acusados pela destruição do aparelho e a morte das 298 pessoas a bordo. Página 3

DÓLAR

Comercial
Compra: 3,84
Venda: 3,85

Turismo
Compra: 3,69
Venda: 4,00

EURO
Compra: 4,31
Venda: 4,31

OURO
Compra: 153,42
Venda: 186,48

Moro: "Não tenho apego ao cargo, se houver irregularidades, eu saio"

Foto/ Marcelo Camargo/ABr

Sergio *Moro*

Durou pouco mais de oito horas a reunião da Comissão de Constituição e Justiça do Senado com a participação do Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, para falar sobre notícias publicadas pelo site The Intercept, que revelaram supostas trocas de mensagens atribuídas a Moro e a membros da força-tarefa da Lava Jato, na época em que o ministro atuava como juiz da operação Lava Jato, em Curitiba.

Ao responder os questionamentos dos parlamentares, Moro disse várias vezes que não se recordava das mensagens e colocou em dúvida a autenticidade delas. Ele disse ainda não ter apego ao cargo e que se que houver qualquer irregularidade comprovada, ele deixará o cargo.

"Estou absolutamente tranquilo quanto a isso, mas, se é esse o problema, então o site apresente tudo. Aí a sociedade vai poder ver, de pronto, se houve alguma incorreção da minha parte. Eu não tenho nenhum apego pelo cargo em si. [O site que] Apresente tudo", disse Moro. Página 5

Esporte

Fábio Cunha, Adauto e Geison são os campeões do turno

Quinta etapa do Racing Kart Club (RKC) no Kartódromo de Interlagos, em São Paulo (SP), o GP Go2Kart definiu no último domingo os campeões do primeiro turno do campeonato do clube de companheirismo do Rotary Club Ponte Estaiada São Paulo (Distrito 4.420). Na Taça Ingo Hoffmann (Stock) o campeão foi Fábio Cunha, enquanto Geison Granelli se garantiu na Taça Felipe Giaffone (Truck), e José Adauto Silva ficou com o título da Taça Aldo Piedade (Light).

Na principal categoria a pole position ficou com Nelson Reple (1min07s889), e a briga pela vitória envolveu também Fábio Cunha e Fábio PL, autor da volta mais rápida (1min06s962). Na bandeirada os três chegaram juntos, com a pequena vantagem de 0s151 de Cunha sobre PL, com Reple ficando em terceiro a 0s271. Foi o suficiente para Fábio Cunha vencer o primeiro turno da Stock com 109 pontos, 11 de folga sobre Alberto Otazú.

Na categoria lastreada em 110 quilos, Andrez Velasco foi dominador. Largou da pole position, estabeleceu a volta mais rápida (1min07s554) e venceu com a enorme vantagem de 7s938 sobre Geison Granelli, que garantiu o título do turno da Truck. Em terceiro terminou Fernando Teles. Granelli somou 96 pontos, apenas dois de vantagem sobre Guto de Oliveira.

Na categoria para os iniciantes, José Adauto Silva mostrou a sua disposição largando da pole position (1min07s805) e depois de muita disputa com Rogério Cebola e estabelecer o melhor tempo da corrida (1min07s235), recebeu a bandeirada em primeiro, mas sofreu uma penalização. Com isto, caiu para a segunda posição, com Fábio Noronha herdando a vitória. Mas o segundo posto foi o suficiente para José Adauto vencer o primeiro turno da Light, com 101 pontos, cinco a mais do que Adeilton Neri.

Foto/DivulgaÇÃo Karts

Bandeirada *de chegada da categoria Stock*

A sexta etapa do RKC será no dia 20 de julho, novamente no Kartódromo de Interlagos, abrindo o calendário do segundo turno.

Pontuação do primeiro turno da Taça Ingo Hoffmann (Stock): 1) Fábio Cunha, 109 pontos; 2) Alberto Otazú, 98; 3) Fábio PL, 89; 4) Rodrigo Molisani, 79; 5) Fernanda Jardim, 75; 6) Nelson Reple, 72; 7) Leonardo Ferreira, 69; 8) Igor Mei, 66; 9) Jorge Felipe, 60; 10) Alejandro Pomponio, 55.

Pontuação do primeiro turno da Taça Felipe Giaffone (Truck): 1) Geison Granelli, 96 pontos; 2) Guto Oliveira, 94; 3) Fernando Teles, 93; 4) Anthony Peperone, 90; 5) Eduardo Ximenes, 85; 6) Sérgio Compain, 85; 7) Andrez Velasco, 78; 8) Marcelo Yoshida, 70; 9) Leonardo Ferreira, 70; 10) Renê Ferreira, 70.

Pontuação do primeiro turno da Taça Aldo Piedade (Light): 1) José Adauto Silva, 101 pontos; 2) Adeilton Neri, 96; 3) Anthony 'Peperone', 86; 4) Alexandre Porche, 85; 5) Fernando Teles, 81; 6) Rogério Cebola, 74; 7) José Mauro Claudino, 73; 8) Fábio Noronha, 72; 9) Caio Terra, 67; 10) José Jesus, 62.

O RKC Racing tem o apoio de Cervejas Votus/Ecoposte/Espetinhos Esperança/Flash Courier/Imab/Troféus Inarco/Master Express/Porto Penha Food Park/Rolley Ball/Speed Truck.

Procure na loja de apps do celular e baixe o aplicativo Go2Kart, para Android e Iphone, e tenha em mãos todo o calendário do RKC e outros certames. Visite www.rkcracing.com.br

A 100 dias do início do Mundial de Atletismo de Doha, no Catar

O primeiro foco dos brasileiros são os Jogos Pan-Americanos de Lima, no Peru, de 27 de julho a 10 de agosto, mas o atletismo tem como meta principal da temporada 2019 o Campeonato Mundial Doha, que será disputado de 27 de setembro a 6 de outubro, no Catar. E na quarta-feira (19) a IAAF abriu a contagem regressiva de 100 dias para a abertura do evento no Estádio Khalifa.

Duas estrelas do Catar são esperadas com grande ansiedade: Mutaz Barshim, o segundo melhor atleta do salto em altura da história, com 2,43m, que se recupera de uma lesão no tornozelo, e Abderrahman Samba, dos 400 m com barreiras, que também tem o segundo melhor tempo da história, com 46.98.

Assim como Barshim e Samba, o Mundial reunirá os melhores competidores do planeta de países como os Estados Unidos, a Grã-Bretanha, Alemanha, Jamaica e muitos outros.

O Brasil tem até agora 28 atletas qualificados – 20 homens e 8 mulheres – e o prazo para a obtenção de índices vai até 6 de setembro. Entre os atletas com marca mínima destaque para os marchadores Caio Bonfim (CASO-DF) e Erica Rocha de Sena (Orcampi Unimed-SP), que no Mundial de Londres 2017 brilharam. Caio conquistou a medalha de bronze nos 20 km, enquanto Erica terminou na quarta colocação no mesmo evento.

O site do evento é https://iaafworldathleticschamps.com/doha2019/

Para informações sobre bilhetes para a competição acesse o site oficial do evento. Para aqueles que querem ir para o Mundial há pacotes de viagens pela Qatar Airways e a Discover Qatar. Desconto para viagens pela Qatar Airways pode ser encontrado em https://www.qatarairways.com/en-qa/offers/cug/IAAFQA19.html usando o código IAAFQA19. Acomodações, ingressos e pacotes de atividades de Doha estão disponíveis em https://uat-www.discoverqatar.qa/events/iaaf/

A Caixa é a patrocinadora do atletismo brasileiro.

autojornal
o dia a dia motorizado

Acordo busca inclusão de pessoas com deficiência por meio do esporte

O Governador João Doria e o Presidente Jair Bolsonaro, juntamente com os presidentes da Caixa Econômica Federal, Pedro Guimarães, e do Comitê Paralímpico Brasileiro, Mizael Conrado, assinaram, na quarta-feira (19), um termo de compromisso entre o banco e o Centro de Treinamento Paraolímpico Brasileiro.

A partir deste acordo, o local passa a ser chamado "Centro Paraolímpico Brasileiro Caixa". O objetivo é promover a iniciação anual de 550 crianças com deficiência de 10 a 17 anos, alunos das redes públicas municipais e estaduais, com a oferta de oito modalidades: atletismo; natação, judô, futebol de 5, vôlei sentado, bocha, goalball e tênis de mesa.

"Esse projeto representa um incentivo extraordinário, no valor de R$ 10 milhões, para o Centro Paraolímpico Brasileiro. É um investimento para o Brasil", enfatizou o Governador, que também apontou o local como o maior centro paralímpico da América Latina e o quarto maior e melhor do mundo. Ele destacou ainda a participação da Secretária de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Célia Leão, como a grande inspiração para a assinatura do termo e o que ele representa.

Eder/Portal Governo SP

Cerimônia *para assinatura de termo de compromisso entre a Caixa Econômica Federal e Centro Paraolímpico Brasileiro,*

O acordo pretende facilitar o acesso da população de baixa renda a serviços financeiros e produtos bancários, transformar a sociedade com projetos inclusivos e apoiar projetos que promovam a inclusão por meio do esporte, da cultura e da educação.

Sobre o Centro de Treinamento

A construção do Centro de Treinamento Paraolímpico Brasileiro, no Parque Fontes do Ipiranga, na zona Sul da capital paulista, se deu a partir de parceria entre os Governos Federal e Estadual, por meio da Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

O Centro conta com instalações esportivas, alojamento, auditório e está entre os mais equipados e maiores do mundo no atendimento a atletas paralímpicos.

O local também pode receber competições e intercâmbios de atletas e seleções em 15 modalidades paralímpicas: atletismo, basquete, esgrima, rúgbi e tênis em cadeira de rodas, bocha, natação, futebol de 5 (para cegos), futebol de 7 (para paralisados cerebrais), goalball, halterofilismo, judô, tênis de mesa, triatlo e vôlei sentado.

CESAR NETO

www.cesarneto.com

MÍDIAS

A coluna diária de política do jornalista Cesar Neto é publicada [na imprensa] desde 1993 em "O DIA"; 3º mais antigo jornal diário em São Paulo. Na Internet desde 1996, www.cesarneto.com foi pioneiro no Brasil. Nossa Estética e Métrica foi a 'pré-história' do Twitter. Desde 2018, @CesarNetoReal

HISTÓRIAS

'Embaixador' político da Marcha pra Jesus, o vereador Gilbertinho Nascimento (PSC) incorporou sua missão pessoal pra que o maior evento do mundo não perca a essência das missões espirituais [acima das políticas] que principalmente as igrejas protestantes e seus líderes deem exemplo do que é o Cristianismo ...

DA

... Em tempo: o crescimento dos cristãos protestantes no mundo da religiosidade ocidental acabou - desde que o até então católico Lutero publicou seu manifesto denunciando abusos de poder da igreja Católica via políticas nada divinas por parte do Vaticano - alavancando o crescimento da Marcha pra Jesus desde seu ...

POLÍTICA

... começo no Brasil, há mais de um quarto de Século. Quanto a igreja Renascer em Cristo, cuja liderança do casal Estevam - Sônia estão hoje num outro patamar espiritual [portanto bem longe do que já representaram entre as denominações que mais cresciam no Brasil no final do Século 20] ela segue sendo histórica ...

EM

... Parada hoje chamada LGBTI, que começou como GLS [gays, lésbicas e simpatizantes] no final do Século 20, cresceu tanto que é hoje o maior evento da diversidade sexual do mundo. Aliás, as populações ainda hétero-sexuais podem se tornar minorias até o final deste Século. Em tempo: alguns dos políticos que ... estiveram no maior ...

SÃO PAULO

... estiveram dias antes no evento que [em tese] devia marchar por literalmente imitar as Éticas legadas pelo Filho de Deus na Terra, estiveram também no maior evento do mundo que prega liberdades individuais dos usos e das modificações do corpo e das funções físico químicas originais, derivados da natureza ...

BRASIL

... Divina que nos Criou, segundo a literatura bíblica. O Criador nos deu livre arbítrio, porém com a Pena de uma 2ª e Eterna Morte aos que não são leais e fiéis enquanto seguidores de Jesus [voltará como Guerreiro, Justiceiro e Julgador]. Quem será a igreja arrebatada e quais dos 2 lados merecerá uma 2ª e Eterna Vida ?

EDITOR

O jornalista Cesar Neto torou-se referência na imprensa [mídias], Instituições e partidos políticos. Dirigiu Comitês de Imprensa e está dirigente na Associação "Cronistas de Política - São Paulo". Recebeu Medalha Anchieta [Câmara paulistana] e Colar de Honra ao Mérito [Assembleia paulista]

cesar@cesarneto.com

Campanha nacional vai incentivar o turismo em São Paulo

O Governador João Doria lançou na quarta-feira (19) a primeira campanha publicitária nacional para estimular o turismo no Estado. A iniciativa, que faz parte do programa São Paulo Pra Todos, tem o objetivo de incentivar a população de todo o país a visitar os diversos destinos do Estado, desde as localidades mais populares até os pontos menos conhecidos, mas com o mesmo potencial de visitação. O vídeo de 1 minuto vai ao ar a partir de domingo (23).

"Esta campanha consagra o turismo como fator de desenvolvimento econômico, gerador de empregos, valorizando a cultura e as características regionais. Desde o começo do ano, esta campanha foi planejada para mostrar o que São Paulo tem dentro da sua força turística. O turismo na Capital, na Grande São Paulo, no litoral e no interior", disse Doria.

São Paulo conta com 622 km de praias e 138 mil hectares de Mata Atlântica, diversos parques e reservas florestais, cavernas, rios e cachoeiras, além de espaços para esportes aquáticos e ecoturismo. O Estado tem mais de 300 cidades de reconhecido potencial turístico, 70 municípios considerados estâncias balneárias, turísticas, hidrominerais e climáticas e uma capital com intensa atividade cultural e artística, esporte de aventura e culinária diversificada.

"As atrações turísticas paulistas mostram a pluralidade que temos no nosso Estado. Há belezas naturais dos mais variados tipos, seja no interior ou no litoral, com opções de gastronomia, festas populares, eventos, atrações artísticas, pontos religiosos e muito mais. A nossa intenção é que o setor de turismo possa gerar mais renda e empregos para essas cidades, além de outras melhorias para a população", afirmou o Secretário de Comunicação, Cleber Mata.

A campanha publicitária foi desenvolvida pelas agências TBWA\Lew Lara e Z515, com coordenação da Secretaria de Comunicação.

Iniciativa privada

Além da campanha lançada hoje, as companhias aéreas nacionais vão investir R$ 40 milhões para custear um plano de marketing para fomentar a permanência de visitantes em São Paulo por um ou dois dias a mais que o previsto – prática conhecida no setor como "stopover". A iniciativa é uma contrapartida à redução da alíquota do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) que incide sobre o combustível de aviação em São Paulo.

"Está programado, em estudos conjuntos com a Abear (Associação Brasileira das Empresas Aéreas), a criação de 54 mil empregos com o impacto dessa diminuição da QAV (Querosene de Aviação)", afirmou o Secretário de Turismo, Vinicius Lummertz.

A alíquota, que hoje é de 25%, cairá para 12% e vai baratear o custo operacional das empresas aéreas. Outra contrapartida será a criação de 490 decolagens semanais em 70 novos voos.

Governo de SP anuncia repasse recorde de verbas para municípios

O Governo do Estado confirmou o repasse recorde de R$ 230 milhões para convênios de infraestrutura urbana na atual gestão. A verba atenderá 567 municípios e foi anunciada na quarta-feira (19), durante o 1º Seminário de Gestão Pública, realizado no Palácio dos Bandeirantes, em São Paulo.

"Não tenho dúvidas de que sou um Governador municipalista. Essa é a forma correta de se fazer gestão. É uma deliberação do nosso Governo, descentralizar recursos e acreditar na capacidade dos prefeitos e prefeitas", afirmou o Governador João Doria no evento.

Critérios

O dinheiro será escalonado de modo a priorizar apoio do Governo do Estado a municípios com até 100 mil habitantes. Segundo os critérios da Secretaria de Desenvolvimento Regional, cidades com até 20 mil habitantes poderão pleitear repasses de até R$ 300 mil.

O valor sobe para R$ 500 mil para municípios com até 50 mil habitantes e atinge o máximo de R$ 700 mil para as cidades maiores. As prefeituras poderão apresentar projetos para aplicação da verba a partir desta quarta.

Os repasses estaduais deverão custear, parcial ou integralmente, obras de infraestrutura urbana e pavimentação e recapeamento de ruas, além de construção ou reforma de escolas e praças. De acordo com o secretário de Desenvolvimento Regional, Marco Vinholi, os municípios com população superior a 100 mil habitantes também poderão pleitear novos convênios para programas específicos que serão anunciados pelo Estado nos próximos meses.

Avaliação

A previsão é que os repasses comecem a ser feitos no segundo semestre. Os pedidos apresentados pelas prefeituras serão avaliados pelo corpo técnico e financeiro da gestão estadual. A partir da aprovação, o dinheiro será liberado mediante contratação dos serviços e medição de cada etapa das obras.

Em contrapartida, o Governo Paulista exigirá que as prefeituras atendam a metas de gestão pública estabelecidas pelo Palácio dos Bandeirantes. Entre elas, estão aumento no número de matrículas em creches, pré-escolas e ensino fundamental; redução da taxa de mortalidade infantil; e queda no número de mortes por homicídios e em acidentes de trânsito.

"As novas diretrizes do Governo foram expostas aos prefeitos. Apresentamos programas que qualificam, focalizam e modernizam as políticas públicas, pactuando resultados e investindo na descentralização dos recursos," enfatizou Marco Vinholi.

Seminário

Iniciativa inédita na administração pública paulista, a realização do seminário de gestão reuniu cerca de 1,5 mil gestores de 509 municípios, entre eles 503 prefeitos. O evento foi aberto pelo Governador no início da manhã e se estendeu até o começo da tarde, com palestras sobre governança e resultados, projetos e metas, gestão descentralizada e digitalização de processos.

Saúde abre concurso público para contratar 52 médicos

Para reforçar o quadro clínico de hospitais estaduais localizados na cidade de São Paulo, a Secretaria de Estado da Saúde vai contratar 52 médicos. O concurso leva em conta a necessidade de reforçar o atendimento à população usuária do SUS (Sistema Único de Saúde) e melhorar o atendimento em todo o Estado.

Há vagas para diversas especialidades, incluindo pediatria, oncologia, clínica médica, ginecologia, ortopedia, entre outras. Os selecionados vão atuar nos hospitais Heliópolis, Ipiranga, Pérola Byington, Vila Penteado, Mandaqui e Dante Pazzanese.

Unidades	Número de médicos
Conjunto Hospitalar do Mandaqui	4 (Pediatria)
Hospital Geral de Vila Penteado	1 (Cirurgia Geral)
Instituto Dante Pazzanese de Cardiologia	28 (Pediatria / Serviço de cardiologia pediátrica)
Hospital Heliópolis	2 (Oncologia Clínica)
Hospital Ipiranga 7	(1 para cada especialidade: Cirurgia Geral; Clínica médica com área de atuação em medicina de urgência; Ginecologia e Obstetrícia; Medicina Intensiva; Pediatria com área de atuação em Neonatologia; Ortopedia e Traumatologia; Oncologia Clínica)
Hospital Pérola Byington – Centro de Referência da Saúde da Mulher	10 (Oncologia Clínica)

Tempo seco pode causar problemas respiratórios

O tempo seco e a diminuição na frequência das chuvas faz com que a umidade relativa do ar fique baixa. A consequência para a saúde vai desde ardência e irritação nos olhos e garganta, tosse seca ou "cheia" e boca seca, podendo ser evoluir para casos mais graves em pessoas que já tenham alguma doença crônica, como asma, causando crises de tosse e o agravamento da doença.

Durante este período também é comum o aumento da circulação de vírus respiratórios que podem causar coriza, tosse e febre por tempo variável, tendo, em alguns casos, complicações como crises de chiado, pneumonias e, em situações extremas, insuficiência respiratória com necessidade de internação hospitalar.

De acordo com o coordenador do Ambulatório de Alergia em Otorrinolaringologia do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, João Mello, o ideal é que diariamente sejam tomados cuidados simples para não agravar problemas pulmonares e nasais.

"É importante que o ambiente esteja umidificado para que não haja o ressecamento das vias aéreas, e que o paciente ingira bastante líquido, a fim de ajudar o muco a funcionar corretamente. A segunda dica é evitar locais fechados porque isso facilita a contaminação de vírus, como gripes. E, aos pacientes que gostam de atividades físicas, indicamos que elas sejam realizadas antes das 9h e após às 17h", afirma.

Alergias

As alergias mais comuns são as rinites e as sinusites, inflamações das vias respiratórias provocada pelas variações climáticas bruscas e o contato com o pó e poluentes.

Também é válido lavar sempre as mãos, tossir e espirrar em lenços descartáveis e higienizar as mãos na sequência. Crianças, idosos e pessoas que já possuem histórico de doenças respiratórias crônicas são os grupos mais vulneráveis neste período e precisam redobrar os cuidados.

"Para aliviar os sintomas é necessário beber bastante líquido, lavar o nariz e os olhos com soro fisiológico, evitar exercícios físicos ao ar livre, principalmente entre 10h e 17h nos dias com baixa umidade do ar e evitar lugares fechados e de grande aglomeração", recomenda o pneumologista Fábio Muchão.

Cuidados com a pele

A pele também precisa de cuidados nesta época do ano. Para a dermatologista do Instituto Central da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, Tatiana Villas Boas Gabbi, a pele seca é resultado de poluentes que ficam dissolvidos no ar e sentidos, principalmente, pelas pessoas que já têm tendência à desidratação.

"Para amenizar este efeito de ressecamento, além da importância de beber água, é necessário utilizar um hidratante corporal todos os dias. Além disso, evitar banhos quentes e esfoliações, pois retiram a gordura natural da pele", conclui a especialista.

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação
Viaduto 9 de Julho, 180
1º andar - Sala 12
CEP: 01050-060
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R$ 3,00

Jornalista Responsável
Maria Augusta V. Ferreira
Mtb. 19.548

Assinatura on-line
Mensal: R$ 20,00
Radiobrás – Agência Brasil

Publicidade Legal
Balanços, Atas e Convocações
R. Albion, 229 - Cj. 113 - Lapa
Telefone: 3832-4488

E-mail: jornalodiasp@terra.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Banco Central mantém juros básicos no menor nível da história

Pela décima vez seguida, o Banco Central (BC) não alterou os juros básicos da economia. Por unanimidade, o Comitê de Política Monetária (Copom) manteve a taxa Selic em 6,5% ao ano. A decisão era esperada pelos analistas financeiros.

Com a decisão de quarta-feira (19), a Selic continua no menor nível desde o início da série histórica do Banco Central, em 1986. De outubro de 2012 a abril de 2013, a taxa foi mantida em 7,25% ao ano e passou a ser reajustada gradualmente até alcançar 14,25% ao ano em julho de 2015. Em outubro de 2016, o Copom voltou a reduzir os juros básicos da economia até que a taxa chegasse a 6,5% ao ano em março de 2018.

Em comunicado, o Copom informou que está monitorando a economia brasileira. A nota diz que o Banco Central só deve voltar a reduzir os juros após o avanço ou a aprovação de reformas que reduzam os gastos públicos, como a da Previdência. "O comitê ressalta ainda que a percepção de continuidade da agenda de reformas afeta as expectativas e projeções macroeconômicas correntes. Em particular, o comitê julga que avanços concretos nessa agenda são fundamentais para consolidação do cenário benigno para a inflação prospectiva", destacou.

A Selic é o principal instrumento do Banco Central para manter sob controle a inflação oficial, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Em maio, o indicador fechou em 4,66% no acumulado de 12 meses. Depois de vários meses de alta no início do ano, o índice desacelerou em maio, atingindo o menor resultado para o mês desde 2006.

Para 2019, o Conselho Monetário Nacional (CMN) estabeleceu meta de inflação de 4,25%, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual. O IPCA, portanto, não poderá superar 5,75% neste ano nem ficar abaixo de 2,75%. A meta para 2020 foi fixada em 4%, também com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual.

Inflação

No Relatório de Inflação divulgado no fim de março pelo Banco Central, a autoridade monetária estima que o IPCA encerrará 2019 em 3,9% e continuará baixo até 2021. De acordo com o boletim Focus, pesquisa semanal com instituições financeiras divulgada pelo BC, a inflação oficial deverá fechar o ano em 3,84%.

Crédito mais barato

A redução da taxa Selic estimula a economia porque juros menores barateiam o crédito e incentivam a produção e o consumo em um cenário de baixa atividade econômica. No último Relatório de Inflação, o BC projetava expansão da economia de 2% para este ano. Segundo o boletim Focus, os analistas econômicos preveem crescimento de 0,93% do Produto Interno Bruto (PIB, soma dos bens e serviços produzidos pelo país) em 2019.

A taxa básica de juros é usada nas negociações de títulos públicos no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic) e serve de referência para as demais taxas de juros da economia. Ao reajustá-la para cima, o Banco Central segura o excesso de demanda que pressiona os preços, porque juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança. Ao reduzir os juros básicos, o Copom barateia o crédito e incentiva a produção e o consumo, mas enfraquece o controle da inflação. Para cortar a Selic, a autoridade monetária precisa estar segura de que os preços estão sob controle e não correm risco de subir. (Agencia Brasil)

Bolsa fecha pela primeira vez acima dos 100 mil pontos

Em um dia de euforia no mercado financeiro, a Bolsa de Valores rompeu a barreira dos 100 mil pontos, e o dólar fechou no menor valor em dois meses. O índice Ibovespa, da B3 (Bolsa de Valores de São Paulo), encerrou o dia com alta de 0,9%, aos 100.303 pontos. Este é o maior nível da história.

No mercado de câmbio, o dólar comercial caiu 0,25% e foi vendido a R$ 3,85. Em queda pelo segundo dia seguido, a divisa chegou ao no menor valor desde 10 de abril (R$ 3,824).

Na quarta-feira, o Federal Reserve – Banco Central dos Estados Unidos – manteve os juros da maior economia do planeta entre 2,25% e 2,5% ao ano. A instituição, no entanto, indicou que pode cortar a taxa ainda este ano. Juros mais baixos em economias avançadas aumentam o fluxo de capitais para países emergentes, como o Brasil, pressionando para baixo a cotação do dólar e estimulando investimentos no mercado de ações.

No Brasil, os investidores acompanham as discussões do relatório da reforma da Previdência na comissão especial da Câmara dos Deputados. Na quarta-feira, ocorreu o segundo dia de debates. A expectativa da Casa é que a na comissão especial vote o texto na próxima semana. (Agencia Brasil)

BB tem reserva de R$ 2 bilhões para o caso de perdas com a Odebrecht

O Banco do Brasil tem reservas suficientes para absorver perdas com empréstimos feitos à Odebrecht, em recuperação judicial, garantiu o presidente do banco, Rubem Novaes.

Segundo Novaes, o banco tem empréstimos sem garantias no valor R$ 4 bilhões. Mas 50% desse valor está provisionado, ou seja, reservado para possibilidade de não pagamento. "A exigência de provisão nesse caso é no mínimo 30%. Nós temos 50%. É uma situação extremamente tranquila", disse ao deixar o Ministério da Economia, após reunião, na manhã de quarta-feira (19), com o ministro da Economia, Paulo Guedes, e o indicado para a presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Gustavo Montezano.

De acordo com o presidente do BB, o lucro do banco só será afetado negativamente se o abatimento da dívida no processo de recuperação judicial for superior a 50% da dívida. Caso o desconto seja inferior a 50%, aumenta o lucro do banco porque o valor provisionado (R$ 2 bilhões) vai para o resultado do balanço da instituição.

Novaes lembrou que, no caso da Oi, que também passou por processo de recuperação judicial, o banco aumentou a rentabilidade porque estava mais provisionado do que o necessário.

Na terça-feira (18), a Justiça de São Paulo aceitou o pedido de recuperação judicial do Grupo Odebrecht. A holding controladora e mais 19 empresas do grupo deverão apresentar um plano de recuperação em até 60 dias. Serão renegociadas dívidas em um total de R$ 51 bilhões, excluindo dívidas entre as próprias empresas do grupo e que não podem ser negociadas dessa forma, como créditos trabalhistas. O montante total de dívidas chega a R$ 83,6 bilhões.

Tesouro

Questionado se o Banco do Brasil também vai devolver recursos ao Tesouro Nacional, como fez recentemente a Caixa Econômica Federal, Novaes disse que são situações diferentes. "O Banco do Brasil tem situação totalmente diferente dos outros bancos. Primeiro, que temos acionistas minoritários. Agora, o mais importante é que os recursos entraram no banco vinculados a empréstimos rurais. [O banco] Só poderia devolver esses recursos na medida em que empréstimos rurais fossem vencendo. Tem toda uma cronologia que precisa ser respeitada", disse.

Ele disse que o governo também pode escolher deixar esses recursos no banco, para reforçar empréstimos para agricultura. "Não tem nada definido", disse. (Agencia Brasil)

Funcionários do BNDES participam de ato contra proposta sobre FAT

Um ato na quarta-feira (19), na sede do Banco do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), criticou a medida prevista no relatório da reforma da Previdência, apresentado pelo deputado federal Samuel Moreira (PSDB-SP) na comissão especial da Câmara, que prevê que a parcela de 40% das receitas do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) deixe de ser repassada ao BNDES e passe a ser destinada à Previdência Social.

O ato lotou o auditório com capacidade para 400 pessoas e contou com a presença de quatro ex-presidentes do banco. O encontro foi organizado pela Associação dos Funcionários do BNDES (AFBNDES) e reuniu os ex-presidentes do banco: Dyogo Oliveira, Paulo Rabello de Castro, Luciano Coutinho e José Pio Borges. Os executivos defenderam que o FAT é uma fonte estável de recursos que permitiu que o banco tomasse outra dimensão e apoiasse projetos de longo prazo.

A associação de funcionários do banco defendeu que a mudança proposta pelo relator vai retirar R$ 20 bilhões por ano do caixa do BNDES, o que inviabilizaria R$ 410 bilhões em investimentos nos próximos 10 anos. A consequência disso, segundo as contas da associação, poderia ser deixar de criar 8 milhões de empregos.

Luciano Coutinho ponderou que o ato não era contra a reforma da Previdência, mas sim contra a inclusão dessa medida no relatório apresentado. "É algo cuja irracionalidade é evidente. Eu acredito que isso foi um acerto contábil, matemático, aritmético, de última hora e que precisamos demonstrar que não é consistente e buscar junto ao Congresso Nacional uma alternativa", disse.

Dyogo Oliveira argumentou que a medida vai na contramão da intenção de reduzir as despesas correntes do governo para abrir espaço para investimentos, já que o dinheiro será retirado do banco de fomento para ajudar no equilíbrio da Previdência Social. "É o oposto do que se pretende", disse o Oliveira.

Paulo Rabello de Castro também criticou a proposta e disse que representantes dos funcionários precisam procurar o Congresso Nacional para mostrar o impacto da proposta nos investimentos do país. "Não adianta fazermos essa reunião se não fizermos um corpo a corpo em Brasília."

O relatório apresentado na comissão especial também recebeu críticas do ministro da Economia, Paulo Guedes. Na semana passada, ao comentar as mudanças trazidas no texto, Guedes disse que houve um recuo que pode abortar a Nova Previdência.

"Vou respeitar a decisão do Congresso. Agora, se aprovarem a reforma do relator, abortaram a reforma da Previdência", disse o ministro. (Agencia Brasil)

Petrobras contrata plataforma para operar em Búzios 5

A Petrobras assinou uma carta de intenção com o Grupo Modec para o afretamento de uma unidade que produz, armazena e transfere óleo, plataforma do tipo FPSO [na sigla em inglês], que será utilizada no projeto de desenvolvimento da produção do campo de Búzios 5, referente a Contrato de Cessão Onerosa.

De acordo com a Petrobras, a plataforma vai funcionar a cerca de 180 quilômetros (km) da costa brasileira, em lâmina d'água de 1.900 metros, no pré-sal da Bacia de Santos.

A estatal informou que o projeto prevê a interligação de até 15 poços, com capacidade de processar até 150 mil barris de petróleo/dia (bpd) e 6 milhões de m³/dia de gás natural. O início da produção está previsto para 2022.

"A unidade será operada pela Modec e afretada por até 21 anos. Parte do plano de execução será realizado no Brasil, em modelo semelhante ao adotado por outras unidades afretadas pela Petrobras", informou a empresa por meio de nota. (Agencia Brasil)

Prévia do Índice de Confiança da Indústria recua 1,4 ponto

A prévia do Índice de Confiança da Indústria registrou este mês recuo de 1,4 ponto em relação a maio. Segundo a Fundação Getúlio Vargas (FGV), o resultado negativo, divulgado hoje (19), no Rio de Janeiro, seria determinado tanto pela piora na percepção dos empresários em relação à situação atual quanto pelas perspectivas futuras dos negócios.

Até agora, o Índice da Situação Atual (ISA) cairia 1,8 ponto, indo para 96,7 pontos, enquanto o Índice de Expectativas (IE) diminuiria 1,0 ponto, para 94,9 pontos.

O resultado preliminar de junho sinaliza queda de 0,1 ponto percentual do Nível de Utilização da Capacidade Instalada da Indústria (Nuci), para 75,2%.

Entretanto, é ainda superior ao registrado em janeiro deste ano, que foi de 74,3%. O resultado final de junho será divulgado pela FGV no dia 27. (Agencia Brasil)

INTERNACIONAL

Terremoto de magnitude 6,7 atinge o norte do Japão e deixa 28 feridos

Autoridades meteorológicas japonesas afirmaram que um terremoto de magnitude 6,7 atingiu a região norte do país na terça-feira à noite. Nenhuma morte foi registrada. Vinte e oito pessoas ficaram feridas nas províncias de Niigata, Yamagata, Miyagi, Ishikawa e Akita.

Segundo sismólogos, o tremor ocorreu ao largo da costa de Yamagata às 22h22 de terça-feira. Estima-se que o foco estava a 14 quilômetros sob o leito marinho.

Alertas de tsunami emitidos ao longo da costa das províncias de Yamagata, Niigata e Ishikawa foram suspensos na quarta-feira (19) de manhã.

A província mais duramente atingida pelo sismo foi Niigata, onde foi registrada uma intensidade entre 6 e 6,5 na escala japonesa que vai de 0 a 7.

O forte tremor afetou a rede elétrica da região. Funcionários de operadoras disseram que, em determinado momento, milhares de domicílios em Niigata e Yamagata ficaram sem luz. (Agencia Brasil)

Três russos e um ucraniano são acusados por acidente aéreo na Malásia

Procuradores holandeses acusaram três russos - Igor Girkin, Sergey Dubinsky and Oleg Pulatov - e um ucraniano - Leonid Kharchenko - de envolvimento direto na destruição em pleno voo do MH17 da Malaysia Airlines, quando fazia a rota Amesterdã-Kuala Lumpur. Morreram no acidente 298 pessoas. O MH17 foi atingido no ar em 17 de julho de 2014, quando sobrevoava território controlado pelos separatistas pró-russos na Ucrânia.

A maior parte das vítimas era holandesa. Uma investigação conjunta de uma equipe formada por representantes da Austrália, Bélgica, Malásia e Holanda descobriu que o avião foi abatido com um míssil de origem russa.

Procuradores holandeses anunciaram na quarta-feira (19) que quatro suspeitos serão acusados pela destruição do aparelho e a morte das 298 pessoas a bordo - três russos e um ucraniano, considerados responsáveis por terem transportado o sistema de mísseis utilizado para abater o MH17.

As autoridades vão emitir mandados de busca internacionais para que os envolvidos sejam levados ao tribunal, sob acusação de assassinato, em julgamento na Holanda, que deve começar em 9 de março de 2020.

Os investigadores dizem que há evidências claras de que a Rússia providenciou o sistema de lançamento dos mísseis.

O julgamento decorrerá, muito provavelmente, sem os três acusados russos, uma vez que a Rússia sempre negou qualquer envolvimento na queda do avião e recusou cooperar com a investigação.

Quanto ao ucraniano, as autoridades acreditam que possa estar em seu país. (Agencia Brasil)

Número de famílias endividadas aumenta 56% em maio na capital paulista

A proporção de famílias endividadas na capital paulista aumentou para 56,5% em maio deste ano, em relação a abril (55,2%). Segundo levantamento da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP), na comparação com o mesmo período do ano passado,a alta foi de 5,4 pontos percentuais, o que significa 227 mil famílias endividadas a mais do que em maio de 2018.

De acordo com a FecomercioSP, o alto índice de desemprego também levou ao aumento da taxa de inadimplência, que chegou a 20,5% em maio. Isso significa que 804,3 mil famílias não pagaram a dívida até a data do vencimento, com crescimento de 53 mil em um ano, próximo do maior patamar histórico, de 21,8%, registrado em abril de 2012.

Também em maio, houve queda de 1,8% na intenção de consumo das famílias e de 1,6% na propensão de comprar algum produto financiado nos próximos três meses, na comparação com o mês de abril. A Federação do Comércio ressalta que o percentual de renda comprometida com dívida tem permanecido em torno de 28,5% ao longo dos meses.

"É bom evitar o repasse de aumento de preços ao cliente, já não tão disposto a comprar", diz, em nota, a FecomercioSP. "Por isso, é preciso se empenhar na negociação com os fornecedores, com atenção ao câmbio e à inflação, ainda que seja necessário reduzir a margem de lucro. Assim, será possível manter o fluxo de caixa e fazer o estoque girar."

Segundo a entidade, os comerciantes precisam oferecer opções variadas de pagamento aos clientes, o que pode ser uma forma positiva de garantir vendas, além de descontos no pagamento à vista e de disponibilizar parcelamento da compra. A FecomercioSP lembra que os consumidores têm enfrentado restrições de créditos nas grandes instituições. (Agencia Brasil)

autojornal
o dia a dia motorizado
Edição: 436
São Paulo, 20 a 28 de junho de 2019

Importados

Chega o elétrico Jaguar I-Pace

Primeiro modelo 100% elétrico da Jaguar, o SUV I-Pace chega ao mercado brasileiro e está disponível para os clientes com o preço a partir R$ 437.000.

As primeiras unidades a desembarcarem no País contam com um pacote de opcionais que inclui teto panorâmico fixo, rodas em aro 20 e smartphone pack, sistema que permite a sincronização de alguns aplicativos do celular com o veículo. Com esse pacote de opcionais, o veículo é vendido a R$ 449.190.

O modelo já está disponível em versão única equipada com dois motores elétricos que desenvolvem 400 cv de potência e bateria de 90kW que oferecem autonomia de até 470 quilômetros com uma única carga, de acordo com o ciclo WLTP.

O modelo elétrico traz torque instantâneo de 69,6 kgfm, força suficiente para levá-lo da imobilidade aos 100 km/h em apenas 4,8 segundos.

Para receber o I-Pace, e oferecer a melhor estrutura de pós-venda aos clientes do modelo, a rede de concessionárias Jaguar Land Rover de todo o Brasil está sendo devidamente preparada. Uma série de amplos programas de treinamento voltados a todos os seus funcionários, desde vendedores até os técnicos de oficina, estão sendo realizados pela Jaguar Land Rover.

Além disso, as concessionárias terão toda a estrutura física necessária para receber o modelo, incluindo uma unidade de carregamento de 7kW.

O novo Jaguar I-Pace oferece aos seus clientes um SUV extremamente prático, com desempenho de um superesportivo, amplo espaço interno, tecnologia avançada e design extremamente atraente.

Equipado com uma bateria íon de lítio de 90kWh formada por 432 células e ampla capacidade térmica, o modelo é capaz de sair da imobilidade e alcançar os 100km/h em apenas 4,8 segundos, além de possuir uma autonomia de rodagem de até 470 quilômetros de acordo com a WLTP. Tudo isso graças aos dois motores elétricos idênticos que enviam tração para as quatro rodas.

O carregador de 100kW permite aos clientes recarregar até 80% da bateria do I-Pace em até 40 minutos, situação ideal para uma viagem longa. Já quando carregado em um carregador padrão de 7kW, os 80% de carga são alcançados em 10 horas, ou seja, uma situação perfeita para o carregamento durante uma noite de sono.

A combinação de tração nas quatro rodas, 400cv de potência e 69,6 Kgfm de torque instantâneo, característica inerente de um veículo 100% elétrico assegura que esse modelo de zero emissões tenha um comportamento esportivo em todas as situações.

O modelo é equipado com dois motores elétricos idênticos de ímãs permanentes, cada um com a função de gerar força para um eixo do veículo. Os motores são totalmente ajustados ao sistema de transmissão de velocidade única e ao diferencial do I-Pace, construídos para serem extremamente compactos. Ambos trabalham para gerar uma distribuição de força instantânea para as quatro rodas. Tal característica permite que o SUV adapte continuamente seu balanço dianteiro e traseiro, de acordo com as condições da estrada.

Concebido para ser um veículo elétrico de alto rendimento, o I-Pace oferece a seus clientes uma dinâmica de condução extremamente atraente, em um equilíbrio único entre controle, refinamento e praticidade. Para isso, a Jaguar colocou a bateria na posição mais baixa possível entre os eixos, de forma a proporcionar uma distribuição de peso 50:50 e um centro de gravidade 130 milímetros mais baixo que o F-Pace, o que reduz muito a rolagem da carroceria.

Os engenheiros da Jaguar substituíram um freio convencional por um freio elétrico no I-Pace. Isso proporciona ao sistema mais flexibilidade ao combinar a frenagem mecânica regenerativa com a tradicional, o que proporciona uma sensação de pedal consistente e precisa em todas as circunstâncias.

O I-Pace também permite que o condutor selecione entre níveis altos ou baixos de frenagem regenerativa para maximizar a eficiência e otimizar o alcance do veículo. Quando o modo regenerativo elevado é selecionado, ele efetivamente permite que o condutor experimente a condução intuitiva com um único pedal, pois a velocidade do modelo diminui conforme o pedal do acelerador é levantado, o que reduz a dependência do pedal de freio. Neste caso, uma força de frenagem regenerativa máxima de 0.4G pode ser alcançada.

Vantagens aos clientes

Ser proprietário de um Jaguar I-Pace Brasil é uma experiência tão única quanto dirigir o SUV 100% elétrico. Muito mais do que não precisar de um posto de combustível para abastecer seu veículo e poder ser transportado por um veículo com zero índice de emissões, os clientes terão à sua disposição uma série de vantagens exclusivas.

Os proprietários do Jaguar I-Pace contarão com as três primeiras revisões de seu modelo sem nenhum custo. As revisões, são feitas a cada 24 meses ou 34 mil quilômetros e incluem a troca de filtro de ar de cabine, limpador de para-brisa, fluído de freio e dos tubos flexíveis dos freios, além da mão de obra especializada. Tudo sem nenhum custo para o cliente.

Ao todo, a Jaguar oferece no I-Pace cinco anos de garantia total.

Os clientes do I-Pace terão à sua disposição cobertura total de atendimento em caso de pane do modelo ou falta de carga de bateria durante cinco anos, com cobertura em 100% do território nacional, por meio do plano Jaguar Care, sem nenhum custo adicional.

O compromisso da Jaguar em oferecer os melhores produtos do mercado é reforçado pela garantia total de bateria do I-Pace por oito anos ou 160 mil quilômetros – o que ocorrer primeiro -, oferecidos pela marca. Ao final do período, a Jaguar garante no mínimo 70% de capacidade de carga no I-Pace.

A Jaguar Land Rover conta com a Electric Mobility para oferecer aos seus clientes uma gama completa de carregadores para as baterias do I-Pace. Entre as opções disponíveis, a empresa oferece equipamentos voltados para uso em larga escala – como vias públicas, condomínios e empresas – até equipamentos voltados para uso doméstico. Todos eles são compatíveis com o SUV da Jaguar.

A Porto Seguro, empresa referência em seguros automotivos no Brasil oferece diversas opções aos clientes do Jaguar I-Pace, com planos de seguros para os mais variados perfis de clientes. Os planos contam com inúmeras vantagens como carro reserva para o segurado e para terceiros, em caso de acidente, motorista da vez, em caso de o segurado consumir bebidas alcoólicas e não estiver apto a dirigir, motorista particular para casos de impossibilidade física de o segurado dirigir seu veículo, entre outros.

Banco parceiro da Jaguar Land Rover, o Itaú Unibanco incentiva a conscientização a uma economia mais limpa ao oferecer aos clientes uma taxa especial de financiamento para o novo veículo elétrico da Jaguar, iniciativa que contribui para redução da emissão de CO_2 no meio ambiente. Com entrada mínima de 20% do valor do carro, o cliente pode financiar seu I-Pace em até 48 parcelas.

Motos

Nova GL 1800 Gold Wing já nas concessionárias

A Honda anuncia que seu modelo GL 1800 Gold Wing já está disponível em toda rede de concessionárias Dream do Brasil. Dotada da mais atual tecnologia disponível, as versões 2019 reconfirmam-se como a referência máxima no segmento. Com as primeiras unidades da pré-venda já entregues aos clientes, os modelos permanecem com preço público sugerido de R$ 136.550 na versão Gold Wing e R$ 156.550 na versão Tour.

Nesta nova geração, a Gold Wing recebeu uma profunda remodelação que preservou o caráter que deu à motocicleta a posição de ícone sobre duas rodas. O objetivo da Honda ao reprojetar cada componente desta versão foi o de oferecer aos fãs do modelo a excelência em termos de tecnologia motociclística, mantendo, porém, intacta a incomparável personalidade do modelo.

A nova Gold Wing está mais compacta e leve (- 39 kg na versão Gold Wing e -18 kg na versão Tour) que a versão precedente. Seu motor preserva a clássica arquitetura boxer de 6 cilindros, agora com cabeçotes Unicam de quatro válvulas por cilindro. Aperfeiçoado na gestão eletrônica, o motor pode ser ajustado de acordo com quatro diferentes riding modes – TOUR, SPORT, ECON e RAIN. Acelerador eletrônico, controle de tração, assistente de partida em subidas e sistema Start&Stop são outros aperfeiçoamentos introduzidos ao modelo Tour na versão 2019.

Apesar de preservar a mesma arquitetura e praticamente a mesma capacidade cúbica (de 1.832 cc cresceu à 1.833 cc), o motor da Gold Wing ganhou mais potência (126 cv contra 118 cv) e torque (17,34 kgf.m ante 17,0 kgf.m) além de estar 3,8 kg mais leve (versão Tour) e 29 mm mais curto que o motor da Gold Wing anterior.

Acoplado ao motor está a última geração do moderno câmbio de dupla embreagem DCT (Dual Clutch Transmission) com sete marchas (versão Tour). O piloto tem a opção de utilizá-lo no modo plenamente automático ou selecionar a marcha desejada através de comandos "+" e "–" situados no punho esquerdo do guidão. O câmbio DCT que equipa a nova Gold Wing Tour oferece ainda a inédita modalidade 'Walking Mode', que movimenta a motocicleta em velocidade limitada (1,8 km/h à frente e 1,2 km/h em marcha a ré) para auxiliar o piloto nas manobras de estacionamento.

O inédito chassi duplo trave de alumínio fundido sob pressão é 2 kg mais leve que o anterior. A posição de pilotagem, assim como o posicionamento do motor na estrutura, foi avançada. Tal solução associada à introdução de uma inovadora suspensão dianteira por duplo braço oscilante resultou em um comportamento estável e fluido tanto em velocidades baixas, típicas dos percursos urbanos, como em rápidas rodovias e percursos com curvas.

Qualquer que seja a condição de uso, a Gold Wing excede as mais altas expectativas: os atuais parâmetros de comportamento ciclístico foram elevados de maneira significativa. Isso se deve não apenas à geometria do novo sistema, no qual se destaca a coluna de direção avançada, mas também ao atrito reduzido em cerca de 30% na suspensão por duplo braço oscilante em comparação ao sistema telescópico tradicional.

Na nova suspensão dianteira da Gold Wing, a função amortizante do sistema está separada do sistema de direção, o que resulta em 40% a mais de agilidade na ação do guidão.

A suspensão traseira é também inédita e se vale de uma balança de suspensão do tipo monobraço Pro-Arm conectada ao sistema Pro-Link, solução que favoreceu aspectos de manutenção e design, contribuindo para a ação mais progressiva da suspensão traseira, que assegura maior estabilidade e conforto.

Tanto a suspensão dianteira como a traseira da versão Tour dispõem de regulagem eletrônica automática, que obedece à seleção do Riding Mode. Também é possível intervir na regulagem da pré-carga da mola do amortecedor posterior através de um prático comando elétrico. São quatro as opções de ajuste consoantes à utilização: só piloto, piloto+bagagem, piloto+passageiro e piloto+passageiro+bagagem.

Quanto aos freios, na Gold Wing 2019 está presente o consagrado sistema D-CBS (Dual Combined Braking System) com ABS de última geração, que distribui a potência frenante nas duas rodas de acordo com o ajuste do Riding Mode. O freio dianteiro tem cálipers de seis pistões que atuam em dois discos de 320 mm, na traseira o cáliper é de três pistões e o disco 316 mm. O pneu dianteiro é 130/70 R18, enquanto, atrás o pneu é um 200/55 R16.

Por último, mas nem por conta disso menos importante, há o fato de a Honda GL 1800 Gold Wing 2019 Tour continuar sendo a única motocicleta da atual produção mundial dotada de Airbag de série.

Design e equipamentos

Não há dúvida que basta um breve olhar para entender que a Gold Wing 2019 é uma motocicleta contemporânea, que abre mão das linhas imponentes da versão anterior em busca de elegância associada à eficiência aerodinâmica e uma pitada de esportividade.

Dona de um estilo inconfundível onde se destacam a projeção da parte frontal, a harmoniosa linha de cintura e o elegante e acolhedor posto do piloto e acompanhante, o conceito aerodinâmico do novo modelo difere do anterior, no qual havia uma ampla área entre o piloto e o para-brisa, que criava uma grande "ilha" de ar calmo mesmo em velocidades elevadas.

Agora o piloto fica mais próximo do para-brisa, regulável tanto em altura como em inclinação, e um apurado estudo aerodinâmico permitiu melhorar não só o coeficiente aerodinâmico, visando melhor desempenho e eficiência, como dar a piloto e passageiro o conforto dinâmico digno de uma Gold Wing.

Os assentos continuam individuais para piloto e passageiro, a ergonomia é impecável e no "top box" e nas protetivas malas laterais há capacidade de transportar uma grande quantidade de bagagem - 110 litros, na versão Tour.

Neste novo cockpit se destaca o painel com tela TFT colorida de 7 polegadas, que oferece o mais completo nível de informações sobre a motocicleta, sistema de áudio, navegação e do controle de tração HSTC (Honda Selectable Torque Control), regulagem de suspensão e Cruise Control.

A Gold Wing Tour 2019 é compatível com o Apple CarPlay e a conectividade é facilitada pela porta USB e Bluetooth.

A Honda Gold Wing está disponível nas cores cinza fosco para a versão GL 1800 Gold Wing e vermelha para a versão GL 1800 Gold Wing Tour. Esta última se difere oferecendo a transmissão DCT de 7 velocidades - ante a de 6 marchas convencionais na versão Gold Wing - airbag, suspensão traseira com ajustes eletrônicos pré-definidos em quatro posições (somente piloto, piloto e bagagem, piloto e passageiro, piloto, passageiro e garupa), altura do para-brisa e top box adicional. O preço público, base estado de São Paulo, sem despesas com frete e seguro, é de R$ 136.550 na versão Gold Wing e R$ 156.550 na versão Tour. Os modelos têm garantia de 3 anos, sem limite de quilometragem e Honda Assistence em 5 países da América do Sul.

Nacionais

Novo Fiat Toro 2020 já esta disponível

O Fiat Toro antecipa sua linha 2020 para se manter ainda mais atual e competitivo. Entre as novidades, foram incluídas duas novas versões de entrada Endurance (uma Flex com câmbio manual e uma Diesel com transmissão automática de nove velocidades), para tornar o Sport Utility Pick-up ainda mais atraente e ampliar seu leque de consumidores.

Apesar de ser a mais equipada picape do mercado, a Toro 2020 fica bem mais completa em todas suas versões. Já começa com uma nova central multimídia maior, agora com tela de 7" e de última geração. O item é de série em toda linha do Fiat Toro. Nas versões Endurance a caçamba recebe agora santantonio e o vidro traseiro traz protetor exclusivo, tudo isso para evitar danos quando se transporta cargas mais volumosas. O alarme com comando na chave passa a ser de série em todas as versões, inclusive nas de entrada.

Três novas cores inéditas (Prata Billet, Marrom Deep e Azul Jazz) se somam para compor uma palheta de nove cores para a escolha do consumidor (duas sólidas, seis metálicas e uma perolizada). São quatro versões - Endurance, Freedom, Volcano e Ranch - com opções de três motores - Flex 1.8 e 2.4 e Turbodiesel 2.0 - combinados com três diferentes câmbios: manual de cinco marchas, automáticos de seis e nove marchas. Com trações 4X2 ou 4X4, o Fiat Toro apresenta a linha mais extensa de picapes para todos os usos, gostos e custos. Desde a utilização familiar para a cidade ou estradas asfaltadas, como um SUV de luxo, até para algo mais pesado como uso em estradas de terra e fazendas.

Agora, com a linha 2020, o Fiat Toro em suas versões Freedom (Flex e Diesel) trará ao Brasil pela primeira vez o novo conceito italiano. O pacote especial é incorporado à picape ainda dentro do Polo Automotivo Jeep, em Pernambuco, pelo Custom Shop Mopar. O Fiat Toro Freedom S-Design traz um visual bem mais agressivo, esportivo e exclusivo, podendo ser customizado com qualquer cor externa. Na S-Design, todo o interior é escurecido e o pacote ainda traz diversos equipamentos, como logotipos Fiat escurecidos, santantônio e estribos negros, além de todos os itens de série nas Freedom, como a multimídia de 7" polegadas.

Com seu prático porte médio que inaugurou o inédito conceito de SUP (Sport Utility Pickup), um misto de SUV e picape, o Fiat Toro mudou completamente o panorama e as vendas destes veículos no Brasil. Reuniu o requinte, luxo e silêncio interno com a praticidade de uma ampla caçamba, que conta com inédita tampa dupla de abertura lateral, facilitando a carga e descarga.

Auto Dicas

PACCAR Financial anuncia chegada ao Brasil

A PACCAR Financial, instituição financeira do grupo PACCAR, que detém as marcas DAF, Kenworth e Peterbilt, anuncia sua chegada ao Brasil. As operações tiveram início em 10 de junho com as modalidades de CDC para os clientes finais, e linhas de financiamento de estoque para os revendedores DAF (Floor Plan). O FINAME estará disponível ainda no segundo semestre de 2019. As opções de Leasing para cliente final, e Capital de Giro para concessionárias chegam a partir de 2020.

Com investimento inicial de R$ 100 milhões, a PACCAR Financial passa a ser a mais nova opção de crédito para os clientes DAF na aquisição de caminhões novos da marca. Entre os diferenciais estão atendimento especializado e altamente qualificado, com ampla experiência no segmento.

"A nossa expectativa é de que a chegada da PACCAR Financial contribua para o aumento no volume de vendas da DAF. Vamos utilizar toda a expertise do grupo PACCAR no segmento de financiamentos para oferecer serviços de qualidade, com foco nas necessidades específicas de nossos clientes. Dessa forma, esperamos que, em 2019, nossos negócios representem 20% do total de vendas da DAF no País", afirma João Petry, Diretor Geral da PACCAR Financial.

A implementação da PACCAR Financial no Brasil teve início em 2017, e a empresa possui sua sede em Ponta Grossa (PR). Fundada em 1960, atualmente com mais de 1.000 funcionários globalmente, a instituição está presente em 24 países apoiando os negócios do grupo PACCAR.

A PACCAR Financial financiou, em 2018, 24% das vendas de todas as marcas do grupo no mundo, consolidando um portfólio de mais de 198 mil caminhões e trailers e ativos totais de US$ 14,4 bilhões.

VIAÇÃO GATO PRETO LTDA.

CNPJ 60.870.847/0001-59

RELATÓRIO DA DIRETORIA

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

ATIVO	NOTAS	2018	2017
CIRCULANTE			
Disponibilidades		3.015	2.176
Aplicações financeiras	4	16.530	17.801
Contas a receber	5	9.632	14.715
Venda de Imobilizado		-	5
Estoques	6	1.902	1.819
Adiantamentos concedidos		1.872	13
Impostos Atribuídos no Exercício		-	-
Impostos e Contribuições a Recuperar		162	790
		33.113	**37.319**
NÃO CIRCULANTE			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			
Depósitos judiciais	7	821	988
Veículos Disponíveis para Venda	9	4.574	5.556
		5.395	**6.544**
Custo Imobilizado	8	194.990	188.839
Depreciação acumulada	8	(114.588)	(113.994)
		80.402	**74.845**
TOTAL DO ATIVO		**118.910**	**118.708**

PASSIVO	NOTAS	2018	2017
CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	12	9.550	14.133
Fornecedores		3.260	1.491
Obrigações fiscais, trab. e sociais	10	5.730	5.098
Provisão para contingências	13	1.212	1.823
Provisão férias e encargos	11	8.751	7.940
Outras obrigações		4.396	6.115
		32.899	**36.600**
NÃO CIRCULANTE			
EXIGÍVEL LONGO PRAZO			
Empréstimos e financiamentos	12	11.428	13.846
		11.428	**13.846**
Patrimonio líquido			
Capital social	14	45.000	45.000
(-) Capital a Integralizar		-	-
Reserva de Lucros		15.757	7.922
Lucros Distribuídos no Exercício		-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial		13.826	15.340
		74.583	**68.262**
TOTAL DO PASSIVO		**118.910**	**118.708**

VIAÇÃO GATO PRETO LTDA DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em milhares de reais)

	Capital Social	Capital a Integralizar	Reserva de Lucros	Ajuste Avaliação Patrimonial	Lucros acumulados	Total
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	**45.000**	**(21.000)**	**15.677**	**17.111**	**-**	**56.788**
Capital Social	-	-	-	-	-	-
(-) Capital a Integralizar	-	21.000	-	-	-	21.000
Distribuição de lucros	-	-	-	-	(29.000)	(29.000)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	21.244	21.244
Transferencia para reserva de lucros	-	-	(7.755)	-	7.755	-
Ajuste de Valor Patrimonial	-	-	-	(1.771)	-	(1.771)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	**45.000**	**-**	**7.922**	**15.340**	**-**	**68.262**
Capital Social	-	-	-	-	-	-
(-) Capital a Integralizar	-	-	-	-	-	-
Distribuição de lucros	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	13.836	13.836
Transferencia para reserva de lucros	-	-	7.835	-	(7.835)	-
Ajuste de Valor Patrimonial	-	-	-	(1.514)	-	(1.514)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	**45.000**	**-**	**15.757**	**13.826**	**-**	**74.583**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

	Nota	2018	2017
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**15**	238.748	231.218
Custo de tráfego		(165.742)	(156.892)
Custo de Fiscalização		(7.880)	(7.232)
Custo de Manutenção		(6.574)	(5.981)
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS		(180.196)	(170.085)
LUCRO BRUTO		59.552	61.133
DESPESAS OPERACIONAIS			
Administrativas e gerais		(46.370)	(45.116)
Outras despesas e receitas		9.531	9.417
Receitas financeiras		1.462	1.430
Despesas financeiras		(5.656)	(5.354)
		(41.041)	**(39.623)**
Lucro antes do IRPJ e CSLL		18.511	21.510
DESPESA COM IRPJ e CSLL		(4.675)	(266)
RESULTADO DO EXERCÍCIO		**13.836**	**21.244**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Valores expressos em milhares de reais)

ATIVIDADES OPERACIONAIS	2018	2017
Ajustes para conciliar o resultado		
Resultado do exercício	13.836	21.244
Depreciações e amortizações	9.984	11.416
Encargos financeiros líquidos	-	-
Resultado na venda de ativo	982	(393)
	24.802	**32.267**
Acréscimo (decréscimo) de ativos		
Em valores a receber de clientes	5.083	(71)
Em estoques	(83)	97
Em Despesas Antecipadas	1.859	(387)
Em depósitos judiciais	167	(220)
Valor da variação de Veículos Disponíveis à Venda	982	-
Em impostos e contribuições a recuperar	628	(111)
	8.636	**(702)**
Acréscimo (decréscimo) de passivos		
Em fornecedores	(1.769)	511
Em obrigações trabalhistas e sociais	(632)	122
Em provisão para contingências	611	941
Em provisão férias e encargos	811	99
Em outras obrigações	(1.719)	1.412
	(2.698)	**3.085**
Fluxo de caixa das atividades operacionais	**30.740**	**34.650**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aplicações no mercado financeiro	(1.269)	(186)
Aditivos para imobilizado, inclusive encargos capitalizados	(20.115)	(19.200)
Ajustes de avaliação patrimonial	(1.514)	(1.771)
Integralização de Capital	-	21.000
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	**(22.900)**	**(157)**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Pagamento de empréstimo e financiamentos	(30.394)	(31.909)
Captações de empréstimos e financiamentos	30.663	26.579
Distribuição de lucros	(6.000)	(29.000)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	**(7.001)**	**(34.330)**
Acréscimo (decréscimo) em caixa	839	163
Saldo inicial de caixa	2.176	2.013
Saldo final de caixa	3.015	2.176

Notas Explicativas às demonstrações Financeiras relativas aos exercícios findos de 31 de Dezembro de 2018 e 2017. (valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto Operacional- A **VIAÇÃO GATO PRETO LTDA.** tem por objetivo a exploração dos serviços de transportes coletivos de passageiros, operando no município de São Paulo, Estado de São Paulo, conforme contrato de concessão entre a Secretaria Municipal de Transportes da Cidade de São Paulo e o Consórcio Sudoeste de Transporte o qual a viação faz parte. Sua principal fonte de receita é a remuneração atribuída pela São Paulo Transportes S.A. – SP TRANS, autarquia municipal, em decorrência do serviço de transporte público de passageiros no município de São Paulo. Em 05/04/2019 foi publicado no Diário Oficial da Cidade de São Paulo, Estado de SP, a homologação e adjudicação do procedimento licitatório e seus respectivos licitantes vencedores conforme Processo 6020.2018/0003186-1 Concessão do Serviço de Transporte Coletivo Público de Passageiros – Grupo Local de Articulação Regional e Processo 6020.2018/0003185-3 Concessão do Serviço de Transporte Coletivo Público de Passageiros – Grupo Estrutural , onde a Viação Gato Preto Ltda., operará como consorciada do Consórcio Bandeirante de Mobilidade Lote E1. **2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS-** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação brasileira (Lei n.º 6.404/76) que incluem os novos dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei n.º 11.638 de 28 de dezembro de 2007 e Lei n.º 11.941/09. Também foram consideradas as orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. **3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS- a) Apuração do Resultado:** As receitas e despesas estão demonstradas obedecendo ao regime da competência. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza na sua realização. **b) Ativos e Passivos:** Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após os doze meses subsequentes à data de balanço patrimonial são considerados como longo prazo e, consequentemente, como Ativos e Passivos Não Circulantes. **c) Ajuste a valor de mercado:** Conforme avaliado, não foi necessário o ajuste a valor presente dos ativos em atendimento ao previsto no CPC 12. **d) Contas a Receber:** As contas a receber são reconhecidas pelo valor individualizado bilhetagens quando incorridas, em regime de caixa. **e) Estoques:** Os materiais de almoxarifado estão avaliados pelo custo médio de aquisição, não superando o preço corrente de mercado. **f) Imobilizado:** Os bens e direitos foram registrados pelos seus custos originais de aquisição, formação ou construção. A depreciação é acumulada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil dos bens. A companhia procedeu alevantamentos internos para avaliação do valor atual do ativo imobilizado e como resultado foi preparado análise periódica quanto à capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado, revisão do "Impairment" e constatado que não há necessidade de redução dos valores registrados, tendo no entanto, sido realizada avaliação dos veículos por concessionária especializada na compra e venda de veículos e subsequentejuste ao valor de mercado. (CPC 27). **g) Demais ativos circulantes e realizável a longo prazo:** São apresentados ao valor líquido de realização. **h) Passivo Circulante e não Circulante:** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrações pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais. **i) Fornecedores:** Apresentados pelos valores registrados ao custo até a data do balanço. **j) Empréstimos e Financiamentos Bancários:** Demonstrados pelos valores atualizados, incluindo encargos financeiros incidentes até a data do balanço. **k) Imposto de Renda e Contribuição Social:** O imposto de renda e contribuição social são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda e da contribuição social sobre lucro líquido. **l) Obrigações Fiscais, Sociais e Trabalhistas:** Representados por salários a pagar e pelos montantes devidos ao INSS, IRPF, FGTS e outros impostos e contribuições. **m) Provisões:** As provisões são reconhecidas no balanço quando a empresa possui obrigações legais ou como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **n) Provisão para Contingências:** Constituída para fazer face às indenizações por reclamações trabalhistas e ações cíveis, considerando a opinião dos assessores jurídicos quanto às prováveis perdas. **o) PIS e COFINS:** As Receitas decorrentes da exploração dos serviços de transportes coletivos de passageiros, no exercício, não tiveram incidência de PIS e COFINS, em decorrência da Suspensão da Contribuição – Conforme Lei Nº 12.860, de 11/09/2013. **4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS**

	2018	2017
Banco Bradesco - DI TOP (matriz)	8.629	7.248
Banco Bradesco - DI TOP (filial)	6.915	6.899
Banco Bradesco - Credito Privado (matriz)	-	2.678
Banco Bradesco - CDB (matriz)	870	841
Banco Bradesco - DI ESPECI (filial)	116	134
Banco Bradesco - UPPER (filial)	-	-
Banco Bradesco - UPPER (matriz)	-	-
	16.530	**17.801**

As aplicações financeiras estão registradas pelos montantes aplicados, acrescidos dos rendimentos proporcionais auferidos até a data do balanço. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 as aplicações financeiras encontravam-se atreladas a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, remuneradas a taxas correspondentes a 100% de CDI. **5. CONTAS A RECEBER**

	2018	2017
São Paulo Transportes - SP Trans	3.677	4.019
Valores em Atraso	5.955	10.696
	9.632	**14.715**

Saldo referente aos valores a receber da São Paulo Transportes S.A. – SP Trans, pelos serviços de transporte coletivo de passageiros, reconhecidos pelo valor individual das bilhetagens incorridas. A inadimplência ocorreu pelo atraso contratual dos pagamentos mensais da SP Trans, que serão pagos em decorrer do ano de 2019. **6. ESTOQUES -** Composto conforme segue:

	2018	2017
Peças e Acessórios	1.303	1.278
Combustíveis e Lubrificantes	469	443
Outros	130	98
	1.902	**1.819**

7. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	2018	2017
DEPTRABALHISTAS	821	988
	821	**988**

Depósitos realizados para fins de processos trabalhistas, conforme solicitado pelo MM.Juiz. **8. IMOBILIZADO**

	2017	Aval. Patrim.	Adições	Baixas	2018
Instalacoes	770	-	-	-	770
Benfeitorias de terce	3.509	-	-	-	3.509
Frota de onibus	172.892	-	19.856	(13.601)	179.147
Veiculos vans	2.879	-	-	(204)	2.675
Micro onibus	1.763	-	-	-	1.763
Veiculos auxiliares	1.043	-	254	(159)	1.138
Maquin/aparelh/ovlo/equi	1.008	-	3	-	1.011
Moveis e utensilios	781	-	-	-	781
Validadores eletronic	3.255	-	-	-	3.255
Catracas eletronicas	147	-	-	-	147
Equip.P/proc.De dados	750	-	2	-	752
Lic. De uso de softwares	42	-	-	-	43
Total custo	188.839	-	20.115	(13.964)	194.990
Instalacoes	(571)	-	(55)	-	(626)
Onibus	(101.175)	-	(9.114)	9.027	(101.262)
Veiculos e vans	(1.359)	-	(215)	204	(1.370)
Micro onibus	(1.762)	-	-	-	(1.762)
Veiculos auxiliares	(593)	-	(110)	159	(544)
Maquin/aparelh.E equi	(732)	-	(60)	-	(792)
Moveis e utensilios	(640)	-	(36)	-	(676)
Validadores eletronic	(2.942)	-	(313)	-	(3.255)
Catracas eletronicas	(147)	-	-	-	(147)
Equip.P/proc.De dado	(545)	-	(73)	-	(618)
Bert Bens de terceiros	(3.508)	-	-	-	(3.508)
Lic.De uso de softwares	(23)	-	(8)	-	(28)
	(113.994)	**-**	**(9.984)**	**9.390**	**(114.588)**
Ativo Imobilizado Líquido	**74.845**	**-**	**10.131**	**(4.574)**	**80.402**

A companhia registrou no exercício de 2014, Ajuste de Avaliação Patrimonial para a frota de ônibus e veículos vans. **9. VEÍCULOS DISPONÍVEIS PARA VENDA -** Os veículos disponíveis para venda, representam o montante de R$ 4.574 (R$5.556 em 31 de dezembro de 2017). Após utilizados durante o período contratual de 10 (dez) anos, os veículos deixaram de fazer parte da frota de ônibus, estando, portanto, disponíveis para venda, para isto, a empresa está comprometida em vender esses ativos, iniciando um programa para localizar um comprador, cuja venda deverá ser realizada em até um ano após a data da classificação, exceto quando houver acontecimentos ou circunstâncias fora do seu controle, que justifiquem um possível atraso, mesmo assim, mantendo seu plano de venda e evidenciados separadamente em contas contábeis específicas, com o intuito de visualizar os bens que não estão mais gerando fluxo de caixa para a empresa. **10. OBRIGAÇÕES FISCAIS, TRABALHISTAS E SOCIAIS**

	2018	2017
Salários a pagar	2.961	2.511
INSS a recolher	1.235	1.170
FGTS a recolher	766	707
Outras	563	521
Obrigações tributárias	205	169
	5.730	**5.098**

Os saldos das contas Salários a Pagar, INSS e FGTS, estão compostos a partir da Folha de pagamento processada pela empresa, enquanto que o saldo da conta "Outras", esta composto por: PIS, COFINS, Sindicato, INSS-Planseviq, INSS-Central, INSS sobre Serviços Diversos, Contribuição Previdenciária, FGTS sobre 13° Salário, FGTS sobre Rescisão, por fim, o saldo da Conta "Obrigações Tributárias" são compostas por: IRRF sobre Salários, IRRF sobre serviços a recolher, ISS retido a recolher e Retenção Unificada 5952. **11. PROVISÃO DE FÉRIAS E ENCARGOS**

	2018	2017
Provisão de férias	7.532	6.771
Ins S/Férias	663	631
Fgts S/Férias	556	538
	8.751	**7.940**

Saldos acumulados provenientes da provisão analítica de férias de funcionários e respectivos encargos sociais incidentes sobre os valores a serem pagos. **12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

FINAME	2018	2017
Curto Prazo		
Banco Mercedes Benz	3.186	4.313
Banco Caio	2.563	3.179
Millenium	-	2.374
Banco Scania	805	1.349
O-500U	-	1.191
Volvo	476	879
Banco Induscar	-	468
Banco Santander	379	380
BNDES-Banco Nac. Desenv. Econ. Soc.	-	-
Banco Bradesco	2.141	-
	9.550	**14.133**
FINAME		
Longo Prazo		
Banco Mercedes Benz	1.896	4.349
Millenium	-	4.345
Banco Scania	1.792	2.779
O-500U	-	992
Banco Caio	1.800	676
Banco Santander - BNDES	-	379
Volvo	-	326
Banco Induscar	-	-
Banco Bradesco	5.940	-
	11.428	**13.846**
	20.978	**27.979**

Financiamentos atrevés de Finame, para aquisição de veículos para a Frota Operacional, com taxa de juros total de 6% a.a. **13. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS -** Passivos contingentes são constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e no posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável e que ocasionará uma provável saída de recurso para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiência segura. Os processos judiciais em andamento nas instâncias administrativas e judiciais, perante diferentes tribunais nos quais a entidade é parte passiva estão assim demonstrados:

Área	Probabilidade de perdas 2018 Possível	2018 Provável	2017 Possível	2017 Provável
TRABALHISTAS	899	961	1.653	1.473
CIVEIS	172	251	358	350
	1.071	1.212	2.011	1.823

14. CAPITAL SOCIAL - O Capital Social em 31 de Dezembro de 2018, representado por 45.000.000 de cotas, ao valor unitário de R$ 1,00, perfazendo total de R$ 45.000.000,00, totalmente integralizado em moeda corrente nacional, sendo: San Pietro participações Ltda., Cotas Integralizadas 22.500.000,00, Integralização em Reais R$ 22.500.000,00, percentual de 50,00%, total de R$ 22.500.000,00; TRP participações Ltda., Cotas Integralizadas 11.250.000,00, Integralização em Reais R$ 22.250.000,00, percentual de 25,00%, total de R$ 11.250.000,00; e TPG participações Ltda., Cotas Integralizadas 11.250.000,00, Integralização em Reais R$ 11.250.000,00, percentual de 25,00%, total de R$ 11.250.000,00. TOTAL Cotas Integralizadas 45.000.000,00, Integralização em Reais R$ 45.000.000,00, percentual de 100,00%, total de R$ 45.000.000,00. A destinação dada ao saldo de lucro líquido apurado pela Sociedade no exercício social findo em 31/12/2018, no valor R$ 13.835.750,05, tendo sido efetivamente pagos R$ 6.000.000,00, a título de Distribuição de Lucros, cujo montante final de Lucros Retidos, já considerado o saldo anterior, em 31/12/2018 perfaz o montante final de R$ 15.757.604,99 nas quais encontra-se à disposição dos sócios. **15. RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA -** As receitas do exercício foram reconhecidas integralmente pelo Regime de Competência. Em Janeiro de 2013 a empresa aderiu a Lei nº. 12.715/2012, que substituiu a contribuição previdenciária patronal de 20% incidente sobre a folha de pagamento dos segurados empregados e contribuintes individuais pelo percentual de 2% sobre a receita bruta das empresas de Prestação de Serviços Transporte Rodoviário Coletivo de Passageiros e também no mesmo ano, mais precisamente em Maio/2013, o Governo publicou a MP 617/13, que reduziu a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins incidentes sobre a Receita decorrente da Prestação de Serviços de Transporte Coletivos de Passageiros.

Receitas Operacionais	2018	2017
Prestação de Serviços Públicos	244.788	236.007
(-) Deduções da Receita Bruta		
CPRB (INSS c/ Desoneração Folha)	-4.917	-4.721
Cofins s/ Outras Receitas (Sucatas)	-12	-2
Pis s/ Outras Receitas (Sucatas)	-3	0
Cofins s/ Outras Receitas (Financeiros)	-53	-57
Pis s/ Outras Receitas (Financeiros)	-15	-9
	5.039	**4.789**
	249.748	**231.218**

16. DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS - A distribuição de Lucros do Exercício, foi realizada conforme resultado apurado e em conformidade com os limites disponíveis e Legislação vigente. **17. EVENTOS SUBSEQUENTES -** Conforme informações que nos foram disponibilizadas, observa-se que em 05/04/2019 foi publicado no Diário Oficial da Cidade de São Paulo, Estado de SP, a homologação e adjudicação do procedimento licitatório e seus respectivos licitantes vencedores conforme Processo 6020.2018/0003186-1 Concessão do Serviço de Transporte Coletivo Público de Passageiros – Grupo Local de Articulação Regional e Processo 6020.2018/0003185-3 Concessão do Serviço de Transporte Coletivo Público de Passageiros – Grupo Estrutural , onde a Viação Gato Preto Ltda., operará como consorciada do Consórcio Bandeirante de Mobilidade Lote E1. **18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS -** As demonstrações Contábeis apresentam de forma fiel todas as informações sobre Instrumentos Financeiros, sendo que: Os principais passivos financeiros da Companhia referem-se a Empréstimos e Financiamentos junto a bancos particulares. Os empréstimos e financiamentos estão atrelados às taxas prefixadas e são contratados em Curto e Longo Prazo. Os principais riscos de mercado que podem afetar diretamente a Companhia são as taxas de juros, riscos de liquidez e risco de crédito. Os instrumentos financeiros apresentados pela Companhia em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 são basicamente Aplicações financeiras decorrentes de operações em Renda Fixa que são atualizados por percentuais da variação do CDI. **19. APROVAÇÕES DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS -** As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Sociedade e autorizadas para emissão em 30/04/2019.

DIRETORIA

João de Padua Lima Neto – Administrador | CPF: 954.943.328-53

Junior Aparecido do Santos – Contador | CT CRC: 1SP227491/O3

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmo Srs. Aos Administradores e Quotistas da VIAÇÃO GATO PRETO LTDA. **Opinião -** Examinamos as demonstrações contábeis da VIAÇÃO GATO PRETO LTDA. que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da VIAÇÃO GATO PRETO LTDA. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião -** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileira e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Empresa de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da empresa. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a empresa a não mais dar manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de Abril de 2019.

Sandro Casagrande Sócio Contador CRC 1SP194140/O-9

BC Control Auditores Independentes S.S. CRC 2SP022159/O-0

Moro: "Não tenho apego ao cargo, se houver irregularidades, eu saio"

Durou pouco mais de oito horas a reunião da Comissão de Constituição e Justiça do Senado com a participação do Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, para falar sobre notícias publicadas pelo site The Intercept, que revelaram supostas trocas de mensagens atribuídas a Moro e a membros da força-tarefa da Lava Jato, na época em que o ministro atuava como juiz da operação Lava Jato, em Curitiba.

Ao responder os questionamentos dos parlamentares, Moro disse várias vezes que não se recordava das mensagens e colocou em dúvida a autenticidade delas. Ele disse ainda não ter apego ao cargo e que se que houver qualquer irregularidade comprovada, ele deixará o cargo.

"Estou absolutamente tranquilo quanto a isso, mas, se é esse o problema, então o siteapresente tudo. Aí a sociedade vai poder ver, de pronto, se houve alguma incorreção da minha parte. Eu não tenho nenhum apego pelo cargo em si. [O site que] Apresente tudo. Vamos submeter isso, então, ao escrutínio público. E, se houver ali irregularidade da minha parte, eu saio", disse Moro.

Segundo o site The Intercept Brasil, as mensagens foram trocadas entre 2015 e 2018 e obtidas a partir da invasão de aparelhos dos procuradores por hackers ainda não identificados. Ao falar da troca de mensagens, o ministro disse que as conversas entre juízes, promotores, advogados e policiais são corriqueiras e que sempre atuou de forma imparcial.

"No sistema brasileiro, o juiz atua já na fase de investigação, autorizando diligências requeridas pela polícia ou pelo Ministério Público. Depois, [este mesmo juiz] atua na fase da ação penal, autorizando novas diligências [requeridas] não só pela polícia ou pelo Ministério Público, mas também pela defesa", afirmou Moro

Mais de 40 senadores se inscreveram para interpelar o ministro. Questionado sobre a possibilidade de, caso os arquivos de mensagens ainda estarem disponíveis, abrir acesso a eles, Moro disse que teria de avaliar a possibilidade. Ele disse que saiu do aplicativo Telegram no ano passado e acredita que elas já tenham sido apagadas.

"A informação que eu tenho é que uma vez saindo do Telegram ou apagando as mensagens, elas são apagadas das nuvens [local de armazenamento de dados remoto]. Ter-se-ia que ver isso. Não sou especialista técnico. O Telegram não tem representação legal no Brasil", disse.

Ministério

O ministro disse que aceitou o convite para ocupar um posto no governo federal em novembro de 2018, com o propósito de consolidar o trabalho que vinha sendo realizado pela força-tarefa da Lava Jato, que apura casos de corrupção.

"Eu vi no convite para ser ministro da Justiça e Segurança Pública uma oportunidade para consolidar estes avanços anticorrupção e avançar no combate ao crime organizado e à criminalidade violenta. Foi por isto que aceitei ser ministro e é isto que estou fazendo", afirmou Moro, garantindo jamais ter atuado "em conluio" com os procuradores.

STF

Moro também falou sobre uma possível indicação a uma vaga no Supremo Tribunal Federal (STF). Ele disse que as afirmações de que haveria um acordo entre ele e o presidente Bolsonaro para que fosse indicado a uma vaga no Supremo Tribunal são "fantasiosas". Na comissão, o ministro disse que só conheceu Bolsonaro após o resultado das eleições presidenciais de 2018 e que não havia imposto nenhuma condição ou recebido convite do presidente a respeito de uma vaga no STF.

"Todas as especulações de que eu teria sido convidado lá atrás pelo presidente Jair Bolsonaro, que proferi a sentença pensando em vaga no STF... Eu não conhecia o presidente Bolsonaro", disse Moro. "Essa história de vaga no Supremo é uma fantasia, o que me parece é que ele [o presidente] se sente ou sentiu com uma espécie de compromisso, mas essa é uma questão que não existe. Não sei se ele vai oferecer, se eu vou aceitar, isso é uma questão que não está posta", acrescentou.

Pacote anticrime

O ministro disse esperar que a polêmica em torno da divulgação das notícias do The Intercept não atrapalhe o ritmo de análise do pacote anticrime que o governo federal enviou ao Congresso Nacional.

"Precisamos trabalhar juntos, Poder Executivo e Congresso Nacional. Temos aqui este pacote anticrime, que tem medidas importantes que podem ser aprimoradas e, eventualmente, alteradas, o que faz parte do processo legislativo, mas espero que toda essa confusão não impacte na discussão do projeto", disse Moro

O ministro também defendeu a aprovação do projeto que prevê o fim do foro privilegiado para diversas autoridades. Se aprovada, a medida deve retirar a prerrogativa de foro para cerca de 55 mil autoridades no país. "Acho que ninguém é a favor de abuso de autoridade. Eu não sou mais juiz, não sou mais afetado por esse projeto e posso falar com tranquilidade disso. Meu apoio para esse projeto é 100%. Sempre fui contra o foro, continuo sendo contra o foro privilegiado e não faço questão", disse. (Agencia Brasil)

CNI: reforma da Previdência abrirá caminho para reduzir juros

O Banco Central (BC) só poderá reduzir os juros básicos da economia após a aprovação da reforma da Previdência na Câmara dos Deputados. A avaliação é da Confederação Nacional da Indústria (CNI), que cobrou engajamento do governo para mudanças na legislação que reduzam os gastos públicos.

Pela décima vez seguida, o Banco Central (BC) manteve a taxa Selic em 6,5% ao ano, no menor nível da história. A próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) está marcada para o fim de julho.

"A decisão mostra a cautela do Banco Central em relação à tramitação da reforma da Previdência e aos possíveis impactos sobre as variáveis econômicas, como o câmbio, o déficit nas contas públicas e o investimento", informou a CNI em comunicado.

Para a entidade, existe um ambiente favorável à redução dos juros porque a inflação continua abaixo da meta e porque a economia segue com crescimento baixo. "No plano doméstico, diminuíram as pressões sobre os preços e a in

Comparex Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 61.088.067/0001-40 - NIRE: 35300047574

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE MARÇO DE 2018 E 2017 (Em Reais)

Balanços patrimoniais em 31 de março de 2019 e 2018 - (em Reais)

Ativo	2019	2018	Passivo	2019	2018
Circulante	**31.765.976,97**	**22.576.274,13**	**Circulante**	**23.956.879,76**	**19.674.175,55**
Caixa e equivalentes de caixa	6.009.795,35	3.552.892,05	Fornecedores	20.079.625,39	16.537.435,43
Contas a receber	13.432.867,72	12.989.745,72	Tributos a recolher	1.784.101,31	672.832,89
Licenças a faturar	10.456.447,64	4.806.629,87	Obrigações com pessoal, provisões e encargos sociais	1.891.443,15	1.811.296,74
Tributos a recuperar	1.842.421,35	908.744,71	Outras contas a pagar	201.709,91	652.610,49
Outros créditos	24.444,91	318.261,78	**Patrimônio líquido**	**12.489.699,67**	**7.636.049,98**
Não circulante	**4.680.601,46**	**4.733.951,40**	Capital Social	5.500.146,68	5.500.146,68
Realizável a longo prazo			Adiantamento para futuro aumento de capital	95.650,00	95.650,00
Depósitos em garantia	76.756,85	74.031,34		5.595.796,68	5.595.796,68
Ativo de aquisição de investimentos	3.297.840,00	3.297.840,00	Reserva legal	587.295,17	304.612,74
Imobilizado	1.125.169,79	1.362.080,06	Lucros acumulados	6.306.606,82	1.735.640,56
Intangível	180.834,82		**Total do patrimônio líquido**	**36.446.579,43**	**27.310.225,53**
Total do ativo	**36.446.578,43**	**27.310.225,53**			

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Capital Social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva legal	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31/03/2017	**5.500.146,68**	-	**95.650,00**	**170.829,05**	**1.555.771,92**	**7.322.397,64**
Constituição de reserva legal	-	-	-	133.783,70	-	-
Dividendos	-	-	-	(2.362.021,36)	(2.362.021,56)	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	2.675.673,90	2.675.673,90	
Saldos em 31/12/2018	**5.500.146,68**	-	**95.650,00**	**304.612,74**	**1.735.640,56**	**7.636.049,98**
Constituição de reserva legal	-	-	-	282.682,43	(282.682,43)	-
Dividendos	-	-	-	-	(800.000,00)	(800.000,00)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	5.853.648,69	5.853.648,69
Saldos em 31/12/2019	**5.500.146,68**	-	**95.650,00**	**587.295,17**	**6.306.606,82**	**12.489.698,67**

Demonstrações dos resultados

	2019	2018
Receitas operacionais		
Receita líquida de vendas e serviços	176.985.971,25	118.453.237,49
Custos: (-) Custo das licenças vendidas e serviços prestados	(143.139.188,07)	(98.669.451,85)
Lucro operacional bruto	33.846.783,18	19.783.785,64
Receitas (despesas) operacionais		
Despesas com vendas	(1.114.279,57)	(735.105,57)
Despesas gerais e administrativas	(20.189.635,00)	(13.369.681,01)
Depreciações e amortizações	(769.197,58)	(501.082,61)
Despesas tributárias	(469.899,13)	(364.506,15)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	409.778,04	(248.233,41)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	11.713.549,94	4.958.757,68
Resultado financeiro		
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	(2.852.345,00)	(1.185.537,35)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	8.861.204,94	3.773.220,33
(-) Imposto de renda e contribuição social correntes (nota 16)	(3.207.556,25)	(1.097.546,43)
Lucro líquido do exercício	**5.653.648,69**	**2.675.673,90**

Demonstrações dos resultados abrangentes

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	**5.653.648,69**	**2.675.673,90**
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	**5.653.648,69**	**2.675.673,90**

Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

Descrição	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	5.653.648,69	2.675.673,90
Ajustes para reconciliar o lucro do período com recursos proveniente das atividades operacionais:		
• Impostos diferidos	-	-
• Depreciação e amortização	769.197,58	501.082,61
• Constituição e reversão de provisões	2.852.345,00	1.185.537,35
(Aumentos) diminuições nos ativos operacionais:		
• Contas a receber de clientes	(443.122,00)	(8.244.483,59)
• Estoques	(2.483.231,06)	(4.494.045,64)
• Partes relacionadas	(1.842.421,35)	(908.744,71)
• Impostos a recuperar	(24.444,91)	(318.261,78)
• Seguros a receber	-	-
• Outros créditos	76.756,85	74.031,34
Aumentos (diminuições) nos passivos operacionais:		
• Contas a receber de clientes	2.257.179,96	2.862.924,54
• Fornecedores	3.542.190,96	1.457.194,83
• Salários e encargos sociais	80.146,41	908.176,23
• Impostos e contribuições a recolher	1.111.268,31	300.039,37
• Partes relacionadas	43.552,15	300.039,37
• Obrigações fiscais	486.674,15	(4.714.657,42)
• Obrigações sociais	(5.649.817,77)	(2.577.639,40)
• Outras obrigações	(933.676,64)	76.423,39
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(713.122,13)	(1.159.611,21)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento		
Distribuição de dividendos	(800.000,00)	(2.362.021,56)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(800.000,00)	(2.362.021,56)
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	**2.456.903,30**	**(2.361.209,68)**
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	**3.552.892,05**	**5.914.101,73**
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	**6.009.795,35**	**3.552.892,05**

Diretoria

Gilmar de Farias - Contador - CRC – 1SP160.484/O-0

Plinio Vicente Ceccon - Diretor Financeiro - CPF: 162.552.938-40

Cia. Comercial, Industrial e Administradora Prada

CNPJ nº 51.459.642/0001-94 - 35.3.0004857.1

Extrato da Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 29/04/2019.

Horário: 9h. **Local:** Av. Senador Queiróz, 274, 9º andar, conjunto 31, São Paulo - SP. **Presença:** Acionistas em número legal. **Deliberações:** **a)** Aprovação das Demonstrações Contábeis do exercício encerrado em 31/12/2018; **b)** Não distribuição do lucro líquido do exercício, nos termos da Lei das Sociedades Anônimas; **c)** A remuneração mensal dos membros da Diretoria; **d)** Não foi eleito nem instalado o Conselho Fiscal. A Diretoria. Ata registrada na **JUCESP** - 319.431/19-8, em 12/06/2019. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Acesso Soluções de Pagamento S.A. - CNPJ/NIF nº 13.140.088/0001-99 - NIRE nº 35300409844

Edital de Convocação para AGOE

Convocamos os acionistas para se reunirem em AGOE a serem realizadas dia 01/07/19, às 9h, na sede, em SP/SP, Avenida Rebouças, nº 1368 (parte), Pinheiros, para seguirem **Ordem do Dia:** **a)** em AGO: **(i)** apreciação do relatório anual da administração e tomar as contas da administração, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31/12/2018, acompanhados do parecer emitido pelos auditores independentes; **(ii)** destinação do resultado do exercício social findo em 31/12/2018; e **(iii)** remuneração anual dos administradores para o exercício de 2019; e **b)** em AGE: **(i)** eleição do Conselho de Administração da Companhia; **(ii)** alteração dos Artigos 18 e 21 do Estatuto Social; e **(iii)** consolidação do Estatuto Social da Companhia, em razão das alterações feitas para aprovação das matérias tratadas na Ordem do Dia. Gustavo Heilberg, na forma do "caput" do Artigo 123, da Lei 6.404/76 e do §1º do Artigo 12 do Estatuto Social da Companhia.

Avante.com.vc Soluções e Participações S.A.

CNPJ 15.562.467/0001-00 - NIRE 35.300.451.520

Edital de Convocação - AGE

Ficam convocados os acionistas a se reunirem em AGE, a ser realizada, em 1ª convocação, no dia 15/07/2019, 10h, na sede da Companhia, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **i)** exame, discussão e aprovação do Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2018; **ii)** destinação do resultado do exercício social encerrado em 31/12/2018; **iii)** redução de parcela de capital não integralizado da Companhia no valor de R$ 1.000.067,14, mediante o cancelamento de 6.854 Ações Preferenciais Classe B, nominativas e sem valor nominal, da acionista Alpari Participações Eireli; e **iv)** alteração do Artigo 6º do Estatuto Social da Companhia; **v)** Outras matérias de interesse da Companhia. São Paulo, 15/06/2019. Conselho de Administração.

GAIA SECURITIZADORA S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 07.587.384/0001-30

Edital de Convocação de Assembleias Gerais de Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª, 2ª e 3ª Séries da 1ª Emissão da Gaia Securitizadora S.A. ("Emissão")

A Gaia Securitizadora S.A. ("Emissora"), pelo presente edital de convocação, observando o disposto no Termo de Securitização da Emissão, convoca os Srs. Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Emissão, a reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRA, a se realizar, em segunda convocação, no dia 28 de junho de 2019, às 14:30 horas na sede da Emissora, Rua Tenente Negrão, 130, São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Min. Jesuíno Cardoso, nº 633, 8º andar, CEP 04544-051 para deliberar sobre as demonstrações contábeis do patrimônio separado que foram emitidas sem ressalvas, nos termos da Instrução CVM nº 600 de 1º de agosto de 2018. Os Titulares dos CRA que se fizerem representar por procuração deverão entregar o instrumento de mandato com poderes específicos com as menos 24 horas de antecedência da referida assembleia. Sem prejuízo, em benefício do tempo, os Titulares dos CRA deverão encaminhar os documentos comprobatórios de sua representação para o e-mail ger1.agente@liveoutlook.com.br. São Paulo, 17 de junho de 2019. **GAIA SECURITIZADORA S.A.**

SND Distribuição de Produtos de Informática S.A. - CNPJ/MF nº 02.101.894/0001-31

Relatório da Administração

A **SND** é uma empresa 100% brasileira e uma das maiores distribuidoras de tecnologia, informática e games de Brasil. No mercado há mais de 32 anos, atua com agilidade e competência para levar inovação ao setor. Essas qualidades a levaram ao patamar de operar, em média, 7.000 revendas por ano. Para tanto, a distribuidora mantém um portfólio diversificado, com produtos fornecidos por renomadas fabricantes mundiais, incluindo soluções em nuvem e serviços. Todas as suas linhas de produtos também estão disponíveis pelo e-commerce (www.snd.com.br). Por meio dessa plataforma os parceiros conseguem acessar o Portal CSP para comercialização de produtos e serviços especializados, além de soluções em nuvem e suporte técnico com atendimento 24X7. A SND oferece ainda um canal de conhecimento - a Universidade **SND** - para treinamento e capacitação dos parceiros. Com sede em Barueri, grande São Paulo, a **SND** tem filial de vendas no Rio de Janeiro, conta também com Centros de Distribuição localizados em Queimados (RJ), Itajaí (SC), Vargem Grande Paulista (SP) e Sarra (ES), que atendem todo território nacional. A **SND** integra um grupo econômico pertencentes as holdings **GLOBALS** e **GPS** Este grupo econômico é composto pelas empresas **SND**, **Future Store** e **Iniciativa Vertical**. A **SND** é uma empresa com perfil B2B (transações comerciais entre **SND** e parceiros, inclusive pelo comércio eletrônico), com foco total na venda capital para revendas de produtos de tecnologia e informática em todo o Brasil. A **Future Store** com perfil B2B (transações comerciais entre empresas via comércio eletrônico) possui foco na venda de serviços e soluções na Nuvem, que foram iniciadas na empresa **SND**, e que serão transferidos para a **Future Store** em data futura. A **Iniciativa Vertical** com perfil de varejista em venda online, inclusive se utilizando das maquinetas automáticas de venda através Market Places (comércio virtual através de varejos online já consolidados no mercado). **Destaques de 2018** - Apesar da redução no lucro bruto de 1,5pp%, sobre a Receita Líquida na comparação 2017 (16,7%) com 2018 (15,5%), o EBITDA e Lucro Líquido voltam a atingir o patamar do exercício de 2016. A empresa foca em novos negócios e em novas formatos de venda que oferecem maior rentabilidade, com a continuação do desenvolvimento do Portal CSP e ainda de Serviços Profissionais e a Universidade **SND**. Essas áreas visam fortalecer o novo conceito da empresa no mercado de distribuição, no qual a prática está na entrega de serviços agregados, na oferta de soluções completas e não somente na venda de produtos acabados, assim como na capacitação e educação do canal. Todas iniciativas fazendo parte do projeto de estar próximo aos parceiros e para atender o mercado SMB. Um fator negativo ocorrido no início do segundo trimestre, no mês de abril, foi o incêndio que destruiu todo o estoque do Centro de Distribuição da **SND** situado no Espírito Santo. Apesar da gravidade do incidente, houve uma rápida reação da empresa, que retomou suas operações logísticas três dias após o evento. Como distribuidora oficial das Soluções em Nuvem da Microsoft, a **SND** está cada vez mais focada na entrega de soluções para o mercado corporativo, O Portal CSP desenvolvido para a comercialização desses produtos, está em constante atualização com o objetivo de disponibilizar a seus clientes recursos modernos e adequados aos negócios em nuvem. Por meio de sua equipe especializada, os Serviços Profissionais oferecidos às revendas integrantes do modelo CSP continuam uma prioridade para levar aos clientes um atendimento consultivo no desenvolvimento de projetos alinhadas às necessidades dos consumidores finais, promovendo ganhos de capacitação dos parceiros em produtos e serviços, a Universidade **SND** tem oferecido treinamentos legítimos - de forma gratuita e online. O objetivo da Universidade **SND** é difundir e ampliar o conhecimento sobre os inúmeros lançamentos, gerando oportunidades de negócios e vendas recorrentes para os parceiros. Nesse sentido, a **SND** trabalho de forma cada vez mais disruptiva, mantendo sua presença de ser uma empresa inovadora na oferta de produtos e serviços ao mercado de tecnologia. Diante das adversidades, a empresa demonstrou ser resiliente ao olhar para suas operações e superar problemas. Para o próximo período, o foco é manter as melhorias nas operações e nos processos, observando e ajustando junto às tendências de mercado, a fim de gerar negócios transformadores.

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balanço Patrimonial

Ativo	2018	2017
Circulante	**132.988**	**110.232**
Caixa e equivalentes de caixa	9.194	6.693
Contas a receber de clientes	98.950	67.576
Estoques	28.160	39.924
Partes relacionadas	229	296
Impostos a recuperar	18.482	19.841
Sinistro a receber	3.427	-
Outros créditos	2.057	2.872
Não Circulante	**93.905**	**80.389**
Impostos a recuperar	60.222	57.578
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.853	6.887
Depósitos judiciais e cauções	6.630	6.920
Imobilizado	2.504	1.789
Intangível	17.696	7.141
	4.292	**3.930**
Total do Ativo	**218.666**	**221.520**
Passivo	**2018**	**2017**
Circulante	**108.304**	**126.038**
Fornecedores	64.242	54.037
Empréstimos e financiamentos	26.523	47.882
Debêntures	-	2.946
Comissões a pagar	3.941	4.801
Obrigações sociais	3.554	2.069
Obrigações fiscais	1.523	3.984
Imposto de renda e contribuição social	790	-
Adiantamento de clientes	1.839	1.574
Provisões diversas	314	932
Dividendos propostos	2.695	6.805
Outras contas a pagar	1.399	1.008
Não Circulante	**64.587**	**51.452**
Empréstimos e financiamentos	15.764	11.418
Empréstimos e financiamentos - BNDES	11.812	-
Debêntures	17.000	19.525
Obrigações fiscais	2.482	5.311
Provisões diversas	17.394	15.077
Provisão para contingências	125	121
Patrimônio Líquido	**45.775**	**44.030**
Capital	14.206	14.206
Reservas legal	2.270	2.185
Reservas de lucros	28.849	27.639
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	**218.666**	**221.520**

Demonstração do Resultado

	2018	2017
Receita Operacional Líquida	**380.815**	**420.140**
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(329.232)	(357.131)
Lucro Bruto	51.381	63.009
Receitas (Despesas) Operacionais		
Comerciais	(38.403)	(45.273)
Administrativas	(16.654)	(12.455)
Resultado financeiro líquido	(12.863)	4.481
Outras receitas (despesas) operacionais	19.556	24.256
Lucro Antes do IRPJ e da Contribuição Social	**(4.583)**	**(18.951)**
Imposto de IR e CSLL correntes	**3.017**	**14.282**
Imposto de IR e CSLL diferidos	(1.287)	(16.735)
	(34)	1.330
Lucro Líquido	(1.321)	(15.405)
Lucros atribuíveis aos acionistas: Controladores	**1.696**	**28.653**
Não controladores	1.272	21.490
	424	7.163
Lucro líquido por ação	**1.696**	**28.653**
	R$ 0,18	R$ 3,12

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital Social	Reserva de Lucros	Reserva Legal	Total
Saldos em 31/12/2016	**14.206**	**702**	**8.424**	**23.332**
Lucro do exercício	-	-	28.653	28.653
Constituição de reserva legal	-	1.433	(1.433)	-
Dividendos propostos	-	-	(6.805)	(6.805)
Saldos em 31/12/2017	**14.206**	**2.185**	**27.639**	**44.030**
Lucro do exercício	-	-	1.696	1.696
Constituição de reserva legal	-	85	(85)	-
Dividendos propostos	-	-	(401)	(401)
Saldos em 31/12/2018	**14.206**	**2.270**	**28.849**	**45.325**

Demonstração do Valor Adicionado

Receitas	2018	2017
Vendas de produtos e serviços	436.245	486.109
Perdas com cobrança	(6.216)	(10.114)
Outras receitas operacionais líquidas	19.556	43.586
	449.585	519.579
Insumos adquiridos de terceiros		
Mercadorias adquiridas	(245.733)	(261.272)
Custo Distribuição Softwares	(29.932)	(27.012)
Outros custos	(35.143)	(44.864)
	(310.808)	**(333.148)**
Valor adicionado bruto	**88.779**	**76.441**
Depreciação e amortização	(847)	(861)
Valor adicionado líquido gerado	**87.932**	**75.580**
Receitas financeiras	12.863	4.481
Valor adicionado a distribuir	**92.098**	**80.020**
Empregados	13.958	8.993
Tributos	58.717	37.523
Aluguéis	698	698
Juros e despesas bancárias	17.010	16.695
Ganhos e perdas nas operações de hedge	(730)	1.659
Variação cambial	751	(1.911)
Lucros retidos	1.696	28.653
Valor adicionado distribuído	**92.098**	**80.020**

Aos Diretores e Acionistas da **SND Distribuição de Produtos de Informática S/A. Opinião com ressalva:** Examinamos as demonstrações financeiras da SND Distribuição de Produtos de Informática S.A. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixas para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo Base para opinião com ressalva, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SND Distribuição de Produtos de Informática S.A. em 31/12/2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião com ressalva:** A Empresa não reconheceu a atualização monetária pela taxa Selic do ganho (R$ 15.797 Mil - nota 7.b) referente ao processo de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS no montante de R$ 4.044 mil líquidos dos efeitos tributários, consequentemente, o patrimônio líquido e lucro do exercício teriam sido acrescidos no mesmo montante. Destacado na instrução procedente, uma vez reconhecido o direito à excluído do valor do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, o ganho deveria ser corrigido pela taxa Selic, desde a data do pagamento indébito, de acordo com o princípio da competência. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito nos parágrafos acima. **Enfase - Impostos a recuperar:** Conforme descrito na nota 7.b) SND Distribuição de Produtos de Informática S.A. possui registrado no ativo não circulante os valores de R$ 57.837 Mil e R$ 17.178 Mil que correspondem respectivamente ao Imposto

José Bubitz Machado - Presidente

Edson Geraldo Fruchi - Diretor Financeiro

Adauto Pereira da Silva Jr. - Contador CRC 1SP 226.467/O-5

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras, e estão disponíveis na integralidade em nossa website: www.snd.com.br

Latampart Concessões S.A.

CNPJ nº 08.651.861/0001-25

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanço Patrimonial - Ativo

	2018	2017
	Não auditado	
Circulante	**3.164**	**161**
Caixa e equivalentes de caixa	1.918	161
Adiantamentos a funcionários	**1.246**	-
Ativo não circulante	**38.205.584**	**36.798.408**
Transações com partes relacionadas	4.003.980	4.610.534
Investimentos	34.201.614	32.187.874
Total do Ativo	**38.208.748**	**36.798.569**

Balanço Patrimonial - Passivo

	2018	2017
	Não auditado	
Circulante	**1.240**	-
Transações trabalhistas	1.240	-
Passivo não circulante	-	**4.607.537**
Transações com partes relacionadas	-	4.607.537
Patrimônio líquido dos controladores	**38.207.508**	**32.191.032**
Capital social	26.559.578	18.958.345
Reserva de lucros	12.647.940	13.232.687
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**38.208.748**	**36.798.569**

Demonstração do Resultado do Exercício

	2018	2017
	Não auditado	
(-) Despesas com pessoal	(11.289)	-
(-) Despesas comerciais	(20.003)	-
(-) Despesas administrativas	(451)	(4.974)
(+) Despesas e receitas financeiras	(270.351)	(544)
(+) Encargos sobre mútuos	(270.354)	544
(+) Resultado líquido - Equivalência patrimonial	2.013.740	3.993.571

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Descrição	Capital Social	Reserva de Lucros	Patrimônio líquido	Total do Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2016	**13.061.000**	**9.634.635**	**5.435.000**	**28.130.635**
Resultado líquido do exercício	-	3.988.053	-	3.988.053
Aumento de capital	5.507.345	5.507.345	(5.435.000)	72.345
Saldos em 31 de dezembro de 2017	**18.568.345**	**13.622.688**	-	**32.191.033**
Resultado líquido do exercício	-	(974.748)	-	(974.748)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	1.318.618	1.318.618
Aumento de capital	7.000.000	-	(1.318.618)	5.681.382
Saldos em 31 de dezembro de 2017	**25.568.345**	**12.647.940**	**-**	**38.216.284**

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	2018	2017
	Não auditado	
Lucro líquido do exercício	(974.748)	3.988.053
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas - atividades operacionais:		
Equivalência patrimonial	(2.013.740)	(3.993.571)
Depreciações e amortizações	-	4.974
Adiantamentos a funcionários	(1.246)	-
Transações trabalhistas e tributárias	1.240	-
Caixa proveniente das operações	**(2.988.494)**	**(544)**
Caixa líquido proveniente (aplicado nas) atividades operacionais	**(2.988.494)**	**(544)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento:		
Aporte de capital	7.000.000	5.507.345
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**7.000.000**	**5.507.345**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:		
Aporte de capital	-	(5.435.000)
Transações com partes relacionadas	(4.009.749)	(72.845)
Caixa líquido proveniente (aplicado nas) atividades de financiamento	**(4.009.749)**	**(5.507.845)**
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalente de caixa	**1.757**	**(1.044)**
Caixa e equivalentes de caixa No início do exercício	161	1.205
No fim do exercício	1.918	161
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalente de caixa	**1.757**	**(1.044)**

Wanda Maria Rodrigues de Souza - Administradora - CPF 047.017.868-75

Felipe Gomes dos Santos - Contador - CT CRC: 292.650/O-6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras e estão disponíveis na sede da empresa.

JCDecaux Brasil

Demonstrações Financeiras - 2018 e 2017

Balanços patrimoniais

	2018	2017
Ativo Circulante	**29.868**	**63.716**
Caixa e equivalentes de caixa	1.621	4.125
Contas a receber de clientes	2.990	7.890
Despesas antecipadas	559	60
Estoques	5.140	6.102
Partes relacionadas	19.538	44.706
Outros créditos	19	833
Não circulante	**340.917**	**284.913**
Despesas antecipadas	2.740	2.961
Investimentos	330.086	265.345
Imobilizado	5.479	13.754
Intangível	2.212	2.773
Total do ativo	**370.785**	**348.629**
Passivo circulante	**27.007**	**51.091**
Fornecedores	2.639	5.675
Salários e encargos sociais	3.732	4.811
Impostos e contribuições a recolher	1.081	285
Partes relacionadas	18.086	34.215
Outras obrigações	2.069	10.205
Não circulante	**11.739**	**13.203**
Provisão para demandas judiciais	11.739	10.727
Provisão perda com investimento	-	2.476
Patrimônio líquido	**331.037**	**279.835**
Capital social	326.125	284.875
Lucro acumulado	-	(15.362)
Lucro do exercício	4.912	10.112
Total do passivo e patrimônio líquido	**370.783**	**348.529**

Demonstrações do resultado abrangente

	2018	2017
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**4.912**	**10.112**
Total do resultado abrangente do exercício	**4.912**	**10.112**

Demonstração do resultado do exercício

	2018	2017
Receita líquida com bonificação do espaço publicitário	14.693	48.348
Receita líquida com prestação de serviços	45.753	47.905
(-) Custo de locação do espaço publicitário	(11.556)	(23.565)
Lucro (prejuízo) bruto	**48.890**	**72.688**
Receitas/despesas operacionais		
Despesas com pessoal	(21.022)	(28.008)
Despesas com alugueis	(1.099)	(1.091)
Serviços de terceiros	(6.268)	(9.550)
Despesas gerais e administrativas	(4.263)	(4.010)
Depreciação e amortização	(1.249)	(1.365)
Equivalência patrimonial	(16.254)	20.859
Impostos e tributos	(1.417)	(1.865)
Outras receitas e despesas não operacionais	8.484	11.223
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro	**5.905**	**9.035**
Receitas financeiras	593	2.388
Despesas financeiras	(1.486)	(1.331)
Resultado financeiro líquido	**(893)**	**1.057**
Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e da CSLL	**4.912**	**10.112**
Lucro líquido do exercício	**4.912**	**10.112**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Capital social	Lucros/prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31/02/016	**63.000**	**(15.362)**	**47.638**
Lucro líquido do exercício	-	10.112	10.112
Aumento de capital social	221.875	-	221.875
Saldos em 31/02/017	**284.875**	**(5.250)**	**279.625**
Lucro líquido do exercício	-	10.162	10.162
Aumento de capital social	41.250	-	41.250
Saldos em 31/02/018	**326.125**	**4.912**	**331.037**

Demonstrações dos fluxos de caixa

	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	4.912	10.112
Ajustes que não afetam caixa e equivalentes de caixa:		
Imobilizado - Depreciação	478	5.083
Imobilizado - Baixa	9.278	6.898
Imobilizado - Provisão para perda de ativo imobilizado	(854)	817
Intangível - Amortização	1.094	757
Intangível - Baixa	-	219
Provisão para perda de investimentos (BP)	(2.486)	(15.509)
Provisão para demandas judiciais	1.012	10.686
Provisão para perda de devedores duvidosos	(111)	151
Resultado de equivalência patrimonial	16.254	(20.010)
Total Fluxo de caixa das atividades operacionais	**29.578**	**(13.796)**
Variação nos ativos e passivos: Contas a receber	5.011	3.238
Despesas antecipadas	(278)	3.376
Fornecedores	(3.036)	(561)
Partes relacionadas líquida	6.774	-
Salários e encargos sociais	(1.079)	(3.249)
Tributos a recuperar	982	(1.932)
Tributos a recolher	796	(805)
Outros créditos	815	1.355
Outras obrigações	(8.836)	6.217
Caixa gerado pelas atividades operacionais	**30.967**	**(6.157)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Dividendos recebidos	-	3
Imobilizado - Aquisições	(648)	(4.447)
Intangível - Aquisições	(533)	(546)
Investimento em controlada e coligadas (BP)	(85.907)	(120.691)
Mútuo com parte relacionada	31.941	(16.681)
Juros sobre operações mútuo com partes relacionadas	846	-
Caixa geral pelas atividades investimento	**(54.301)**	**(142.362)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	41.250	121.875
Distribuição de lucros	10.162	-
Juros sobre capital próprio	-	70
Operações de mútuo obtidos com empresas do grupo	(30.162)	30.338
Pagamentos de empréstimo	(360)	-
Caixa gerado pelas atividades de financiamento	**20.890**	**152.283**
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	**(2.544)**	**3.764**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4.125	361
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.621	4.125
Aumento (redução) caixa e equivalentes de caixa	**(2.544)**	**3.764**

Diretoria

Ana Celia Bisoni - Diretora Administrativa

Arnaud Bert - Diretor Financeiro

Contador

André de Lima Catarina - CRC 1SP 226.087/O-6

EDITAL DE CITAÇÃO – PRAZO DE 30 DIAS. PROCESSO nº: 1015177-19.2016.8.26.0053. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Regional IV - Lapa, Estado de São Paulo, Dr(a). Adriana Genin Fiore Basso, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a(o) **JANUÁRIO FIGUEIREDO GOMES DOS SANTOS, Brasileiro, CPF 078.394.898-67, RG 125237248,** que lhe foi proposta uma ação Monitória por parte de Sociedade Unificada Paulista de Educação e Comunicação Superior – Ex Lata, objetivando a cobrança de R$ 29.063,94 (outubro/2016), oriunda do inadimplemento dos serviços educacionais prestados no ano letivo de 2012. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua **CITAÇÃO**, por EDITAL, para que em 15 dias, a fluir os 30 dias supra, pague o débito (isento de custas processuais), acrescido de honorários advocatícios de 5% do valor do débito (artigo 701 do NCPC), ou ofereça embargos, sob

BRE Ponte I Empreendimentos e Participações S.A.

(anteriormente denominada BRPR XIV Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda.)

CNPJ nº 08.230.654/0001-86

Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

Balanços patrimoniais

	Notas	31/12/2015	31/12/2014 (não auditado)
Ativo			
Circulante		7.476	5.630
Caixa e equivalentes de caixa	6	5.500	3.605
Contas a receber	8	1.099	1.133
Tributos a recuperar		877	866
Despesas antecipadas		-	2.2
Não circulante			
Propriedade para investimento	7	115.417	102.926
Total do ativo não circulante		115.417	102.926
Total do ativo		122.893	108.561

	Notas	31/12/2015	31/12/2014 (não auditado)
Passivo			
Circulante		1.836	251
Contas a pagar		-	94
Tributos a pagar	9	480	187
Adiantamento de clientes		1.353	-
Não circulante		1.004	26.030
Depósito caução	8	1.004	919
Tributos diferidos	10	-	25.111
Patrimônio líquido	11	120.053	82.310
Capital social		81.500	7.681
Reservas de lucros		38.144	74.629
Total do passivo e do patrimônio líquido		122.893	108.561

Demonstrações do resultado abrangente

	31/12/2015	31/12/2014 (não auditado)
Receita líquida	12	8.810	9.263
Despesas e receitas operacionais:			
Gerais e administrativas	13	(45)	(1.070)
Outras despesas operacionais	13	(271)	-
Resultado com valor justo das propriedades para investimento	7	(24.912)	(2.145)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro		(16.418)	6.048
Despesas financeiras	14	(31)	(622)
Receitas financeiras		977	289
Lucro (prejuízo) antes das provisões tributárias		(15.572)	5.706
Provisão de renda e contribuição social	10	5.497	(2.058)
Prejuízo (prejuízo) líquido do exercício		(10.075)	3.648
Prejuízo (prejuízo) básico e diluído por ação		(0,20)	1,14

Demonstrações do resultado abrangente	**31/12/2015**	**31/12/2014 (não auditado)**
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(10.075)	3.648
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de resultados abrangentes do exercício	(10.075)	3.648

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Capital Social	Retenção de lucros	Prejuízos/Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013 (não auditado)	31.631	71.012	-	102.642
Cisão parcial	(23.950)	-	-	(23.950)
Prejuízo/Lucro do exercício	-	-	3.648	3.648
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	(3.648)	(0)
Dividendos	-	(2)	-	(2)
Saldos em 31 de dezembro de 2014 (não auditado)	7.681	74.609	-	82.310
Aumento de capital (Nota 11.a)	54.298	-	-	54.298
Prejuízo de exercício	-	-	(10.075)	(10.075)
Absorção de prejuízo com reserva de lucros (Nota 11)	-	(10.515)	10.515	-
Dividendos (Nota 11)	-	(6.000)	-	(6.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	61.979	58.144	-	120.123

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1. Contexto: A BRPR XIV Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda., empresa pertencente ao Grupo BR Properties, foi vendida em 10/12/2015 para a empresa BRE Ponte Participações S.A. (BRE Ponte). Por ocasião dessa transação, houve alteração da sua razão social e objeto social, passando a ser BRE Ponte I Empreendimentos e Participações S.A. (a "Companhia" ou "BRE Ponte I"), transformou o tipo societário da sociedade de uma sociedade limitada para uma sociedade anônima e adotou as práticas do Brasil. A Companhia está domiciliada no Brasil à Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2277, sala 1301, Jardim Paulistano, CEP: 01452-000. Segue abaixo o novo objeto social que a Companhia passou a ter após a alteração: "(a) investimento em empreendimentos imobiliários e construção de imóveis; (b) comercialização por venda, arrendamento de imóveis próprios, compra e venda de imóveis seja eles terrenos, frações ideais de terrenos, escritórios, armazéns, lojas de varejo, edifícios condomínios no regime de incorporação; (c) participação em sociedades, associações, fundos de investimentos imobiliário ou fundos de investimentos em participações; e (d) locação e subtocação de bens próprios, desde que não seja mediante prestação de serviços. Mediante alteração sobre a transação de venda e compra da Companhia poderá ser vista na Nota 6 dessas demonstrações financeiras. **2. Apresentação das demonstrações financeiras: 2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000), que incluem os princípios previstos na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo (CPC) e demais órgãos reguladores que estavam em vigor em 31/12/2015. As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em princípios de avaliação pelo custo histórico, exceto quando de outra forma indicado. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinar a razão do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as avaliações do valor justo das propriedades para investimento, a análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões. A liquidação das transações envolvendo esses estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente. A diretoria da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações financeiras em 17/10/2016, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que levariam a ajuste sobre essas demonstrações financeiras. **2.2. Resultado:** Os resultados são registrados pelo regime de competência. A receita de arrendamento de propriedade para investimento é reconhecida no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Incentivos de arrendamento concedidos contratualmente são reconhecidos como parte integral da receita total de aluguéis, pelo período do arrendamento. As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e outras variações monetárias sobre os contratos de empréstimos, os quais são reconhecidos integralmente no resultado, através do método dos juros efetivos. **2.3. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos. Para que um investimento de curto prazo seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata mantendo conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição. Em sua maioria, são classificados as categoria "Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado". **2.4. Contas a receber e adiantamento de clientes:** As contas a receber são decorrentes das locações dos imóveis, os quais são registrados de acordo com o critério contábil apresentado na Nota Explicativa nº 2.2. Quando o valor recuperável a maior que o valor reconhecido como receita pelo regime total linear, a diferença é registrada como um passivo, à rubrica "Adiantamento de clientes". A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber, considerando o seguinte critério: análise individual dos devedores, independentemente do período de vencimento. As despesas com a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa são registradas na rubrica "Outras despesas operacionais" na demonstração do resultado, quando aplicável. **2.5. Propriedade para investimento:** Propriedade para investimento são mantidas mensurados ao custo de formação ou aquisição, incluindo custos de transação. Após o reconhecimento inicial, propriedades para investimento são apresentadas ao valor justo, que reflete as condições de mercado na data do balanço. O ajuste a valor justo é apurado considerando o valor justo do imóvel, menos o valor justo atribuído do imóvel (custo histórico líquido do imóvel mais o valor líquido da reavaliação prévia mantida), sendo que nos casos em que é identificada uma variação positiva ou negativa (ganho ou perda) no valor justo das propriedades para investimento, o ajuste é reconhecido integralmente no resultado do exercício. Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando deixam de ser permanentemente utilizadas e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do imóvel é reconhecida na demonstração do resultado no período da baixa. **Metodologias para mensuração do valor justo das propriedades para investimento:** Para a mensuração do valor justo das propriedades, a Companhia contrata empresa especializada que, usualmente, considerares as seguintes metodologias: • Comparativos dos dados de mercado: por este método, o valor de mercado apurado é um imóvel é definido com base em evidências de mercado comparáveis, ou seja, imóveis semelhantes em oferta ou transacionados recentemente. Essas evidências de mercado foram homogeneizadas por meio de ponderação de fatores, de forma a subsidiar a definição de uma faixa de valor. Na falta de elementos comparáveis, adotou-se-se também os demais métodos para a definição do valor. • Método da remodelagem/projeção: por esse método/projeção, pressupõe-se a expectativa de retorno, ou rentabilidade esperada (yield), por um investimento em um determinado imóvel, ou seja, baseia-se no retorno puntual proporcionado sobre o investimento efetuado. Trata-se como patamares a receita projetada anual do imóvel, sobre a qual é aplicada taxas de atratividade (capitalização) coerentes com o mercado, refletindo o risco do investimento, e que resulta no valor disponível para a sua aquisição. • Método da renda/fluxo de caixa descontado: por esta metodologia é projetada a renda do imóvel ao longo do período de análise, com base no desempenho atual e histórico, por um período de 10 anos, considerando buscas de crescimento apropriadas e os eventos de controle (reajustes, revisões e renovações), ocorrendo na menor periodicidade legal, ou mais ou menos, para refletir o mercado. Para o cálculo do valor da propriedade, é aplicada uma taxa de desconto adequada à percepção de risco do mercado, levando em conta o rescrescimento provável de cada período. Para efeito de análise, considerarem-se o contribuído dos custos vigentes, levando em conta sua renovação automática e bem descorrelacionadas perdas de receita por inadimplência. As premissas utilizadas para a mensuração do valor justo estão descritas detalhadamente na Nota 7. **2.6. Tributos:** Imposto sobre receitas de serviços e serviços prestados: Os impostos e contribuições sociais sobre receitas de serviços e serviços prestados estão sujeitos aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: **Impostos e contribuições - Sigla - Alíquotas:** Programa de Integração Social - PIS - 1,65%; Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS - 7,60%. Essas encargos são apresentados como deduções das receitas de aluguel, conforme demonstrado na Nota 12. Imposto de renda e contribuição social - corrente: Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço. Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal aplicável requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado. Impostos diferidos: Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto: • Quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, exceto: • Quando o imposto diferido ativo surge do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro tributável (prejuízo fiscal; e • Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não seja mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e leis tributárias) que foram promulgadas na data do balanço. Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado do período ou diretamente no patrimônio líquido. Impostos diferidos ativos e passivos são compensados líquido, quando os se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal corrente contra o fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária. **2.7. Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e caso o valor contábil líquido exceda o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre seu valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso de ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contratos de venda firme em uma transação entre bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. **2.8. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente:** Reconhecimento inicial e mensuração: Os instrumentos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente por: custo e equivalentes de caixa, contas a receber e contas a pagar. Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício. Mensuração subsequente: A mensuração dos ativos e passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: Imóveis utilizado pela Companhia): *Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: Ativos financeiros* são ativos que: a) são adquiridos com o propósito de vendê-los ou de recomprá-los no curto prazo; ou b) são parte de um portfólio de instrumentos financeiros que a Companhia administra e para o qual há evidência de um padrão de tomada de lucros no curto prazo; ou c) são derivativos. *Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado* incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando foram adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Essa categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de hedge definidos pelo CPC 38 (IAS 39). Derivativos incluídos os derivativos embutidos que não são relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam classificados como instrumentos de hedge efetivos. Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. **2.9. Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros sejam gerados em favor da Companhia e o custo do ativo puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constitutiva como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la. São ativos/ativos circulantes, quando aplicáveis, os correspondentes recursos e as variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo no valor contábil do ativo ou passivo, afetado no período futuro. No período de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. Estimativas e premissas: As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incertezas em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo período financeiro, são descritas abaixo. *Propriedades para investimento:* A Companhia apresentou suas propriedades para investimento a valor justo, sendo as mudanças no valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Para o exercício findo em 31/12/2015, a Companhia utilizou uma empresa especializada externa, independente e qualificada, tendo apropriado qualificação profissional reconhecida e experiência recente na região e no tipo de propriedade sendo avaliada. Os principais pressupostos utilizados para determinar o valor justo da propriedade para investimento são detalhadas na Nota 7. Impostos: Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos fiscais complexos e o valor e época dos resultados tributáveis futuros. Dado o amplo espectro de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos fiscais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições prevalecentes no regime fiscal doméstico da Companhia. Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para utilização dos prejuízos fiscais, juntamente com o significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no provável prazo e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. Valor justo dos instrumentos financeiros: Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros registrados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método do fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. **4. Novas normas e interpretações não adotadas:** A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estão em vigor. A Companhia e a vigência de cada uma das novas normas, interpretações e alterações são descritas a seguir:

Pronunciamento	**Descrição**	**Vigência**
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	Refere-se a primeira fase do projeto de substituição da IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e de parte da Mensuração.	1°/01/2018.
IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes	Convergência do IASB ("International Accounting Standards Board") e FASB Executivos ("Financial Accounting Standards Board") sobre o reconhecimento de receita em dos a parte de transações de contratos com clientes.	1°/01/2018.
IFRS 16 - Arrendamento Mercantil	Refere-se a definição e à orientação do anuais incidentes arrendamento previsto no IAS a partir de 1°/01/2019. IAS17.	1°/01/2019.

A Administração da Companhia aguarda a eficácia inicial dessas normas no futuro, incluindo para os demais normativos acima referidos, pelo CPC para análise dos possíveis impactos em suas demonstrações financeiras. **5. Caixa e equivalentes de caixa:** Conforme mencionado na Nota 1, a BRPR Ponte I foi adquirida pela Companhia em 10/12/2015, pelo montante de R$134.516. Em função de tratar-se de uma companhia composta de um conjunto de ativos e passivos, mas representando, sim, um grupo predado para investimento e em função da condição dessa própria aliena a transação foi classificada como uma aquisição de ativos, à luz do CPC47 - Alivo Intangível, sendo registrado o valor de custo de aquisição, não sendo aplicado ágio ou deságio. O conjunto de ativos e passivos adquiridos no valor justo, na data da aquisição, está demonstrado abaixo:

Composição do ativo líquido adquirido	**Valor justo na data da aquisição**
Caixa e equivalentes	6.112
Alivo não circulante	155.356
Passivo circulante	(3.730)
Passivo não circulante (*)	(55.174)
Alivo líquido	102.564

(*) Representado significativamente pelo tributos diferidos sobre mais-valia da propriedade para investimento. Em 31/12/2015, a BRE Ponte efetuou uma reestruturação e então determinado ativos imponíveis, dentre elas a parcela de conjunto de ativos e passivos adquiridos referentes à BRE Ponte I, e contribuiu o ativo líquido no valor de R$ 102.564 para a BRE Ponte

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Opinião: Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BRE Ponte I Empreendimentos e Participações S.A. (anteriormente denominada BRPR XIV Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda.) em 31/12/2015, e o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000). **Outros assuntos:** Em 29/04/2016, emitimos relatório de auditoria contendo abstenção de opinião sobre as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixas referentes ao exercício findo em 31/12/2015, em função de que os saldos de abertura, correspondentes a 1°/01/2015, não haviam sido auditados por nós ou por outros auditores independentes, e que, devido aos diversos procedimentos de auditoria não nos teria sido possível concluir sobre aqueles valores até aquela data. Subsequentemente, os saldos iniciais correspondentes a 1°/01/2015, foram auditados por nós, e nessa data, o nosso relatório de auditoria foi sendo representado em conjunto com essas demonstrações financeiras. Consequentemente, a abstenção de opinião relacionada com o referido assunto contida em nossa opinião anteriormente emitida não é mais necessária e, portanto, nossa nova opinião constante deste relatório não contém qualquer modificação sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31/12/2015. São Paulo, 17/10/2016. **ERNST & YOUNG** - Auditores Independentes S.S. - CRC-2SP015199/O-4 - Marcos Alexandre S. Pupo - Contador - CRC-1SP221798/O.

Demonstrações dos fluxos de caixa

	31/12/2015	31/12/2014 (não auditado)
Atividades operacionais		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(10.515)	3.648
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa		
líquido gerado pelas atividades operacionais		
Valor justo de propriedades para investimento	24.912	2.145
Imposto de renda diferido	(6.491)	1.262
Juros de financiamento	-	621
PCLD	-	-
	7.906	7.676
Variações nos ativos e passivos		
Aumento (redução) no ativo:		
Tributos a recuperar	18	(196)
Contas a receber	(65)	(243)
Despesas antecipadas	2	6
Aumento (redução) de passivo:		
Adiantamentos de clientes	1.353	(126)
Contas a pagar	(94)	(66)
Tributos a pagar	293	111
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	9.423	7.162
Atividades de investimento:		
Aquisição de propriedade para investimentos	(1.952)	(819)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(1.952)	(819)
Atividades de financiamento:		
Pagamento de dividendos	(6.000)	(2.000)
Pagamento de empréstimos	-	(3.152)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	(6.000)	(5.152)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	1.895	1.191
Caixa e equivalentes de caixa:		
No início do exercício	3.605	2.408
No final do exercício	5.500	3.605
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	1.895	1.197

Demonstrações do valor adicionado

	31/12/2015	31/12/2014 (não auditado)
Receitas		
Aluguéis	12	8.810
Insumos adquiridos de terceiros		
Serviços prestados por terceiros	(17)	(17)
Materiais consumidos	(1)	(18)
Impostos e taxas	(1)	(133)
Outros despesas administrativas	(26)	(1.000)
Total	(45)	(1.070)
Por disposição estatutária, a Companhia não contribuiu e não contribuiu para o governo com todos os serviços necessários prestados pelos seus administradores ou por empresas especializadas terceirizadas. **14. Resultado financeiro, líquido:** Os saldos estão representados por:

	31/12/2015	31/12/2014 (não auditado)
Despesas financeiras		
Juros sobre financiamento	(31)	(622)
Total	(31)	(622)
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	877	227
Outras receitas financeiras	-	62
Total	877	289
Resultado financeiro	846	(333)

15. Instrumentos financeiros: A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, no âmbito de financiar suas atividades e/ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A administração deseses riscos e realizam por meio da definição de estratégias operacionais, de sendo liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e a aplicações financeiras efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha e em títulos de curto prazo. O risco de crédito é minimizado, pois os contratos de aluguel foram celebrados com clientes de reconhecida idoneidade. O risco de crédito - considerado como a possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes de problemas financeiros com os arrendatários, que os levem a não honrar os compromissos assumidos com a Companhia. Para minimizar esse risco, a Companhia celebra instrumentos de arrendamentos mercantil e aluguéis, sempre com garantias reais, fiduciárias, cessão, os instrumentos de arrendamento estão garantidos por possibilidade de alienação do imóvel arrendado. (ii) Risco de liquidez - consiste em não dispor, depois de a Companhia gerenciar os prazos de recebimento dos seus ativos em relação aos pagamentos devidos das obrigações assumidas. Este risco é minimizado pela compatibilidade de prazos e fluxos de amortização entre os títulos emitidos e lastros adquiridos. a) Análise da sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos: O instrumentos financeiros da Companhia são representados por caixa e equivalentes de caixa e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 31/12/2015, se aproximam dos valores de mercado. Os instrumentos financeiros atreladas de operações da Companhia estão ligados à variação da CDI para cobrir possíveis perdas. As análises a seguir demonstram a sensibilidade preparada pela Administração da Companhia e o efeito das operações em aberto em 31/12/2015. Análise de sensibilidade - resumo:

	Queda	Queda	Cenário	Aumento	Aumento
	de 50%	de 25%	provável	de 25%	de 50%
Indexador					
CDI	6,62%	9,93%	13,24%	16,55%	19,86%
SELIC	5,27%	7,90%	10,54%	13,18%	15,81%
Ativos e passivos financeiros	**31/dezem-bro/15**	**50%**	**25%**	**Provável**	**25%**	**50%**
CDI	3.867	256	384	512	640	768
SELIC	1.089	58	86	116	145	174
Total	**4.956**	**314**	**471**	**628**	**785**	**942**

	31/12/2015	31/12/2014 (não auditado)
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	-	-
Contas a receber	1.633	-
Aplicações financeiras	3.867	3.867
Aplicações financeiras	1.089	1.089
Total dos ativos com riscos financeiros	6.589	3.867	1.089	1.633
b) Mensuração do valor justo: A Companhia detém ativos e passivos financeiros e instrumentos financeiros, que, na base nos princípios contábeis pertinentes que definem valor justo, os quais se referem a conceitos de avaliação e requerimentos de divulgações sobre o valor justo. Especificamente quanto à divulgação, a Companhia aplica os requerimentos de hierarquização, que envolve os seguintes aspectos: • Definição do valor justo é a quantia pela qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso em transação sem favorecimento; • Hierarquia que atribui níveis para a mensuração do valor justo, de acordo com inputs observáveis para a valorização de um ativo ou passivo na data de sua mensuração; • A valorização em três níveis de hierarquia para a mensuração do valor justo é baseada nos inputs observáveis e não observáveis. Inputs observáveis refletem dados de mercado obtidos de fontes independentes, enquanto inputs não observáveis refletem as premissas da avaliação da Companhia. Esses dois tipos de inputs criam a hierarquia de valor justo mencionada a seguir: Nível 1 - preços cotados para instrumentos idênticos em mercados ativos; • Nível 2 - preços cotados em mercados ativos para instrumentos similares, preços cotados para instrumentos idênticos ou similares em mercados não ativos e modelos de avaliação para os quais inputs são observáveis; e • Nível 3 - instrumentos cujos inputs significantes não são observáveis. A Companhia não possui instrumentos financeiros. Os instrumentos da Companhia à classificação geral desses instrumentos em conformidade com a hierarquia de valorização: **Nível de hierarquia**

Descrição	**hierarquia**	**31/12/2015**	**31/12/2014 (não auditado)**
Ativos financeiros			
Aplicações financeiras	2	**3.867**	2.676
Ativos não financeiros			
Aplicações financeiras	3	**115.417**	102.926

16. Demandas judiciais: Com base na opinião dos consultores jurídicos da Companhia e avaliação da Administração, não foram registradas provisões para contingências, pois não há ações judiciais processos contingentes de perda provável. Não sendo necessária qualquer divulgação adicional, em função do que não haver processos relevantes. **17. Cobertura de seguros:** Em 31/12/2015, os valores dos seguros contratados informados pela Companhia são consideradas suficientes para cobrir quaisquer sinistros, especialistas em seguros. Os seguros dos propriedades para investimentos foram renovados em novembro de 2015 com vigência de 24 meses. Não está incluso no escopo trabalho das nossas auditores, emitir conclusão sobre a suficiência da cobertura de seguros, cuja adequação foi avaliada e determinada pela Administração da Companhia.

José Tavares de Lucena - Contador - CRC 6422TSP1868

EDITAL

03ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo/SP

Edital para conhecimento de terceiros interessados, com prazo de 10 dias, expedido nos autos de **Proc. nº 1014778-42.2013.8.26.0053.** Ao Dr. LUIS MANUEL FONSECA PIRES, MM. Juiz de Direito da 03ª Vara da Fazenda Pública, de Estado de São Paulo, na forma da lei, etc. Faz Saber a terceiros interessados na lide que **FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO** move uma ação de Desapropriação contra HELION MARIE ANNE GUILLLAUME DE VILLENEUVE ESCLAPON,identidade francesa nº 110 569 102 937, CPF/MF nº 235.578.218-03, ARNAUD MARIE ALBERT DE VILLENEUVE ESCLAPON, identidade francesa nº 070 675 Q00 367, CPF/MF nº 235.578.547-18, LOUIS-ROMMÉE MARIE HUMBERT DE VILLENEUVE ESCLAPON, identidade francesa nº 030392201842, CPF/MF nº 235.578.618-64, JEAN FOULQUES MARIE DE VILLENEUVE ESCLAPON, identidade francesa nº 120375S00544, CPF/MF nº 235.578.618-64, PIERRE JEAN MARIE HELION DE VILLENEUVE ESCLAPON, identidade francesa nº 070 375 S00 997, CPF/MF nº 235.578.278-44 ALAIN SIXTE MARIE DE VILLENEUVE ESCLAPON, identidade francesa nº 090 392 204 769, CPF/MF nº 235.578.108-79, objetivando a desapropriação do imóvel situado no 22º pavimento do Edifício Barão do Iguape, situado na Praça do Patriarca nº 20, com entrada pela Rua Direita 250, matrícula nº 18.504, do 4º CRI/SP, contribuinte nº 001.084.0031-1, tendo a expropriante depositado a importância de R$ 1.466.000,00 e complementado com a importância de R$ 1.595.000,00 que totalizou a importância de R$ 3.061.000,00 para a imissão na posse e como os expropriados requereram o levantamento do valor fixado na sentença de R$ 2.905.000,00, serve o presente edital conforme determina o artigo 34 da lei para conhecimento de terceiros interessados, a fim de impugnar o levantamento da importância supra, findo o prazo de 10 dias se não houver impugnação e para que ninguém alegue no futuro, ignorância ou erro, que será publicado e afixado na forma da lei. SP, 19/06/2019.

RICARDO NAHAT, Oficial do 14º Registro de Imóveis desta Capital, República Federativa do Brasil, a requerimento do **BRAZILIAN SECURITIES COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**, FAZ SABER, a todos que o presente edital virem ou interessar possa que, **CLÁUDIA BIANCO,** brasileira, solteira, maior administradora de empresas, RG nº 13.609.401-6-SSP/SP, CPF nº 257.

Jornal O DIA SP

BRE Ponte I Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ nº 08.230.654/0001-86

Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 (em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

Balanços Patrimoniais

	Notas	31/12/2018	31/12/2015
Ativo/Circulante		4.593	2.428
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.706	1.420
Contas a receber	7	1.343	1.099
Tributos a recuperar		1.205	877
Despesas antecipadas		339	32
Adiantamento a fornecedores		10	-
Não circulante	6	119.684	115.417
Propriedade para investimento	6	119.684	115.417
Total do ativo		124.277	117.845
Demonstrações do Resultado Abrangente		**31/12/2018**	**31/12/2015**
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício		5.480	(10.515)
Outros resultados abrangentes		-	-
Total de resultados abrangentes do exercício		5.480	(10.515)

Demonstrações do Patrimônio Líquido

	Capital Social	Reserva Legal	Retenção de Lucros	Lucros/Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014 (não auditado)	7.669	-	14.659	-	22.328
Aumento de capital	54.258	-	-	-	54.258
Prejuízo do exercício	-	-	-	(10.515)	(10.515)
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	(10.515)	10.515	-
Dividendos	-	-	(6.000)	-	(6.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	61.927	-	58.144	-	120.071
Aumento de capital	1.600	-	-	-	1.600
Lucro líquido do exercício	-	-	-	5.480	5.480
Constituição de reserva legal no exercício (notas 9 b e c)	-	274	-	(274)	-
Dividendos mínimos obrigatórios pagos (Nota 9 c)	-	-	-	(55)	(55)
Dividendos adicionais propostos e pagos (Nota 9 c)	-	-	-	(1.355)	(1.355)
Constituição de reserva de retenção de lucros (notas 9 b e c)	-	-	3.796	(3.796)	-
Dividendos adicionais propostos	-	-	(5.467)	-	(5.467)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	63.509	274	56.473	-	120.258

Demonstrações do Resultado

	Notas	31/12/2018	31/12/2015
Receita líquida	10	9.060	8.810
Despesas e custos operacionais			
Gerais e administrativas	11	(2.695)	(45)
Outras despesas operacionais		(35)	(271)
Resultado com valor justo de propriedades para investimento	6	-	(24.912)
Lucro/(prejuízo) antes do resultado financeiro		6.329	(16.418)
Despesas financeiras	12	(99)	(31)
Receitas financeiras	12	182	277
Lucro/(prejuízo) antes das provisões tributárias		6.403	(15.572)
Imposto de renda e contribuição social	8	(923)	5.057
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício		5.480	(10.515)
Lucro/(prejuízo) por ação - em reais (R$)		0,0893	(0,1688)

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto

	31/12/2018	31/12/2015
Atividades operacionais		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	5.480	(10.515)
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		
Valor justo de propriedades para investimento	-	24.912
Imposto de renda diferido	14	(6.487)
Depreciação acumulada	508	-
	6.000	7.906
Variações nos ativos e passivos:		
Aumento/(redução) no ativo:		
Tributos a recuperar	(328)	18
Contas a receber	(244)	(66)
Despesas antecipadas	(299)	2
Adiantamento a fornecedores	(10)	-
Aumento/(redução) de passivo:		
Adiantamento de clientes	(51)	1.353
Contas a pagar	1.127	(30)
Tributos a pagar	(48)	163
Outros passivos circulantes	209	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	6.266	3.777
Atividades de investimento		
Aquisição de propriedade para investimentos	(4.773)	(1.580)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(4.773)	(1.580)
Atividades de Financiamento		
Aumento de capital	1.600	-
Distribuição de dividendos	(6.877)	(6.000)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	(5.277)	(6.000)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(3.784)	1.695
Saldo de caixa e equivalente de caixa:		
No início do exercício	5.500	3.805
No final do exercício	1.706	5.500
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(3.784)	1.695

Demonstrações do Valor Adicionado

	31/12/2018	31/12/2015
Receita bruta	10.000	8.810
Outras receitas	182	277
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos serviços prestados	(2.381)	(2.381)
Outros custos	(1.202)	(1.202)
Base de cálculo (Presumido)	**6.599**	**5.504**
Alíquota do adicional do Imposto de renda	10%	-
Alíquota do imposto de renda e de contribuição social	15%	25%
Imposto de renda e contribuição social	**(640)**	**(1.376)**
Imposto de renda e contribuição social sobre as receitas financeiras	(12)	(8) (30)
Despesa com IR e CS - corrente	**(652)**	**(1.406)**
Despesa com imposto de renda e contribuição social	**(652)**	**(1.406)**

Líquido de imposto de renda e contribuição social diferido passivo em 31/12/2018, bem como a receita de imposto de renda diferido do exercício - (14). (II diferido passivo - (14). Em função do processo de reestruturação mencionado na Nota 1, em 31/12/2015, a Companhia não possuía diferenças temporárias em relação aos saldos de ativos e passivos tributários diferidos a serem constituídos nessa data. Em 31/12/2016, o imposto de renda e contribuição social diferido passivo em 31/12/2016 e 31/12/2015 representados por:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e bancos	1.638	3.887
Aplicações financeiras (a)	1.706	3.887
	3.344	7.774

(a) Representadas substancialmente por Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e operações compromissadas lastreadas em CDBs de emissão de instituições financeiras de primeira linha, registradas em prazos inferior a 90 dias da data das respectivas operações, com remuneração de 99% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). **6. Propriedade para investimento**

Vida útil média remanescente em anos	31/12/2016	31/12/2015
Terrenos	68.000	68.000
Edificações	60 (*) 30.380	30.380
Construção	4.815	4.815
Depreciação acumulada	(1.511)	(985)
	119.684	115.417

(*) A vida útil foi estabelecida com base no laudo de avaliação elaborado por empresa especializada e independente para o exercício de 2015 e atualizada pelo administrador para o exercício de 2016. Os valores justos foram reconhecidos na nota explicativa 2.1. a Companhia mudou a forma de apresentação da propriedade para investimento adotando o método de custo histórico depreciado, em substituição ao método de valor justo, a partir de 2015, com a finalidade por um novo grupo econômico e posterior reestruturação no final do exercício findo em 31/12/2015, sendo que a partir de 2016 a Companhia passou a adotar o método do valor justo, até 10/12/2015 (data de aquisição dos ativos pela BRE Portfólio). Com isso, até essa data, a demonstração de resultado da Companhia refletiu os ganhos de valor justo, e não refletiu os efeitos da reestruturação mencionada nas notas explicativas 1 e 2.1, quando foi assumida a venda de ações de forma irrevogável e sem apresentação da propriedade para investimento. Todavia, a Companhia anualmente estima o valor justo da propriedade para investimento. A Administração concluiu que o valor justo das propriedades para investimento, em 31/12/2016 e 31/12/2016, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2016		31/12/2016	
	Custo	Valor justo	Custo	Valor justo
Propriedade para investimento	119.684	197.490	115.417	115.417

O valor justo das propriedades foi determinado com base em avaliações utilizando o fluxo de caixa descontado. Todos os cálculos são baseados na estimativa do fluxo de caixa líquido operacional do exercício e das informações diversas levantadas no mercado, que são utilizadas na determinação da taxa de desconto e da taxa de capitalização. Os valores justos são baseados no fluxo de caixa individual do imóvel, sendo considerado o valor atual do aluguel até o final do contrato com base nas seguintes premissas:

	31/12/2016	31/12/2016
	"De acordo com a condição específica do imóvel"	"De acordo com a condição específica do imóvel"
Taxa de desconto	10,0% a.a.	10,0% a.a.
Cap Rate	12,0% a.a.	8,0% a.a. - 10,0% a.a.

Com base no valor justo da propriedade para investimento, a Administração concluiu que não há necessidade de desvalorização do ativo que seja maior que o valor recuperável. **7. Contas a receber:**

	31/12/2018	31/12/2015
Contas a receber (a)	1.343	1.099
Adiantamento de clientes (b)	1.957	1.353
Depósito caução (c)	349	1.004

(a) O saldo dos contratos de locação é de 60 meses. Alguns contratos de locação possuem período de carência que varia entre um e dois meses. (b) Trata-se de recebimento de receita de locação, a ser reconhecida no período, e valor total previsto não distribuído totalmente por todo período de locação, independentemente do fluxo financeiro dos contratos. Os valores de adiantamentos são acrescidos de variação acumulada do Índice Geral de Preços de Mercado divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (IGP-M/FGV) e ajustados a valor presente. (c) Os saldos de caução de clientes refere-se ao recebimento antecipado do aluguel do locatário **Ericsson Telecomunicações S/A.** (c) O saldo é composto por depósitos de caução conforme exigidos por contratos.

Contas a receber	Período de locação Início	Término	Vencimento	Reajuste Mês/Ano
Banco Bradesco	01/10/ 2008	30/09/ 2018	05 do 10/16 IGPM/ FGV	
Banco Citibank S.A.	16/08/ 2016	15/08/ 2021	05 do 09/16 IGP-M	
Prosoft Tecnologia S.A.	01/04/ 2015	31/03/ 2020	05 do 06/16 IGP-M	
Prosoft Tecnologia S.A.	01/06/ 2015	31/05/ 2020	05 do 06/16 IGP-M	
TI Brasil Industria e Comércio de Pc Ltda	08/09/ 2015	07/09/ 2020	05 do 09/16 IGP-M	
Golden Quimica do Brasil Ltda.	06/06/ 2017	05/06/ 2022	05 do 06/16 IGP-M	
Bunge Alimentos S/A	01/11/ 2014	31/10/ 2019	05 do 11/16 IGP-M	
Transmerc Industria e Comércio de Pc	01/05/ 2015	30/04/ 2020	05 do 05/16 IGP-M	
Cargo Solutions em Sistemas Aéreos	01/04/ 2014	31/03/ 2019	05 do 05/16 IGP-M	
Zeta Log Logistica e Armazens	28/07/ 2017	28/07/ 2022	05 do 07/16 IGP-M	
Ericsson Telecomunicações S/A	18/02/ 2014	18/02/ 2019	05 do 15 11/16 IGP-M	
Sigma Electronics (e)	13/06/ 2011	13/06/ 2015	05 do 06/16 IGP-M	
Sigma Electronics (d)	04/07/ 2011	13/06/ 2015	05 do 07/16 IGP-M	
Sigma Electronics (e)	20/03/ 2013	20/03/ 2018	05 do 04/16 IGP-M	
SS Servystem do Brasil Ltda.	23/07/ 2017	23/07/ 2020	05 do 07/16 IGP-M	
Login Transportes de Cargas Ltd	15/06/ 2017	15/06/ 2019	05 do 07 06/16 IGP-M	

(d) O aluguel continua vigente e válido; mas o aditivo do contrato atualmente, está em fase de renegociação. **8. Imposto de renda e contribuição social - IR/CS:** a) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social: Para o exercício de 2015 a Companhia adotou o regime de tributação do Lucro Real, com base no seguinte demonstrativo do cálculo da alíquota efetiva: Em 2015: Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social - (15.572); Alíquota fiscal combinada de renda e contribuição social (34%) - 5.295; **Ajustes para apuração da alíquota efetiva: Exclusões (adições) permanentes, líquidas:** Utilização de prejuízos fiscais de anos anteriores - (R$ Diferenças temporárias e permanentes - (1.487) **Receita com imposto de renda e contribuição social** - (5.057); Imposto de renda e contribuição social diferido - (-487) Imposto de renda e contribuição social correntes - (1.434); Total - (5.057) (I) As diferenças temporárias referem-se a depreciação para fins fiscais e ajuste a valor justo da propriedade para investimento. No exercício de 2016 a Companhia adotou o regime de tributação do Lucro presumido, com isso, seguo o demonstrativo

Marcelo Fedak - Diretor

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará eventuais distorções existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar as decisões dos usuários, tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Também: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, e obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detectar distorção relevante decorrente de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o uso de burlar os controles internos, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e das respectivas divulgações feitas pela Companhia. Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional. Caso concluamos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nossa emissão de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuros podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela Companhia, entre outros assuntos, sobre o escopo, a época da auditoria, os riscos de distorção relevante, a abrangência da auditoria, os recursos, a direção e os resultados do trabalho de auditoria, bem como, quaisquer deficiências significativas nos controles internos identificadas durante nossos trabalhos. São Paulo, 31/05/2017. **ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S.** - CRC-2SP015199/O-5 - **Marcos Kenji de Paula** - Contador - CRC-1SP208240/O-7.

INFRA SP PARTICIPAÇÕES E CONCESSÕES S.A.

CNPJ Nº: 29.209.677/0001-16 - NIRE Nº: 35.300.511.034 - COMPANHIA FECHADA

ATA DE REVISÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 16 DE MAIO DE 2019

1. DATA, HORA E LOCAL: Em 16 de maio de 2019, às 18h00, na sede da Infra SP Participações e Concessões S.A. ("Companhia"), localizada na Avenida Chedid Jafet, nº. 222, Bloco B, 4º andar, Alto Da Lapa, Bairro Vila Olímpia, CEP 04551-065, São Paulo/SP. **2. PRESENÇA:** Presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **3. MESA:** Assumiu a presidência das trabalhos o Sr. Eduardo de Toledo e o Sr. Paulo Yukio Fukuzaki, secretário. **4. ORDEM DO DIA:** **(I)** Tomar conhecimento da renúncia do Sr. **PAULO CESAR DE SOUZA RANGEL** ao cargo de Diretor Presidente do Conselho Fiscal; **(II)** deliberar sobre a eleição do Sr. **FÁBIO RUSSO CORRÊA** ao cargo de Diretor Presidente Executivo da Companhia. **5. DELIBERAÇÕES:** Os Senhores Conselheiros, após debates e discussões, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, conforme atribuição prevista nos artigos 22 e 23 do Estatuto Social da Companhia, **(I)** tomaram conhecimento do pedido de renúncia formulado pelo Sr. **PAULO CESAR DE SOUZA RANGEL** ao cargo de Diretor Presidente Executivo da Companhia, agradecendo ao mesmo pelos relevantes serviços prestados à Companhia enquanto exerceu referido função; e **(II)** Aprovar a eleição do Sr. **FÁBIO RUSSO CORRÊA**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº. 16830417 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº. 014.930.467-64, com endereço profissional na Avenida Chedid Jafet, nº. 222, Bloco B, 4º andar, Alto Vilã Olímpia, São Paulo/SP, eleito para o cargo de Diretor Presidente Executivo da Companhia, pelo prazo de 3 (três) anos, a contar da data da posse, conforme Termo de Posse e Declaração de Desimpedimento anquivado na sede da Companhia. Com a eleição do Diretor Presidente Executivo, o Diretor Presidente passa a ser composto por seguintes Diretores: **1.** Diretor Presidente: Sr. **Leonardo Couto Vianna**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 57.691.434-4 SSP/SP, inscrito no CPF/MF nº. 156.835.96-72, com endereço profissional na Avenida Chedid Jafet, nº. 222, Bloco B, 5º Andar, Vila Olímpia, São Paulo/SP, eleito na Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 19 de março de 2019, às 08h30; **2.** Diretor Presidente Executivo: **Fábio Russo Corrêa**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG nº. 16830417 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº. 014.930.467-64, com endereço profissional na Avenida Chedid Jafet, nº. 222, Bloco B, 4º andar, Vila Olímpia, São Paulo/SP, eleito na Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 19 de março de 2019, às 08h30; **2.** Diretor Presidente Executivo: **Fábio Russo Corrêa**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG nº. 16830417 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº. 014.930.467-64, com endereço profissional na Avenida Chedid Jafet, nº. 222, Bloco B, 4º andar, Vila Olímpia, São Paulo/SP, eleito para o cargo de Diretor Presidente Executivo da Companhia, pelo prazo de 3 (três) anos, a contar da data da posse, conforme Termo de Posse e Declaração de Desimpedimento anquivado na sede da Companhia. **6. CONVOCAÇÃO E PUBLICAÇÃO PRÉVIAS:** **(I)** Os avisos de que tratam os artigos 124 e 133 da LSA foram dispensados pelo comparecimento da totalidade das acionistas, conforme permitido pelo parágrafo 4º do artigo 124 e parágrafo 6º do artigo 133 da LSA; **(II)** a Demonstração do Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração do Resultado Abrangente, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, as Notas Explicativas as Demonstrações Financeiras, cópia do Parecer do Auditor Independente referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018; **(III)** disponibilização em 27 de abril de 2019, no Diário Oficial do Estado de São Paulo, páginas 85 e 90, e no Jornal "O Dia" (São Paulo), páginas 9 e 10. **4. MESA:** Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Leonardo Couto Vianna e o Sr. Paulo Yukio Fukuzaki, como secretário. **5. LEITURA DOS DOCUMENTOS:** Foram dispensados a leitura dos documentos referidos no artigo 133 da LSA, bem como do Relatório dos Auditores Independentes, por serem do conhecimento geral. **6. ORDEM DO DIA: (I)** Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício finda em 31 de dezembro de 2018; **(II)** deliberar sobre a revisão e aprovação do orçamento de capital da Companhia referente ao exercício social de 2019; **(III)** deliberar sobre a destinação dos resultados do exercício e a distribuição de dividendos de 2018; **(IV)** aprovar verba global para a remuneração dos administradores, nos termos do artigo 152 da LSA; **(V)** deliberar sobre a instalação do Conselho Fiscal. **7. DELIBERAÇÕES:** As acionistas da Companhia, por unanimidade de votos, após debates e discussões, aprovaram: **7.1.** A leveratura da presente ata na forma sumária, conforme faculta o artigo 130, parágrafo 1º, da LSA; **7.2.** O Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração do Resultado Abrangente, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as Notas Explicativas as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, publicados conforme o item "Convocações e Publicações Prévias", e devidamente auditadas pela PRICEWATERHOUSECOOPERS Auditores Independentes, no período de 25 de abril de 2019; **7.3.** O orçamento de capital para o exercício de 2019, no valor de R$ 1.115.133.000,00 (um bilhão, cento e quinze milhões e cento e treze mil reais); **7.4.** Considerando as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, o lucro líquido do exercício, a proposta da Administração sobre a destinação dos resultados da Companhia, segue nos seguintes termos: **a)** Considerando que o saldo de Prejuízos Acumulados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, no montante de R$ 10.515.247,75, foi integralmente absorvido através de redução de capital, conforme aprovada em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de dezembro de 2018, não há saldo de resultados acumulados a ser destinado; **b)** Do saldo do Resultado do Exercício de 2018, **b1)** Quota de "Resultado do Exercício" da Companhia, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, no montante R$ 176.657.590,81 (cento e setenta e seis milhões, seiscentos e cinquenta e sete mil, quinhentos e noventa e um reais e oitenta e centavos), tenha a seguinte destinação: **b.1.)** Constituição "Reserva de Legal", no montante de R$ 8.832.879,54 (oito milhões, oitocentos e trinta e dois mil, oitocentos e setenta e nove reais e cinquenta e quatro centavos), conforme artigo 193 da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976 (Lei das S.A.); **b.2.)** Constituição de "Reserva Estatutária", no montante de R$ 883.287,95 (oitocentos e oitenta e três mil, duzentos e oitenta e sete reais e noventa e cinco centavos), conforme disposto no artigo 194 da LSA e parágrafo único do artigo 30 do Estatuto Social da Companhia; **b.3.)** Distribuição dos dividendos no montante mínimo de dividendos obrigatórios 32 e 33 do Estatuto Social da Companhia, no valor de R$ 15.450.000,00 (quinze milhões, quatrocentos e cinquenta mil reais), correspondentes a R$ 0,41579184000 por lote de mil ações, ou, após a dedução do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, à razão de 15%, nos termos do § 2º do artigo 9º da Lei nº 9.249/95, o valor líquido de R$ 13.132.500,00 (treze milhões, cento e trinta e dois mil e quinhentos reais), correspondentes a R$ 3,75339142234 por lote de mil ações, ou R$ 0,35448 por ação ordinária, com base na posição acionária de 31 de dezembro de 2018, com base na composição acionária da Companhia daquela data, sendo que o pagamento será realizado até 31 de dezembro de 2019, conforme vier a ser oportunamente deliberado; e **b.4.)** Dividendos Mínimos Obrigatórios, nos termos do artigo 32 do Estatuto Social da Companhia, no valor de R$ 26.285.355,83 (vinte e seis milhões, duzentos e oitenta e cinco mil, trezentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e três centavos), correspondentes a R$ 8,19664482 por lote de mil ações, os quais serão pagos até 31 de dezembro de 2019, conforme vier a ser oportunamente deliberado; **b.5.)** Após os ajustes contábeis, o saldo de "Reserva de Lucros a Realizar" da Companhia passará a ser de R$ 125.206.067,51 (cento e vinte e cinco milhões, duzentos e seis mil, sessenta e sete reais e cinquenta e um centavos); **7.5.** A verba global e anual para a remuneração dos administradores da Administração da Companhia no valor de até R$ 6.300.000,00 (seis milhões e trezentos mil reais), incluindo honorários, eventuais gratificações, seguridade social e benefícios que sejam atribuídos aos administradores em razão do cessação do exercício do cargo de administrador, conforme previsto em seguro de responsabilidade civil que inclui os valores referentes aos encargos sociais e de FGTS que forem devidos, ficando a cargo do Conselho de Administração da Companhia a fixação do montante individual e, se for o caso, a concessão de verbas de representação aos membros do conselho de administração, nos termos do artigo 152 da Lei 6.404/76 e do artigo 30 do Estatuto Social da Companhia; **7.6.** A verba global e anual ora aprovada será destinada exclusivamente à Diretoria da Companhia, vez que os membros do Conselho de Administração renunciam, para dada, a remuneração anual, conforme Termo de Renúncia à Remuneração ora anexado nesta data; e **7.6.** A remuneração do Conselho Fiscal da Companhia, conforme facultado pelo artigo 161 da LSA e pelo artigo 28 do Estatuto Social. **8. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembleia, da qual foi lavrada a ata, que, após ser achada conforme, é assinada por todos os presentes. São Paulo/SP, 29 de abril de 2019. **Assinaturas**: Leonardo Couto Vianna, Presidente da Mesa e, Paulo Yukio Fukuzaki, Secretário. **Acionistas: (1) CCR S.A.**, pelo Sr. Francisco de Assis Nunes Bulhões; e **(2) CIIS** - Companhia de Investimento em Infraestrutura Sustentável, por seu procurador Sr. Francisco de Assis Nunes Bulhões. Certifico que a presente é cópia fiel do original, lavrado no livro de Registro de Atas de Assembleias Gerais nº. 01, às folhas 16 a 19. *Leonardo Couto Vianna - Presidente da Mesa; Paulo Yukio Fukuzaki - Secretário.* JUCESP nº 322.571/19-9 em 14/06/2019. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES EM CONCESSÕES

CNPJ/MF Nº: 09.367.702/0001-82 - NIRE Nº: 35.300.352.858 - COMPANHIA FECHADA

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2019

1. DATA, HORA E LOCAL: Em 29 de abril de 2019, às 10h00, na sede da Companhia de Participações em Concessões ("Companhia"), localizada na Avenida Chedid Jafet, nº. 222, Bloco B, 4º andar, parte, Vila Olímpia, CEP 04551-065, São Paulo/SP. **2. PRESENÇA:** Foram computados a presença de acionistas representando mais de 2/3 do capital social, conforme Lista de Presença de Acionistas, nos termos do artigo 127 da Lei 6.404, de 15.12.1976 ("LSA"), constatando-se a presença das acionistas representando a totalidade do capital social, conforme Lista de Presença de Acionistas e apostas no Livro de Registro de Presença de Acionistas". **3. CONVOCAÇÃO E PUBLICAÇÃO PRÉVIAS:** **(I)** Os avisos de que tratam os artigos 124 e 133 da LSA foram dispensados pelo comparecimento da totalidade das acionistas, conforme permitido pelo parágrafo 4º do artigo 124 e parágrafo 6º do artigo 133 da LSA; **(II)** a Demonstração do Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração do Resultado Abrangente, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, as Notas Explicativas as Demonstrações Financeiras, cópia do Parecer do Auditor Independente referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018; foram publicados em 27 de abril de 2019, no Diário Oficial do Estado de São Paulo, páginas 85 e 90, e no Jornal "O Dia" (São Paulo), páginas 9 e 10. **4. MESA:** Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Leonardo Couto Vianna e o Sr. Paulo Yukio Fukuzaki, como secretário. **5. LEITURA DOS DOCUMENTOS:** Foram dispensados a leitura dos documentos referidos no artigo 133 da LSA, bem como do Relatório dos Auditores Independentes, por serem do conhecimento geral. **6. ORDEM DO DIA: (I)** Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício finda em 31 de dezembro de 2018; **(II)** deliberar sobre a revisão e aprovação do orçamento de capital da Companhia referente ao exercício social de 2019; **(III)** deliberar sobre a destinação dos resultados do exercício e a distribuição de dividendos de 2018; **(IV)** aprovar verba global para a remuneração dos administradores, nos termos do artigo 152 da LSA; **(V)** deliberar sobre a instalação do Conselho Fiscal. **7. DELIBERAÇÕES:** As acionistas da Companhia, por unanimidade de votos, após debates e discussões, aprovaram: **7.1.** A leveratura da presente ata na forma sumária, conforme faculta o artigo 130, parágrafo 1º, da LSA; **7.2.** O Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração do Resultado Abrangente, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as Notas Explicativas as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, publicados conforme o item "Convocações e Publicações" acima, e devidamente auditadas pela PRICEWATERHOUSECOOPERS Auditores Independentes, no período de 25 de abril de 2019; **7.3.** O orçamento de capital para o exercício de 2019, no valor de R$ 1.115.133.000,00 (um bilhão, cento e quinze milhões e cento e treze mil reais); **7.4.** Considerando as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, no montante R$ 176.657.590,81 (cento e setenta e seis milhões, seiscentos e cinquenta e sete mil, quinhentos e noventa e um reais e oitenta e centavos), tenha a seguinte destinação: **b.1.)** Constituição "Reserva de Legal", no montante de R$ 8.832.879,54 (oito milhões, oitocentos e trinta e dois mil, oitocentos e setenta e nove reais e cinquenta e quatro centavos), conforme artigo 193 da LSA e do inciso IV do artigo 30 do Estatuto Social da Companhia; **b.2.)** Constituição de "Reserva Estatutária", no montante de R$ 883.287,95 (oitocentos e oitenta e três mil, duzentos e oitenta e sete reais e noventa e cinco centavos), conforme disposto no artigo 194 da LSA e parágrafo único do artigo 30 do Estatuto Social da Companhia; **b.3.)** Distribuição dos dividendos no montante mínimo dos dividendos obrigatórios 32 e 33 do Estatuto Social da Companhia, no valor de R$ 15.450.000,00 (quinze milhões, quatrocentos e cinquenta mil reais), correspondentes a R$ 0,41579184000 por lote de mil ações, ou, após a dedução do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, à razão de 15%, nos termos do § 2º do artigo 9º da Lei nº 9.249/95, o valor líquido de R$ 13.132.500,00 (treze milhões, cento e trinta e dois mil e quinhentos reais), correspondentes a R$ 3,75339142234 por lote de mil ações, ou R$ 0,35448 por ação ordinária, com base na posição acionária de 31 de dezembro de 2018, com base na composição acionária da Companhia daquela data, sendo que o pagamento será realizado até 31 de dezembro de 2019, conforme vier a ser oportunamente deliberado; e **b.4.)** Dividendos Mínimos Obrigatórios, nos termos do artigo 32 do Estatuto Social da Companhia, no valor de R$ 26.285.355,83 (vinte e seis milhões, duzentos e oitenta e cinco mil, trezentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e três centavos), correspondentes a R$ 8,19664482 por lote de mil ações, os quais serão pagos até 31 de dezembro de 2019, conforme vier a ser oportunamente deliberado; **b.5.)** Após os ajustes contábeis, o saldo de "Reserva de Lucros a Realizar" da Companhia passará a ser de R$ 125.206.067,51 (cento e vinte e cinco milhões, duzentos e seis mil, sessenta e sete reais e cinquenta e um centavos); **7.5.** A verba global e anual para a remuneração dos administradores da Administração da Companhia no valor de até R$ 6.300.000,00 (seis milhões e trezentos mil reais), incluindo honorários, eventuais gratificações, seguridade social e benefícios que sejam atribuídos aos administradores em razão do cessação do exercício do cargo de administrador, conforme previsto em seguro de responsabilidade civil que inclui os valores referentes aos encargos sociais e de FGTS que forem devidos, ficando a cargo do Conselho de Administração da Companhia a fixação do montante individual e, se for o caso, a concessão de verbas de representação aos membros do conselho de administração, nos termos do artigo 152 da Lei 6.404/76 e do artigo 30 do Estatuto Social da Companhia; **7.6.** A verba global e anual ora aprovada será destinada exclusivamente à Diretoria da Companhia, vez que os membros do Conselho de Administração renunciam, para dada, a remuneração anual, conforme Termo de Renúncia à Remuneração ora anexado nesta data; e **7.6.** A remuneração do Conselho Fiscal da Companhia, conforme facultado pelo artigo 161 da LSA e pelo artigo 28 do Estatuto Social. **8. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembleia, da qual foi lavrada a ata, que, após ser achada conforme, é assinada por todos os presentes. São Paulo/SP, 29 de abril de 2019. **Assinaturas**: Leonardo Couto Vianna, Presidente da Mesa e, Paulo Yukio Fukuzaki, Secretário. **Acionistas: (1) CCR S.A.**, pelo Sr. Francisco de Assis Nunes Bulhões; e **(2) CIIS** - Companhia de Investimento em Infraestrutura Sustentável, por seu procurador Sr. Francisco de Assis Nunes Bulhões. Certifico que a presente é cópia fiel do original, lavrado no livro de Registro de Atas de Assembleias Gerais nº. 01, às folhas 16 a 19. *Leonardo Couto Vian

BRE Ponte I Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ nº 09.230.854/0001-96

Balanços Patrimoniais

	Notas	31/12/2017	31/12/2016
Ativo/Circulante		8.429	4.523
Caixa e equivalentes de caixa	5	4.214	1.706
Contas a receber	7	1.283	1.343
Tributos a recuperar		877	1.205
Despesas antecipadas		-	259
Adiantamento a fornecedores		-	10
Outros créditos		55	-
Não circulante		120.999	119.684
Propriedades para investimento	6	120.999	119.684
Total do ativo		127.428	124.207

Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

Balanços Patrimoniais

	Notas	31/12/2017	31/12/2016
Passivo/Circulante		2.343	3.588
Contas a pagar		1.872	3.092
Tributos a pagar		314	292
Adiantamento de clientes	7	157	157
Outros passivos circulantes		0	47
Não circulante		407	363
Tributos diferidos	8.b	407	363
Depósito caução	7	392	349
Patrimônio líquido	9	124.678	120.256
Capital social		63.509	63.509
Reservas de lucros		56.747	52.324
Total do passivo e patrimônio líquido		127.428	124.207

Demonstrações do Resultado

	Notas	31/12/2017	31/12/2016
Receita líquida	10	10.061	9.050
Despesas e receitas operacionais			
Gerais e administrativas	11	(3.062)	(2.695)
Outras despesas operacionais		(39)	(49)
Lucro antes do resultado financeiro		6.971	6.305
Despesas financeiras	12	(134)	(99)
Receitas financeiras	12	159	182
Lucro antes das provisões tributárias		6.996	6.408
IR e CS - diferido	8.a	(1)	(14)
IR e CS - corrente	8.a	(1.072)	(958)
Lucro líquido do exercício		5.923	5.436
Lucro por ação - em reais (R$)		0,0933	0,0856

Demonstrações do Resultado Abrangente

	31/12/2017	31/12/2016
Lucro líquido do exercício	5.923	5.436
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de resultados abrangentes do exercício	5.923	5.436

Em milhares de reais

	Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros	Lucros/prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	61.509		46.144		107.653
Aumento de capital	1.600				1.600
Lucro líquido do exercício				5.480	5.480
Constituição de reserva legal no exercício (Nota 9.b e c)		–	274	(274)	-
Dividendos mínimos obrigatórios pagos (Nota 9.c)		–	–	(55)	(55)
Dividendos adicionais propostos e pagos (Nota 9.c)		–	–	(1.355)	(1.355)
Constituição de reserva de retenção de lucros (Nota 9.b e c)		–	3.796	(3.796)	-
Dividendos adicionais propostos		–	(5.467)		(5.467)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	63.509	274	54.473	-	120.256
Lucro líquido do exercício		–	–	5.923	5.923
Constituição de reserva legal no exercício (Nota 9.b e c)		296	–	(296)	-
Dividendos mínimos obrigatórios pagos (Nota 9.c)		–	–	(59)	(59)
Dividendos referentes a exercícios anteriores pagos (Nota 9.c)		–	(500)	-	(500)
Dividendos intermediários e pagos (Nota 9.c)		–	(941)	-	(941)
Constituição de reserva de retenção de lucros (Nota 9.b e c)		–	4.627	(4.627)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	63.509	570	60.659	-	124.678

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Contexto operacional: a) Quaisquer, sócio a BRE Ponte I Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia" ou "BRE Ponte I") é a nova denominação social da BRPR XIV Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda., a qual foi adquirida em 10/12/2015 pela BRE Ponte Participações S.A. ("BRE Ponte"). Por ocasião dessa transação, foi aprovado a alteração do endereço social e a mudança da sociedade limitada para sociedade anônima de capital fechado. A Companhia está domiciliada no Brasil, à Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2.277, sala 1.201, Jardim Paulistano, CEP: 01452-000 - São Paulo/SP. Segue abaixo o objeto social que a Companhia passou a ter: (a) Desenvolvimento e investimento em empreendimentos imobiliários e constituição de imóveis; (b) Comercialização por venda, arrendamento de imóveis próprios, compra e venda de imóveis sejam eles terrenos, frações ideais de terrenos, escritórios, armazéns, lojas de varejo, edifícios construídos no regime de built-to-suit; (c) Participação em sociedades, associações, fundos de investimento imobiliário ou fundos de investimento em participações; (d) Locação ou arrendamento de bens próprios, desde que não seja mediante operação de leasing. **2. Apresentação das demonstrações financeiras: 2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem os princípios previstos na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo CPC e deliberados pelo (CFC). As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A Companhia também adota as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo (CPC) e demais órgãos reguladores que estavam em vigor em 31/12/2017. **Estimativas:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as estimativas para valor justo de ativos e passivos, determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões. A liquidação das transações envolvendo estimativas poderá resultar em montantes significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente. A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações financeiras em 11/06/2018, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esse data, que tiveram efeito sobre essas demonstrações financeiras. **2.2. Resultado:** Os resultados são registrados pelo regime de competência. A receita de arrendamento de propriedade para investimento corresponde no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Incentivos de arrendamento concedidos contratualmente são reconhecidos como parte integral da receita total de aluguéis, pelo período do arrendamento. As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e outras variações monetárias sobre os contratos de locações, os quais são reconhecidos integralmente no resultado, através do método dos juros efetivo. **2.3. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos. Para um investimento de curto prazo seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição. Em sua maioria, são classificados na categoria "Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado". **2.4. Contas a receber:** As contas a receber são demonstradas pelos valores dos imóveis, os quais são registrados de acordo com o critério contábil apresentado na Nota Explicativa nº 2.2. Quando o valor recebido é maior que o valor recebendo como recebi pelo método linear, a diferença é registrada como um passivo, à rubrica "Adiantamento de clientes". A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para Administração para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber, considerando o seguinte critério: análise de perdas dos devedores, independentemente do período de vencimento. As despesas com a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa são registradas na rubrica "Outras despesas operacionais" na demonstração do resultado, quando aplicável. **2.5. Propriedade para investimento:** É a propriedade imóvel para obter renda com aluguéis e remuneração ao capital histórico, dedução da depreciação calculada pelo método linear para alcançar seus custos aos seus valores residuais a vida útil estimada. O valor justo da propriedade para investimento. **2.6. Tributos:** Impostos incidentes sobre a venda de

BRE Ponte V Empreendimentos e Participações S.A.

(anteriormente denominada BRPR 54 Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda.)
CNPJ nº 05.449.534/0001-31

Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de reais, exceto lucro (prejuízo) por ação)

Balanços Patrimoniais

	Notas	31/12/2015	31/12/2014 (não auditado)
Ativo			
Circulante		26.218	1.786
Caixa e equivalentes de caixa	6	22.723	1
Contas a receber	8	3.491	1.685
Despesas antecipadas		4	-
Não circulante		157.792	247.546
Propriedade para investimento	7	157.792	247.546
Total do ativo		184.010	249.312

Balanços Patrimoniais

	Notas	31/12/2015	31/12/2014 (não auditado)
Passivo			
Circulante		2.354	473
Contas a pagar		1.832	473
Tributos a pagar	9	2.305	473
Lucros e dividendos a pagar		41	-
Não circulante		-	79.381
Tributos diferidos	10	-	79.381
Patrimônio líquido	11	181.656	169.458
Capital social		23.292	15.292
Reservas de lucros		158.644	154.166
Dividendos adicionais propostos		19.728	-
Total do passivo e do patrimônio líquido		184.010	249.312

Demonstrações do Resultados Abrangentes

	Notas	31/12/2015	31/12/2014 (não auditado)
Receita líquida	12	22.866	1.529
Despesas e receitas operacionais		-	-
Gerais e administrativas	13	(340)	(61)
Outras despesas operacionais		-	-
Resultado com ajuste pela propriedades para investimento		(16.311)	49.512
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro		6.215	48.974
Receitas financeiras	14	160	12
Lucro (prejuízo) antes dos previstos tributários		6.375	48.986
Imposto de renda e contribuição social	10	(2.077)	16.365
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		4.298	(31.697)
Lucro (prejuízo) líquido por ação - R$		0,25	(2,07)

Demonstrações do Resultado Abrangente

	31/12/2015	31/12/2014 (não auditado)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	4.298	(31.697)
Total de resultados abrangentes do exercício	4.298	(31.697)

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Retenção de lucros estatutária	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013 (não auditado)	15.292	1.105	118.450	65.591	-	-	200.438
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(31.697)	(31.697)
Constituição de reserva legal no exercício	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	-	(31.697)	-	31.697	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014 (não auditado)	15.292	1.105	118.450	33.894	-	-	168.741
Aumento de capital (nota 11)	8.000	-	-	-	-	-	8.000
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	4.298	4.298
Destinação do resultado (nota 11)	-	-	-	-	-	(41)	(41)
Constituição de reserva legal (nota 11)	-	212	-	-	-	(212)	-
Constituição de reserva de retenção de lucros (nota 11)	-	-	-	3.986	-	(3.986)	-
Dividendos (nota 11)	-	-	-	(19.729)	-	19.729	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	23.292	1.317	118.450	18.151	-	-	181.656

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Contexto: A BRPR 54 Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda., empresa pertencente ao Grupo BR Properties, foi vendida em 25/11/2015 para a Ponte Empreendimentos Participações S.A. (BRE Ponte). Por ocasião dessa transação, houve alteração da sua razão social e objeto social, passando para BRE Ponte V Empreendimentos e Participações S.A. (a "Companhia" ou "BRE Ponte V"), transformou o tipo societário da sociedade de uma sociedade limitada para uma sociedade por ações e adotou a data-base de 31 de dezembro. A Companhia está situada no Brasil, à Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2277, sala 1201, parte Jardim Paulistano, CEP: 01452-000. Segue abaixo o novo objeto social que é o seguinte: (a) Desenvolvimento imobiliário para investimento em empreendimentos imobiliários e construção de imóveis; (b) Comercialização por venda, arrendamento de imóveis próprios, como também venda de imóveis sejam eles terrenos, frações ideais de terrenos, escritórios, armazens, lojas de varejo, edifícios construídos no regime de built-to-suit; (c) Participação em empresas, sociedades, fundos de investimento e fundos imobiliário ou fundos de investimentos em participações; e (d) Locação e subtocação de bens próprios e/ou de terceiros, sob qualquer forma e modalidade. Maiores detalhes sobre a transação de venda e compra da Companhia podem ser vistas na Nota 5 dessas demonstrações financeiras. **2. Apresentação das demonstrações financeiras: 2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a pequenas e médias empresas (NBC TG 1000), que incluem os princípios previstos na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo CPC e deliberadas pela CFC. A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC e demais órgãos reguladores que estavam em vigor em 31/12/2015. As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as avaliações de valor justo das propriedades para investimento, a análise de risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente. A diretoria da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações financeiras em 31/03/2016, considerando os eventos subsequentes ocorridos até essa data, que tiveram efeito sobre essas demonstrações financeiras. **2.2. Resultado:** Os resultados são registrados pelo regime de competência. A receita de arrendamento para imóveis próprios é reconhecida no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Incentivos de arrendamento concedidos constituíram são reconhecidos como parte integral da receita total de aluguéis, pelo período do arrendamento. As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e sobre vendas imobiliárias sobre as condições de locações, os quais são reconhecidos integralmente no resultado, através do método dos juros efetivos. **2.3. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos. Para que um investimento de curto prazo seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data de aquisição. Os saldos de caixa e equivalentes de caixa incluem os saldos em caixa e depósitos bancários disponíveis. **2.4. Contas a receber e adiamento de clientes:** As contas a receber são decorrentes das locações dos imóveis, os quais são registrados de acordo com o critério contábil apresentado na nota explicativa nº 2.2. Quando o valor recebível a maior que o valor reconhecido como receita pelo método linear, a diferença é registrada como um passivo, à rubrica "Adiantamento de clientes". A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber, considerando o seguinte critério: análise individual dos devedores, independentemente do período de vencimento. As despesas com a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa são registradas na rubrica "Outras despesas operacionais" no demonstrado do resultado, quando aplicável. **2.5. Propriedade para investimento:** Propriedades para investimento são imóveis mantidos para ganhos de longo prazo ou para arrendamento, incluindo a não ocupação. Após o reconhecimento inicial, propriedades para investimento são apresentadas ao valor justo, que reflete as condições de mercado na data do balanço. O aquisição a valor justo é apurado considerando o valor justo do imóvel, menos o custo atribuído do imóvel (custo histórico líquido do imóvel mais o valor líquido da reavaliação prévia, quando aplicável), sendo que os casos em que é identificada uma variação positiva ou negativa (ganho ou perda) no valor justo das propriedades para investimento o ajuste é reconhecido integralmente no resultado do exercício. Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando deixam de ser permanentemente utilizadas e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no período da baixa. Maiores detalhes sobre as premissas de valor justo das propriedades para investimento: Para a mensuração do valor justo das propriedades, a Companhia contrata empresa especializada que, usualmente, considera as seguintes premissas básicas: • Comparativos diretos de dados de mercado: por este método, o valor de mercado apurado é um imóvel é definido com base em evidências de mercado comparáveis, ou seja, imóveis semelhantes em oferta ou transacionados recentemente. Esses avaliadores consideram os valores de venda ou aluguéis por metro de ponderação de testes, de forma a subsidiar a definição de uma faixa de valor. No fato de elementos comparáveis, adotam-se também os demais relevantes para o imóvel avaliando, como: área, idade, capitalização direta por essa metodologia, pressupõe-se a expectativa de retorno, o mercadologicamente esperado [yield], por um investidor, sobre o imóvel indivíduo, ou seja, baseia-se no retorno pontual proporcionado sobre o investimento efetuado. Tome-se como parâmetro a receita pleiteal anual do imóvel, sobre a qual é aplicada taxa de atratividade capitalizável, que reflete com o mercado, refletindo o risco do investimento, e que resulta no valor disponível para a aquisição do imóvel. • Fluxo de caixa descontado: por essa metodologia foi projetado a receita de aluguel atual, com base no desempenho atual e histórico, por um período de 10 anos, considerando taxas de crescimento apropriadas e, ao final do período, trazido (reajustes, revisões e renovações), ocorrendo no menor período definida pela legislação vigente sobre os contratos de locação. Para os casos em que o aluguel atual é superior ou inferior ao de mercado, foram consideradas as revisões a mercado, nas datas de revisionais de cada contrato. Além disso, no caso de haver cobrança de aluguel percentual, as projeções consideram a maior entre as receitas auferidas. Para refletir a perpetualidade das propriedades, a partir do 11º ano, foi considerada a perpetuidade do fluxo de receitas e o valor da perpetuidade são então trazidos a valor presente com base de desconto adequadas a percepção de risco do mercado, levando em conta o horizonte de investimento. • Método da renda capitalizada direta: por essa metodologia, pressupõe-se a expectativa de retorno, o mercadologicamente esperado [yield], por um investidor, sobre o imóvel indivíduo, ou seja, baseia-se no retorno pontual proporcionado sobre o investimento efetuado. Tome-se como parâmetro a receita pleiteal anual do imóvel, sobre a qual é aplicada taxa de atratividade capitalizável, que reflete com o mercado, refletindo o risco do investimento, e que resulta no valor disponível para a aquisição do imóvel. • Fluxo de caixa descontado: por essa metodologia foi projetado a receita de aluguel atual, com base no desempenho atual e histórico, por um período de 10 anos, considerando taxas de crescimento apropriadas e, ao final do período, trazido (reajustes, revisões e renovações), ocorrendo no menor período definida pela legislação vigente sobre os contratos de locação. Para os casos em que o aluguel atual é superior ou inferior ao de mercado, foram consideradas as revisões a mercado, nas datas de revisionais de cada contrato. Além disso, no caso de haver cobrança de aluguel percentual, as projeções consideram a maior entre as receitas auferidas. Para refletir a perpetualidade das propriedades, a partir do 11º ano, foi considerada a perpetuidade do fluxo de receitas e o valor da perpetuidade são então trazidos a valor presente com base de desconto adequadas a percepção de risco do mercado, levando em conta o horizonte de investimento. • Método da renda capitalizada direta: por essa metodologia, pressupõe-se a expectativa de retorno, o mercadologicamente esperado [yield], por um investidor, sobre o imóvel indivíduo, ou seja, baseia-se no retorno pontual proporcionado sobre o investimento efetuado. Tome-se como parâmetro a receita pleiteal anual do imóvel, sobre a qual é aplicada taxa de atratividade capitalizável, que reflete com o mercado, refletindo o risco do investimento, e que resulta no valor disponível para a aquisição do imóvel. **2.6. Tributos diferidos:** Os tributos diferidos são registrados, de acordo com o CPC 32 e IAS 12, sobre o montante líquido dos efeitos fiscais, sobre as seguintes adições temporárias: • Ajuste ao valor justo das propriedades para investimento: A Companhia apresenta suas propriedades para investimento a valor justo, sendo as mudanças no valor justo reconhecidas diretamente no resultado do período. Os tributos diferidos de 31/12/2015, a Companhia utilizou uma empresa especializada de avaliação, externa e independente, tendo apropriada qualificação profissional e recente experiência em relação a natureza e no fim de propriedade que está sendo avaliada. As principais premissas adotadas para determinar o valor justo das propriedades para investimento são detalhadas na Nota 7. Impostos diferidos incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários e/ou ocorrência de um evento futuro ainda não totalmente sob o controle e/ou ao juízo de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais que geralmente estão associados a operações internacionais, ou quando futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e/ou despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de autuações por parte das autoridades fiscais. O valor dessas provisões baseia-se em várias interpretações de legislação fiscal e em um montante de perda provável para uma autuação fiscal ou autoridade fiscal responsável. Esses fatos, dependendo das condições vigentes no ordenamento jurídico brasileiro, podem ocasionar mudanças no período em que a possibilidade de uma autuação fiscal ou perda de uma autuação fiscal se torna provável que haja tributo diferido ativo e/ou passivo fiscal reconhecido para todas as diferenças temporárias dedutíveis, na medida em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente na Nota 2.7 Demonstrações financeiras. *Valor justo dos instrumentos financeiros:* Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser baseado em preços cotados em mercados ativos, é determinado mediante avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para essas técnicas de avaliação são baseados em preços praticados no mercado, quando isso for viável, caso contrário, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, levando em conta, por exemplo, o período de liquidez e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo dos instrumentos financeiros. **3. Novas normas e interpretações ainda não adotadas:** A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estão em vigor. A natureza e a vigência de cada uma das novas normas e alterações são descritas a seguir: **IFRS 9 - Instrumentos Financeiros:** IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - Refere-se à primeira fase do projeto de substituição da IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. **Exercícios sociais iniciados a partir de 1º/01/2018: IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes - Convergência do IASB ("International Accounting Standards Board") e FASB ("Financial Accounting Standards Board") sobre o reconhecimento de receita em transações de contratos com clientes. Exercícios sociais iniciados a partir de 1º/01/2019: IFRS 16 - Arrendamentos - Refere-se à definição e à orientação do contrato de arrendamento previsto na IAS 17. Exercícios sociais iniciados a partir de 1º/01/2019: A Administração da Companhia, quando aplicável, avaliará o efeito do comprometimento futuro, incluindo para as demais normativas acima referidas, pelo CPC para as novas normas e interpretações. **4. Operações de reestruturação: Fusão e reestruturação:** Conforme mencionado na Nota 1, a BRE Ponte V, anteriormente pertencente ao Grupo BR Properties, foi adquirida pela BRE Ponte, em 25/11/2015, por R$182.000,00 (Nota 5). Em 31/12/2015, o saldo de R$180.227, Em função de tratar-se de uma companhia composta de um conjunto de ativos e passivos, mas sem operações significativas, para possibilitar a sua investimento e de um contrato de locação desse próprio ativo, foi considerado que a transação não se tratava de uma combinação de negócios, mas sim de uma aquisição de ativos. Nesse sentido, foi considerado que os ativos e passivos adquiridos não constituem um conjunto de atividades e ativos capaz de gerar retorno, pois a Companhia não possuía funcionários, sistemas e processos operacionais, tampouco, a capacidade de gerar receitas. Portanto, a Companhia não se enquadra na definição de negócio, conforme o CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios

BRE Ponte V Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ nº 05.348.634/0001-13

Balanços Patrimoniais

	Notas	31/12/2016	31/12/2015
Ativo/Circulante		**32.438**	**26.218**
Caixa e equivalentes de caixa	5	**26.268**	22.723
Contas a receber	7	5.530	3.491
Tributos a recuperar		**200**	–
Despesas antecipadas		**440**	**4**
Não Circulante		**196.116**	157.792
Propriedade para investimento	6	**196.116**	157.792
Total do Ativo		**228.554**	184.010

Balanços Patrimoniais

	Notas	31/12/2016	31/12/2015
Passivo/Circulante		**4.872**	2.356
Contas a pagar		**4.272**	2.305
Tributos a pagar	8	**3.839**	2.305
Dividendos a pagar		**195**	41
Não Circulante		**600**	–
Tributos diferidos	9	**621**	–
Provisão para perdas	10	**(21)**	–
Patrimônio Líquido		**223.682**	181.654
Capital social		**44.292**	23.292
Reservas de lucros		**140.194**	138.644
Dividendos adicionais propostos		**18.805**	19.718
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**228.554**	184.010

Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos 31 de Dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais - R$, exceto, quando indicado de outra forma)

Demonstrações do Resultado

	Notas	31/12/2016	31/12/2015
Receita Líquida	11	**27.501**	22.869
Despesas e receitas operacionais			
Gerais e administrativas	12	**(3.462)**	(946)
Resultado com valor justo			
das propriedades para investimento	6	**–**	(16.311)
Lucro antes do resultado financeiro		**24.039**	5.609
Receitas financeiras	13	**6.006**	–
Receitas financeiras	13	**262**	107
Lucro antes das provisões tributárias		**24.071**	5.716
IR e CS - corrente e diferido	9	**(3.972)**	(2.017)
Lucro líquido do exercício		**20.520**	3.699
Lucro por ação - em reais (R$)		**0,3160**	0,2600

Demonstrações do Resultado Abrangente

	31/12/2016	31/12/2015
Lucro líquido do exercício	**20.520**	4.239
Total de resultados abrangentes do período	**20.520**	4.239

consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais. O valor total das suas provisões baseia-se em vários fatores, como interpretações divergentes das regulamentações fiscais pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio fiscal da Companhia. Não está provisionado o parcelamento. Quanto o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam nesses mercados, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam alterar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. *Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment):* A Administração revisa anualmente o seu quanto escrito algum evento expositivo o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventuais mudanças de valor econômicas econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de valor econômico. Também, quando ocorrerem eventos que o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização (impairment), ajustando o valor contábil ao valor recuperável. Essas perdas são lançadas ao resultado do exercício quando identificadas. **4. Novas normas e interpretações ainda não adotadas:** A Companhia ainda não adotar antecipadamente as novas normas, emendas, interpretação ou alterações que tenham sido emitidas, mas que ainda não estão em vigor, e nutures a o vigência de cada uma das novas normas e alterações são descritas a seguir: Pronunciamento - Descrição - Vigência IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - Refere-se à primeira fase do projeto de substituição do IAS 39 - Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração - Exercícios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018; IFRS 15 - Receita de contratos com clientes - Substitui o IAS 18 "Receitas" (Revenue) e IAS 11 "Contratos de Construção" (Construction Contracts) - Exercícios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018; IFRS 16 - Arrendamento mercantil (a) - Refere-se à definição e a orientação do escopo de arrendamento mercantil - Exercícios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019. (a) Para o IFRS 16 a Administração da Companhia aguarda a edição do correspondente normativo no Brasil pelo CPC para avaliar os possíveis impactos no IAS17 - Arrendamento Mercantil. Adicionalmente, a Administração da Companhia está avaliando os potenciais efeitos dos respectivos pronunciamentos aprovados pelo CPC nos saldos de abertura referente a 1º de janeiro de 2018, bem como nas demonstrações financeiras do exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2018 e 2019. **5. Caixa e equivalentes de caixa:** Os saldos estão representados por:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Bancos conta movimento	**26.268**	22.723
Aplicações financeiras (a)	**–**	–
	26.268	22.723

(a) Representadas substancialmente por Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e operações compromissadas lastreadas em CDBs de instituições de indiscutível solidez financeira, sendo resgatáveis em prazo inferior à 90 dias da data das respectivas operações, com remuneração de 99% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). **6. Propriedade para investimento:**

	Vida útil média remanescente em anos	31/12/2016	31/12/2015
Terrenos		**82.780**	82.780
Benfeitorias (a)	45 (*)	**75.336**	75.012
Depreciação acumulada		**(2.976)**	–
		155.140	157.792
(-) Ajuste de valor justo		**41.000**	–
		196.116	157.792

(-) A vida útil foi estabelecida com base no laudo de avaliação elaborado por empresa especializada e independente para o exercício de 2015 e atualizada internamente pela Companhia para o exercício de 2016. (*) Vida útil média remanescente em anos. Em 31 de dezembro de 2016 a Taxa líquida de 15% do imóvel localizado em Vinhedo no valor de R$40.900, adquirido o direito de 100% da receita de aluguel. O Passivo correspondente foi totalmente liquidado dentro do exercício de 2016. Adicionalmente, custos adicionais relacionados à construção do imóvel no valor de R$600. Conforme mencionado na nota explicativa 2.1, a Companhia mudou a forma de apresentação da propriedade para investimento adotando o método de custo histórico em substituição à política contábil anterior e adotou a aquisição da Companhia pelo antigo controlador grupo econômico e posterior reestruturação no final do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, como sendo a transação econômica ocorrida a partir do ato de valor justo, até 25 de novembro de 2015 (data de aquisição dos ativos pela BRE Ponte). Com isso, até essa data, a demonstração de resultado da Companhia, consolidada e mais a partir de 25 de novembro de 2015 após a reestruturação mencionada nas notas explicativas 1 e 2.1, quando foi adquirida pela Companhia, a Companhia passou a reconhecer os ajustes de valor justo de propriedade para investimento. Todavia, a Companhia anualmente estima o valor justo da propriedade para investimento. A Administração concluiu que não há indicação de perda de valor econômico e que o valor justo em 31 de dezembro de 2016, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2016			31/12/2015
	Custo	Valor Justo	Custo	Valor Justo
Propriedade para investimento	**196.116**	**369.410**	157.792	157.792

A Companhia não propriedades para investimento e mantemos o valor justo utilizando o fluxo de caixa descontado. Todos os cálculos são baseados na análise das qualificações fiscais das propriedades em estudo e das informações diversas levantadas no mercado, que são utilizadas na determinação dos valores justos do empreendimento. O modelo de fluxo de caixa descontado estimado com base no fluxo de caixa líquido futuro, a ser gerado considerando o valor atual do aluguel até o final do contrato com base nas condições de mercado.

Crescimento do longo prazo	31/12/2016 Do acordo com a condição especifica (pipe)	31/12/2015 Do acordo com a condição especifica (pipe)
Taxa de desconto	**10,0% a.a.**	7,8% a.a. - 11,8% a.a.
Cap Rate	**12,0% a.a.**	6,8% a.a. - 10,8% a.a.

Com base no valor justo da propriedade para investimento, a Administração concluiu que não há indícios de desvalorização do ativo que impeça a redução do valor recuperável. **7. Contas a receber:** O saldo refere-se a valores a receber pela BRE Ponte V Empreendimentos e Participações S.A. e a Volkswagen do Brasil, o mesmo foi firmado em 31 de dezembro de 2014, e a Companhia incluiu em 10 anos. Não houve renegociação no contrato de aluguel, após a operação de venda da BRE Ponte V Empreendimentos e Participações S.A. Os valores dos pagamentos são acrescidos da variação acumulada do Índice Geral de Preços de Mercado divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (IGP-M FGV) e possui a seguinte composição:

Período	Circulante	
Início	Término	Vencimento	Reajustado	Ajuste a Valor Presente
Mês/Ano	Mês/Ano	12/16	12/15
Volkswagen do Brasil	Posto-Pipe	1011/214	3011/24	Anual	Linear	12/17	IGP-M	5.550	3.491

A Companhia avaliou o risco de crédito do cliente e as perspectivas de recebimento dos recebíveis e concluiu por não haver necessidade de constituir provisão para devedores duvidosos. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía recebíveis no prazo de vencimento no montante de R$ 5.550. Conforme previsto nos contratos a Volkswagen do Brasil. **8. Tributos a pagar:** Representam as obrigações tributárias correntes sobre as receitas de locação, conforme demonstramos a seguir:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
COFINS a recolher	**792**	436
PIS a recolher	**172**	95
Imposto de renda a recolher	**2.109**	1.301
Contribuição social a recolher	**766**	471
INSS retido na fonte a recolher	**2**	–
ISSQN retido na fonte a recolher	**2**	–
PIRF retido na fonte a recolher	**2**	–
CSRF retido na fonte a recolher	**–**	–
Total	**3.839**	2.305

9. Imposto de renda e contribuição social: a) Reconciliação da despesa do imposto de renda e contribuição social: Para o exercício de 2016, a Companhia adotou o regime de tributação do Lucro Real, com isso, segue o demonstrativo do cálculo do alíquota efetiva:

	31/12/2016
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	6.316
IR e CS às alíquotas nominais (34%)	(2.147)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:	
Exclusões/(adições) permanentes, líquidas	
Utilização de prejuízos fiscais de exercícios anteriores	143
Diferenças temporárias e permanentes (1)	(3)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(2.007)
Imposto de renda e contribuição social - correntes	4.777
Imposto de renda e contribuição social correntes	(6.713)
(-) Diferido	(2.007)

(1) As diferenças temporárias referem-se a depreciação para fins fiscais e ajuste a valor justo da propriedade para investimento. No exercício de 2016 a Companhia adotou o regime de tributação do Lucro Real, com isso, segue o demonstrativo do cálculo da alíquota efetiva:

Descrição	31/12/2016		
	IRPJ	CSLL	Total
Receita bruta	28.485	28.485	
(-) Provisão de contas a receber do mês de dezembro de 2016	(607)	(607)	
(-) Receita líquida de venda de alugueis	(1.451)	(1.451)	
Receita bruta - fiscal	**26.427**	**26.427**	
Receitas financeiras	246	246	
(-) Provisão de mês de dezembro de 2016	**(64)**	**(64)**	
Receita financeira - fiscal	**182**	**182**	
Percentual de presunção	**32%**	**32%**	
Receita bruta presunção	**8.455**	**8.455**	
Outras receitas	**246**	**246**	
Base de cálculo (Presumido)	**8.455**	**8.455**	

Demonstrações do Fluxos de Caixa - Método Indireto

	31/12/2016	31/12/2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	**20.520**	4.239
Ajustes para reconciliar o lucro ao caixa		
líquido gerado pelas atividades operacionais		
Depreciação do imóvel de aluguéis	**(1.453)**	(2.393)
Valor justo de Propriedades para investimento	**–**	16.311
Depreciação acumulada	**2.576**	–
Imposto de renda diferido	**621**	(4.636)
	22.264	13.521
Variações nos ativos e passivos:		
Aumento líquido/(redução) no ativo: Tributos a recuperar	**(200)**	–
Contas a receber	**(606)**	(180)
Outros Ativos	**(416)**	(4)
Aumento líquido/(redução) de passivo: Contas a pagar	**1.534**	1.832
Tributos a pagar	**23.206**	15.177
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:		
Aquisição de propriedade para investimento	**(40.900)**	(535)
Caixa líquido aplicado em atividades de investimento	**(40.900)**	(535)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:		
Aumento de capital	**41.000**	8.000
Distribuição de dividendos	**(19.761)**	–
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**21.239**	8.000
Aumento (redução) líquido de caixa		
e equivalentes de caixa	**3.545**	22.642
Saldo de caixa e equivalente de caixa:		
No início do exercício	**22.723**	81
No final do exercício	**26.268**	22.723
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**3.545**	22.642

Demonstrações do Resultado Abrangente

Descrição	31/12/2016 IRPJ	CSLL	Total
Alíquota do adicional do imposto de renda	10%	9%	
Alíquota do IR e CS	15%	9%	
IR e CS sobre as receitas financeiras	**(2.103)**	**(182)**	**(2.865)**
Despesa com IR e CS	**(48)**	**(17)**	**(65)**
Imposto de renda e contribuição social - diferido	**(2.151)**	**(199)**	**(2.930)**
IR e CS - corrente e diferido	**(421)**	**(121)**	**(621)**
b) Composição do imposto de renda e contribuição social	**(2.572)**	**(320)**	**(3.551)**

Saldo líquido do imposto de renda e contribuição social diferido passivo em 31 de dezembro 2016 (a) - Diferença temporária - regime caixa | **(621)** | – | **(621)**

IR diferido sobre ajuste a valor justo de propriedade para investimento | **(21)** | – | **(21)**

Em função do processo de reestruturação mencionado na Nota 1, em 31 de dezembro de 2015, a Companhia não possuía diferenças temporárias em seus saldos e também não possuía prejuízos fiscais, não havendo saldos a serem constituídos nessa data. Em 31 de dezembro de 2016, o imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos são oriundos dos ajustes entre os saldos contábeis e fiscais, decorrentes de critérios contábeis específicos fiscais a sociedade. Esse saldo está representado pelo diferença temporária tributável, a ser gerada no futuro, quando da realização do ganho a maior no valor justo futuro e um passivo fiscal diferido. A realização desse passivo decorrerá da linearização da receita. **10. Patrimônio líquido:** a. Capital social: Em 17 de março de 2015, a Companhia aprovou mediante aprovação da Assembleia Geral Extraordinária, a capitalização de um aporte no valor de R$1.500. Em 28 de agosto de 2015, a Companhia aprovou mediante aprovação da Assembleia Geral Extraordinária, a capitalização de um aporte no valor de R$1.000. Em 13 de agosto de 2015, a Companhia aprovou mediante aprovação da Assembleia Geral Extraordinária, a capitalização de um aporte no valor de R$7.000. Em 29 de outubro de 2015, a Companhia aprovou mediante aprovação da Assembleia Geral Extraordinária, a capitalização de um aporte no valor de R$2.000. Em 19 de novembro de 2015, a Companhia aprovou mediante aprovação da Assembleia Geral Extraordinária, a capitalização de um aporte no valor de R$1.500. Em 25 de agosto de 2016, a Companhia aprovou mediante aprovação da Assembleia Geral Extraordinária, a capitalização de um aporte no valor de R$2.000. Em 19 de novembro de 2015, a Companhia aprovou mediante aprovação da Assembleia Geral Extraordinária, a capitalização de um aporte no valor de R$1.500. Em 29 de outubro de 2015

BRE Ponte V Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ nº 05.449.534/0001-13

Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31/12/2017 e 2016 (Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

Balanços Patrimoniais

	Notas	31/12/2017	31/12/2016
Ativo/Circulante		**13.966**	32.438
Caixa e equivalentes de caixa	5	**7.066**	26.268
Contas a receber	7	**6.611**	5.550
Adiantamento a fornecedores		**2**	–
Tributos a recuperar		**240**	200
Despesas antecipadas		**47**	420
Não circulante		**195.543**	196.116
Propriedade para investimento	6	**195.543**	196.116
Total do ativo		**209.509**	228.554

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital social	Reserva de lucros	Reserva de Retenção de lucros	Reserva de adicional proposto	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31/12/2015	23.292	2.371	118.400	11.922	19.700	151.685
Aumento de capital	41.000	–	–	–	–	41.000
Pagamento de dividendos adicionais propostos ano anterior (Nota 9.c)	–	–	–	(19.700)	–	(19.700)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	20.520	20.520
Dividendos propostos (Nota 9.c)	–	–	–	–	(195)	(195)
Constituição de reserva legal no exercício	1.026	–	–	–	(1.026)	–
Constituição de reserva de retenção de lucros	–	–	494	–	(494)	–
Dividendos adicionais propostos (Nota 9.c)	–	–	–	18.805	(18.805)	–
Saldos em 31/12/2016	64.292	3.343	118.400	10.427	18.805	213.267
Pagamento de dividendos adicionais propostos no ano anterior (Nota 9.c)	–	–	–	(10.427)	–	(10.805)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	22.161	22.161
Dividendos mínimos obrigatórios (Nota 9.c)	–	–	–	–	(222)	(222)
Constituição de reserva legal no exercício	1.108	–	–	–	(1.108)	–
Constituição de reserva de retenção de lucros	–	–	20.831	–	(20.831)	–
Dividendos referentes a exercícios anteriores pagos (Nota 9.c)	–	–	(1.089)	–	–	(22.987)
Saldos em 31/12/2017	64.292	4.451	118.400	18.805	–	202.248

Demonstrações do Resultado

	Notas	31/12/2017	31/12/2016
Receita líquida	11	**30.383**	27.501
Despesas e receitas operacionais			
Gerais e administrativas	12	**(4.918)**	(3.462)
Lucro antes do resultado financeiro		**25.465**	24.039
Despesas financeiras	13	**(27)**	(230)
Receitas financeiras	13	**213**	262
Lucro antes das provisões tributárias		**25.651**	24.071
Outras receitas e despesas		–	–
Outras receitas operacionais		**12**	–
IR e CS - corrente	9	**(3.368)**	(2.930)
IR e CS - diferido	9	**(1.114)**	(621)
Lucro líquido do exercício		**22.161**	20.520
Lucro básico e diluído por ação em reais (R$)	2.11	**0,3447**	0,3192

Demonstrações do Resultado Abrangente

	31/12/2017	31/12/2016
Lucro líquido do exercício	**22.161**	20.520
Total de resultados abrangentes dos períodos	**22.161**	20.520

Demonstrações do Fluxos de Caixa - Método Indireto

	31/12/2017	31/12/2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	**22.161**	20.520
Ajustes para reconciliar o lucro ao caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		
Depreciação acumulada	**13**	(27)
Linearização da receita de aluguéis	**(371)**	(1.453)
Imposto de renda diferido	**1.114**	621
	24.480	22.354
Variações nos ativos e passivos:		
Aumento (redução) no ativo: Tributos a recuperar	**(41)**	(200)
Contas a receber	**(691)**	(606)
Despesas antecipadas	**374**	(416)
Aumento (redução) de passivo:		
Contas a pagar	**1.067**	630
Tributos a pagar	**613**	1.534
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**25.802**	23.296
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de propriedade para investimento	–	(40.900)
Benfeitorias em propriedade para investimento	**(2.600)**	–
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(2.600)**	(40.900)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:		
Aumento de capital	–	41.000
Distribuição de dividendos	**(43.000)**	(19.761)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(43.000)**	21.239
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(19.202)**	3.545
Saldo de caixa e equivalente de caixa:		
No início do exercício	**26.268**	22.723
No final do exercício	**7.066**	26.268
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(19.202)**	3.545

Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31/12/2017 e 2016

Balanços Patrimoniais

	Notas	31/12/2017	31/12/2016
Passivo/Circulante		**8.368**	4.652
Contas a pagar		**1.067**	630
Tributos a pagar	8	**4.452**	3.839
Dividendos a pagar		**211**	195
Não circulante		**2.649**	–
Tributos diferidos	9	**2.649**	–
Patrimônio líquido	10	**202.492**	223.902
Capital social		**64.292**	64.292
Reservas de lucros		**136.114**	140.164
Dividendos adicionais propostos		–	19.446
Total do passivo e patrimônio líquido		**209.509**	228.554

Demonstrações do Resultado

	Notas	31/12/2017	31/12/2016
Receita líquida	11	**30.383**	27.501
Despesas e receitas operacionais			
Gerais e administrativas	12	**(4.918)**	(3.462)
Lucro antes do resultado financeiro		**25.465**	24.039
Despesas financeiras	13	**(27)**	(230)
Receitas financeiras	13	**213**	262
Lucro antes das provisões tributárias		**25.651**	24.071
Outras receitas e despesas		–	–
Outras receitas operacionais		**12**	–
IR e CS - corrente	9	**(3.368)**	(2.930)
IR e CS - diferido	9	**(1.114)**	(621)
Lucro líquido do exercício		**22.161**	20.520
Lucro básico e diluído por ação em reais (R$)	2.11	**0,3447**	0,3192

Demonstrações do Resultado Abrangente

	31/12/2017	31/12/2016
Lucro líquido do exercício	**22.161**	20.520
Total de resultados abrangentes dos períodos	**22.161**	20.520

Demonstrações do Fluxos de Caixa - Método Indireto

	31/12/2017	31/12/2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	**22.161**	20.520
Ajustes para reconciliar o lucro ao caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		
Depreciação acumulada	**13**	(27)
Linearização da receita de aluguéis	**(371)**	(1.453)
Imposto de renda diferido	**1.114**	621
	24.480	22.354
Variações nos ativos e passivos:		
Aumento (redução) no ativo: Tributos a recuperar	**(41)**	(200)
Contas a receber	**(691)**	(606)
Despesas antecipadas	**374**	(416)
Aumento (redução) de passivo:		
Contas a pagar	**1.067**	630
Tributos a pagar	**613**	1.534
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**25.802**	23.296
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de propriedade para investimento	–	(40.900)
Benfeitorias em propriedade para investimento	**(2.600)**	–
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(2.600)**	(40.900)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:		
Aumento de capital	–	41.000
Distribuição de dividendos	**(43.000)**	(19.761)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(43.000)**	21.239
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(19.202)**	3.545
Saldo de caixa e equivalente de caixa:		
No início do exercício	**26.268**	22.723
No final do exercício	**7.066**	26.268
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(19.202)**	3.545

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Contexto: a) Quem somos: A BRE Ponte V Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia" ou "BRE Ponte V") é uma sociedade por ações de capital fechado. A Companhia está domiciliada no Brasil, a Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2277, sala 1001, Jardim Paulistano, CEP: 01452-000 - São Paulo/SP. Seguindo abaixo o objeto social que a Companhia passou a ter: (a) Desenvolvimento e investimento em empreendimentos imobiliários e construção de imóveis; (b) Comercialização por conta própria, arrendamento de imóveis próprios, compra e venda de imóveis seguir eles terrenos, frações ideais de terrenos, escritórios, armazéns, lojas de varejo, incluindo construídos no regime de built-to-suit; (c) Participação em sociedades, associações, joinds de investimento imobiliário ou fundos de investimento em participações; (d) Locação ou subtocação de bens próprios, desde que não seja mediante operação de leasing. **2. Apresentação das demonstrações financeiras:** 2.1. **Base de preparação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as disposições da Lei das Sociedades por ações e as normas, pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo CPC e deliberadas pelo CFC. As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo (CPC) e demais órgãos reguladores que estavam em vigor em 31/12/2017. O Contrato Social da Companhia determina que o exercício social inicia em 1º de janeiro e terminará em 31/12 de cada ano. Estimativas: As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as estimativas para a análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações financeiras em 11/06/2018, considerando os eventos subsequentes ocorridos até essa data, que tiveram efeito sobre essas demonstrações financeiras. **2.2. Resultado:** Os resultados são registrados pelo regime de competência. A receita de arrendamento de propriedade para investimento reconhecida no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Incentivos de arrendamento concedidos contabilizados como parte integral do preço total de aluguéis, pelo período do arrendamento. As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e sobre variações monetárias sobre os contratos de locações, os quais são reconhecidos integralmente no resultado, através do método de juros efetivos. **2.3. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos. Para que um investimento de curto prazo seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição. Em sua maioria, são classificadas na categoria "Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado". **2.4. Contas a receber:** As contas a receber são decorrentes das locações dos imóveis, os quais são registrados de acordo com o critério contábil apresentado na nota explicativa nº 2.2. Quando o valor recebível é maior que o valor reconhecido como receita pelo método linear, a diferença é registrada como um passivo, à rubrica "Adiantamento de clientes". A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir as provisões perdas na realização das contas a receber, considerando o seguinte critério: análise individual dos devedores, independentemente do período de vencimento. As despesas com a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa são registradas na rubrica "Outras despesas operacionais" no demonstrativo do resultado, quando aplicável. **2.5. Propriedade para investimento:** É a propriedade mantida para obter renda com aluguéis e mensurada ao custo histórico, deduzido da depreciação calculada pelo método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais a vida útil estimada. O valor justo de propriedade para investimento é divulgado, conforme nota explicativa nº 6. Anualmente, a Companhia revisa a vida útil e o valor residual das suas propriedades para investimento. **2.6. Tributos:** Imposto sobre receita de aluguéis e serviços prestados: As receitas de aluguéis das propriedades para investimento e dos serviços prestados estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições tributadas pelo regime de caixa, pelas seguintes alíquotas básicas:

Impostos e contribuições 2017	Sigla	Alíquotas
Programa de Integração Social	PIS	0,65%
Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social	COFINS	3,00%

Esses encargos são apresentados como deduções das receitas de aluguel, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 11. **IR e CS - correntes:** Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor na data do balanço patrimonial. **IR e CS - diferidos:** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto: • Quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que se seja provável que o lucro tributável estará disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, exceto: • Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e • Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável estará disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torne provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas de imposto (e leis tributárias) que foram promulgadas na data do balanço. Imposto diferido relacionado à item reconhecido diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado do período ou diretamente no patrimônio líquido. Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal corrente e passivo fiscal e se os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária. **2.7. Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e caso o valor contábil líquido exceda o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa para fundamentar nossa opinião **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de

MOBILIDADE PARTICIPAÇÕES E CONCESSÕES S.A.

CNPJ/MF Nº. 29.206.359/0001-00 - NIRE Nº. 3530051102-6

COMPANHIA FECHADA

CARTA DE RENÚNCIA

A Companhia informa que em 02 de maio de 2019, recebeu a carta de renúncia do Sr. **ITALO ROPPA**, ao cargo de Diretor Presidente Executivo da Companhia, com registro perante a JUCESP nº 322.217/19-2 em 14/06/2019. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Concessionária SPMAR S.A.

CNPJ/MF 09.191.336/0001-53 - NIRE 35.300.388.186

Edital de Convocação para Assembleia Geral Ordinária

Reinaldo Berrtin, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração da Companhia, no uso das atribuições que lhe confere os artigos 12 e 14 do Estatuto Social, c.c. o artigo 123, da Lei nº 6.404/76, em 1ª Convocação convoca os acionistas para a AGO da **Concessionária SPMAR S.A. - Em Recuperação Judicial**, a ser realizada em São Paulo/SP, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2.012, 5º andar, conjunto 54, sala 1, no dia 26/06/19, às 10h, a fim de deliberar especificamente acerca da seguinte **Ordem do Dia:** a) **aprovação dos Balanços dos anos de 2018;** b) **outros assuntos de interesse da Companhia. Informações Gerais:** Os acionistas que não puderem comparecer pessoalmente poderão ser representados, outorgada de acordo com as exigências previstas no artigo 126 §1º da Lei nº 6404/76. São Paulo, 18/06/19. **Reinaldo Berrtin** - Presidente do Conselho de Administração.

COMARCA DE SÃO PAULO - FORO CENTRAL CÍVEL - 25ª VARA CÍVEL - Praça João Mendes, nº - 9º andar - salas 920 e 924 - Centro - CEP 01501-900 - Fone: 2171-6168 - São Paulo-SP - E-mail: sp25cv@tjsp.jus.br - **EDITAL de CITAÇÃO** - Prazo de **20 dias** - Processo nº **1091685-38.2018.8.26.0100.** O MM. Juiz de Direito da 25ª Vara Cível do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, **Dr. GUILHERME FERFOGLIA GOMES DIAS,** na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a **CARGOPRESS TRANSPORTES E LOGÍSTICA LTDA**. (CNPJ/01.622.516/0001-30), que **ICOMIN TECNOLOGIA LTDA.** lhe move ação de **PROCEDIMENTO COMUM** visando a condenação no pagamento de R$1.500,00 (agosto/2018) a será atualizada e acrescida das cominações legais, a título de danos materiais causados ao veículo Fiat Uno Vivace 1.0, placas FTU 0782, bem como pelo acidente ocorrentes de atendente ocorrido em 16.08.2017. Estando a ré em lugar incerto e não sabido, foi deferida a **CITAÇÃO** por **EDITAL** para que, no prazo de **15 dias**, a fluir após os **20 dias** supra, **CONTESTE** o feito, sob pena de presumirem-se verdadeiros os fatos alegados e ciente de que não havendo contestação, o processo será prosseguido sem a presença da ré. Será o presente afixado e publicado na forma da lei. Nada mais. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 06 de junho de 2019.

20 e 25/06

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO 1038318-70.2016.8.26.0100. O Dr. FABIO DE SOUZA PIMENTA, Juiz de Direito da 32ª Vara Cível da Capital/SP, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a **SOUTH DO BRASIL - SERVICOS DE TELEATENDIMENTO, COMERCIO DE COMPONENTES ELETRONICOS, EQUIPAMENTOS DE TELEFONIA E COMUNICACAO LTDA**, (CNPJ sob nº 08.246.318/0001-00) **FERNANDO MORAES FARIA DE MEDEIROS - ME, sob o nome fantasia de ENGEMOURA TECNOLOGIA ENERGÉTICA** lhe ajuizou uma ação **de AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL C/C REINTEGRAÇÃO DE POSSE E PEDIDO DE LIMINAR**, objetivando a rescisão do Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Instalação, Manutenção e Suporte Técnico de Engenharia Energia Secundária e Periféricos a partir do dia 05/01/2016; a reintegração de posse dos seguintes aparelhos: 01 (um) gabinete metálico para dezessete baterias 400 AH; 01 (um) gabinete metálico para quatro baterias 400 AH; 20 (vinte) Baterias 400 AH; e01 (um) Transformador 400 AH; e01 (um) Nobreak On-Line Senoi 3KVA; bem como o pagamento da quantia de R$111.761,47 (abril/2019), além das despesas processuais e honorários advocatícios. Estando a ré em lugar ignorado, expede-se o edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, conteste a ação, sob pena de revelia e presumir-se verdadeiros os fatos narrados na inicial. E para que ninguém possa alegar ignorância, será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. (20 e 25/06/19)

EDITAL - Processo Digital nº: **1050772-51.2017.8.26.0002** - Classe: Assunto: **Declaração de Ausência - Sucessão Provisória** - Requerente: **Antonio Sergio de Oliveira** - Requerido: **João Aparecido Oliveira.** O MM. Juiz de Direito da 6ª Vara da Família e Sucessões, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr. Homero Maion, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a Sra. JOÃO APARECIDO OLIVEIRA, brasileiro, solteiro, aduitante geral, RG10805256-7, CPF 022.338.986-68, que lhe foi proposta uma ação de DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA por parte de ANTONIO SERGIO DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, professor, RG7.353.504 SSP/SP, CPF: 630.514.198-34, alegando em síntese, conforme declaração de folhas 15 que o Sr. João Aparecido Oliveira, por volta do ano de 2001, deixou sua residência para supostamente cumprir com seus afazeres, tendo ocorrido que desde a saída o mesmo não retornou, não tendo mais notícias de seu paradeiro. Por r. sentença proferida em 27/04/2018, às 14:00h, transitada em julgado em 23/05/2018, presidida pelo MM. Juiz de Direito, Dr. André Salomon Tudisco, foi Declarada a Ausência do Sr. João Aparecido Oliveira, nomeando para o cargo de curador o Sr. Antonio Sérgio de Oliveira, sob compromisso, devendo proceder a arrecadação, bem como administrar os bens do ausente. Nestas condições, é expedido o presente edital, anunciando a arrecadação dos bens da ausente e chamando-o a entrar na posse de seus bens, nos termos do artigo 745 do Código de Processo Civil. E, para que produza seus efeitos de direito, bem como para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, é expedido o presente edital que será publicado por 01 ano com intervalo de 60 (sessenta) dias, no Diário Oficial da Justiça do Estado de São Paulo e afixado no lugar de costume. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 19 de junho de 2018. (20 e 25/06)

EDITAL DE CITAÇÃO – PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº. 1123698-61.2016.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 24ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Claudio Antonio Marquesi, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a Marcos Galbiat, RG 25072661-9, CPF 171.298.928-16, que lhe foi proposta uma ação Monitória por parte de Sistema Integrado de Educação e Cultura Sinec Ltda, objetivando a cobrança de R$ 19.980,95 (outubro/2015), oriunda do inadimplemento dos serviços educacionais contratados no ano letivo de 2012. Encontrando-se ele em lugar ignorado, foi determinada a sua **CITAÇÃO**, por EDITAL, para, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pagar o débito atualizado (isento de custas e honorários advocatícios) no valor de 5% do valor atribuído à causa, ou oponha embargos, sob pena de constituí-se de pleno direito o título executivo judicial, convertendo-se o mandado inicial em executivo. Em caso de revelia, será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 22 de novembro de 2018. 19 e 20.06

OAB e entidades de classe repudiam assassinato de jornalista em Maricá

As entidades de classe dos jornalistas e a Ordem dos Advogados do Brasil, seção Maricá, pediram às forças de segurança do estado do Rio de Janeiro "empenho máximo" no esclarecimento do crime do jornalista Romário da Silva Barros, do siteLei Seca Maricá, na região metropolitana do Rio de Janeiro, assassinado na terça-feira (18) à noite. Ele retornava de uma caminhada com um amigo quando foi morto com quatro tiros à queima-roupa, por um homem que estava no banco do carona de um carro. No local do crime, a perícia técnica não encontrou cápsulas deflagradas, o que leva a hipótese de que os disparos tenham sido feitos de revólver, uma vez que cápsulas desse tipo de arma ficam acondicionadas no tambor após os disparos.

O site Lei Seca Maricá, que tem mais de 90 mil seguidores, informa sobre as condições do trânsito nas rodovias estaduais da região.

Romário foi o segundo jornalista assassinado em Maricá, em menos de um mês. Na noite do dia 25 de maio último, Robson Giorno, do jornal O Maricá, foi morto a tiros, disparados por um homem encapuzado, na porta de sua residência.

Entidades

A Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) defendeu que a investigação de ambos os assassinatos deve ter como ponto de partida o exercício profissional. "É preciso empenho para que os culpados sejam identificados e punidos. Exigimos das autoridades competentes celeridade na apuração dos casos, para que a população de Maricá e, em especial, os familiares dos jornalistas e a categoria possam ter uma resposta do estado", disse a entidade em nota.

A Fenaj lembrou que a maior parte dos assassinatos de jornalistas fica impune, "e que a impunidade é o combustível da violência contra os profissionais". A entidade máxima de representação dos jornalistas disse ainda que toda violência contra os profissionais caracteriza-se como atentado à liberdade de imprensa e, consequentemente, como cerceamento ao direito do cidadão e da cidadã brasileiros de ter acesso à informação jornalística.

Em nota oficial, o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do Rio de Janeiro disse que o assassinato do profissional "se soma à preocupante e deplorável estatística de jornalistas mortos no Estado do Rio de Janeiro e no país".

Assim como a Fenaj, o sindicato "pede aos órgãos de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro e às autoridades constituídas que tomem urgentes providências para elucidar este abominável crime".

OAB

A diretoria da Ordem dos Advogados do Brasil, seção Maricá, também divulgou nota oficial sobre o segundo assassinato de um jornalista na cidade de Maricá. A entidade lamentou o falecimento do jornalista. "Romário era um jovem jornalista, muito querido pelos seus pares e sociedade maricaense. Diante do lamentável acontecimento, a OAB/Maricá encaminha as condolências institucionais ao tempo em que se solidariza com a família enlutada e com os amigos do falecido jornalista, nesse momento de dor e saudade".

"De logo, a OAB/Maricá exige das autoridades a tomada das providências cabíveis para elucidação do fato e punição exemplar dos culpados, nos termos da lei vigente".

Petróleo

Maricá é o município que mais arrecada em royalties de petróleo no Brasil. O valor do repasse feito pela União em 2018, até o fim de outubro, chegou a R$ 1,02 bilhão.(Agencia Brasil)

Secretaria de Governo vai concentrar articulação política no Congresso

Foi publicado na quarta-feira (19) no Diário Oficial da União (DOU) a Medida Provisória (MP) nº 886, editada pelo presidente Jair Bolsonaro, que faz novas mudanças na estrutura administrativa do governo. Entre as alterações, está a redistribuição de competências entre a Casa Civil, a Secretaria de Governo e a Secretaria Geral da Presidência da República, passadas com atuação direta no Palácio do Planalto.

A partir de agora, a articulação política com o Congresso Nacional ficará a cargo da Secretaria de Governo, e não mais com a Casa Civil, que até então mantinha duas secretarias especiais, uma para a Câmara e outra para o Senado, para cuidar dessa interlocução. Caberá ao novo ministro, Luiz Eduardo Ramos, fazer a articulação do governo com parlamentares. Na terça-feira (18), ele disse que é necessário construir pontes com o Legislativo. Por outro lado, a pasta comandada por Onyx Lorenzoni recebeu a Secretaria do Programa de Parcerias e Investimentos (PPI), que cuida das privatizações e concessões do governo, e que antes estava alocada justamente na Secretaria de Governo.

A Secretaria Geral da Presidência vai herdar outras atribuições deslocadas da Casa Civil, entre elas a Subchefia de Assuntos Jurídicos, que analisa a legalidade de atos assinados pelo presidente, como decretos e medidas provisórias, e a Imprensa Nacional, órgão responsável pela publicação do Diário Oficial da União.

As mudanças promovidas pela nova MP tem validade imediata, mas ela precisa ser aprovada em até 120 dias pelo Legislativo ou perderá o efeito. A MP 886 altera mais uma vez a MP 870, já convertida em lei, e que reduziu o número de ministérios de 29 para 22. A reforma administrativa do governo Bolsonaro foi editada no dia 1º janeiro e aprovada no mês passado pelo Congresso Nacional.

Assim como havia sido previsto originalmente na reforma administrativa, a nova MP coloca de volta a demarcação de terras indígenas sob a responsabilidade do Ministério da Agricultura. Na análise da MP 870 no Congresso, os parlamentares devolveram a demarcação à Fundação Nacional do Índio (Funai), que também voltou a ser incorporada ao Ministério da Justiça e Segurança Pública. (Agencia Brasil)